

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

BIANCA OBETINE MAGNUS

**INDEPENDÊNCIA OU MORTE: ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS DA FRETILIN NA LUTA  
PELA INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-LESTE (1974-1975)**

Porto Alegre  
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

BIANCA OBETINE MAGNUS

**INDEPENDÊNCIA OU MORTE: ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS DA  
FRETILIN NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-LESTE (1974-1975)**

PORTO ALEGRE  
2023

## Ficha Catalográfica

M199i Magnus, Bianca Obetine

Independência ou morte : articulações internacionais da  
FRETILIN na luta pela independência de Timor-Leste (1974-1975) /  
Bianca Obetine Magnus. – 2023.

147p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em  
História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes.

1. Timor-Leste. 2. Guerra Fria. 3. FRETILIN. 4. Descolonização. 5.  
Terceiro Mundo. I. Paredes, Marçal de Menezes. II. Título.

BIANCA OBETINE MAGNUS

**INDEPENDÊNCIA OU MORTE: ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS DA  
FRETILIN NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-LESTE (1974-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História na área de concentração de Política, Intelectuais e Mídias.

Orientador: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes

PORTO ALEGRE  
2023

BIANCA OBETINE MAGNUS

**INDEPENDÊNCIA OU MORTE: ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS DA  
FRETILIN NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-LESTE (1974-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História na área de concentração de Política, Intelectuais e Mídias.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes – PUCRS (Orientador)

---

Prof. Dr. Daniel De Lucca Reis Costa - UNILAB

---

Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira - PUCRS

PORTO ALEGRE  
2023

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, por ter promovido uma formação essencial para minha trajetória acadêmica. Agradeço também à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, por proporcionar uma estrutura impecável ao longo de toda minha formação, desde a graduação em História. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sou grata pelo investimento na pesquisa, fundamental para a realização deste trabalho.

Agradeço profundamente por todo apoio e suporte que recebi do meu orientador, professor Dr. Marçal de Menezes Paredes, que desempenhou uma orientação impecável, sempre com dedicação, paciência e interesse. A realização deste trabalho só foi possível devido à orientação do professor Marçal, sempre disposto a ampliar a perspectiva de mundo dos seus alunos. Agradeço pela sua atuação, essencial na minha trajetória acadêmica e pessoal, sempre de forma amigável e humana. Saiba que és uma grande inspiração para mim.

Aos meus pais, Greice Obetine e Rogério Magnus, agradeço por absolutamente tudo. Tudo que sou hoje é graças ao empenho incansável de vocês para criar um ser humano justo e bom, algo que tento humildemente ser. Espero honrar sempre todo o esforço que vocês dedicaram a mim. Agradeço por serem minha base e por estarem comigo sempre, dando apoio e acreditando nas minhas escolhas. Este trabalho também só foi possível pelo suporte que recebi de vocês desde o início desta jornada acadêmica.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Lucas Rocha de Lima, por estar sempre ao meu lado. Agradeço pela parceria e pelo companheirismo, essenciais nesta trajetória. Obrigada por acreditar em mim e me motivar constantemente, tua forma de ver o mundo e levar a vida me trouxe calma, confiança e resiliência para desenvolver este trabalho e tentar ser uma pessoa melhor.

Agradeço aos meus amigos, Alire Aguiar e Vinicius Braga, que sempre estiveram ao meu lado, que me deram força nos momentos difíceis e me proporcionaram momentos de descontração e conversas boas, necessários depois de longos períodos de isolamento por conta dos estudos. Agradeço aos meus colegas de mestrado, que me deram um apoio fundamental na pesquisa, criando um espaço de conforto e segurança em meio a inúmeras

dúvidas e questionamentos que surgiram ao longo do trabalho. Agradeço a vocês por compartilharem comigo experiências e conhecimentos que foram extremamente valiosos para mim.

Por fim, agradeço a todos que não foram citados, mas que de alguma forma fizeram parte da minha trajetória de pesquisa. Dedico um agradecimento especial a todos os pesquisadores e estudantes que possuem interesse pelo Timor-Leste, foi por conta destes indivíduos que também me interessei pelo tema. Os pesquisadores que se dedicam a investigar o Timor-Leste contribuem de forma incalculável, a nível global, na produção científica sobre esse país, fazendo com que o mundo se volte para a região, que ainda merece mais atenção. O trabalho desses pesquisadores também me proporcionou conhecer mais sobre o território timorense, e a todos eles agradeço profundamente.

## RESUMO

A presente dissertação analisa as articulações internacionais da FRETILIN na luta pela independência de Timor-Leste e no processo de descolonização do território. O recorte temporal estende-se do ano de 1974, quando do início do processo de descolonização levado a cabo por Portugal, até o final do ano seguinte, quando o governo indonésio invade o território timorense e inicia o processo de anexação da região, em 7 de dezembro de 1975. A pesquisa pretende identificar as redes formadas pela FRETILIN em uma escala global e internacional, visando a compreender como essas redes afetaram e influenciaram a trajetória da Frente. Para isso, utiliza-se obras que vão ao encontro da perspectiva da História Global, proporcionando um melhor entendimento do contexto amplo de redes internacionais e possíveis circulações de influências. A análise parte de uma documentação produzida pelas lideranças da FRETILIN entre 1974 e 1975. A partir deste trabalho, pode-se perceber como a descolonização do Timor-Leste e a atuação da FRETILIN inserem-se no contexto da Guerra Fria e do Terceiro Mundo. Tal contexto, por sua vez, é essencial para pesquisarmos o processo de descolonização do Timor-Leste. A conclusão deste trabalho discute a relevância da projeção internacional da FRETILIN no contexto da Guerra Fria e da emergência do Terceiro Mundo, promovendo uma melhor compreensão sobre o objeto de estudo.

**Palavras-chave:** Timor-Leste. Guerra Fria. Terceiro Mundo. FRETILIN. Descolonização.



## **ABSTRACT**

The present thesis analyzes the international articulations of the Revolutionary Front for an Independent East Timor (FRETILIN) in the fight for East Timor's independence, within the process of decolonization of Timorese territory. Our time frame spans from 1974, when the decolonization of Portuguese Timor carried out by Portugal began, to late 1975, when the Indonesian government invaded Timorese territory and began the process of annexation on December 7<sup>th</sup>. This research aims to identify the networks formed by FRETILIN on a global scale, seeking to understand how these enthusiastic networks affected the trajectory of the Front. For that, we used works aligned with the perspective of Global History, which enables a better understanding of broad international networks and possible circulation of influences on a global scale. The analysis is based on documentation produced by FRETILIN leaders between 1974 and 1975. Findings show how FRETILIN's actions and the decolonization of East Timor were part of the context of the Cold War and the Third World. Looking at that context is essential for researching East Timor's decolonization period. We conclude by discussing the relevance of FRETILIN's international projection in the context of the Cold War and the emergence of the Third World.

**Key words:** East Timor. Cold War. Third World. FRETILIN. Decolonization.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Comício da FRETILIN em 1974 pela independência de Timor-Leste.....	13
Figura 2 – Localização do Timor-Leste.....	14
Figura 3 – Bandeiras da ASDT e da FRETILIN.....	15
Figura 4 – Mapa da Ilha de Timor.....	34
Figura 5 - Recorte Nacroma nº1.....	57
Figura 6 – Correspondência de Ramos-Horta ao embaixador da China na Austrália.....	63
Figura 7 – Recorte Nacroma nº 5.....	65
Figura 8 – Capa do Manual e Programa Político da FRETILIN.....	67
Figura 9 – Correspondência de Adam Malik para Ramos-Horta.....	71
Figura 10 – Recorte Nacroma nº 1.....	72
Figura 11 – Recorte Nacroma nº 2.....	74
Figura 12 – Recorte Nacroma nº 2.....	74
Figura 13 – Capa Nacroma nº 8 e 9.....	81
Figura 14 – Comunicado Conjunto UDT-FRETILIN.....	90
Figura 15 – Comunicado UDT.....	96
Figura 16 – Relatório Ramos-Horta e Fernandes.....	103
Figura 17 – Recorte Timor-Leste (1975e).....	118
Figura 18 – Recorte Timor-Leste (1975b).....	120
Figura 19 – Capa Timor-Leste (1975b).....	124
Figura 20 – Recorte Timor-Leste (1975h).....	126

## LISTA DE SIGLAS

AIDG - Anti-Colonial Discussion Group  
ANP - Associação Nacional Popular  
APODETI - Associação Popular Democrática Timorense  
ASDT - Associação Social-Democrata Timorense  
ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático  
CDT - Comissão de Descolonização de Timor  
CHART - Clearing House for Archival Records on Timor Inc.  
CIA - Central Intelligence Agency  
CIET - Campaign for Independent East Timor  
CND – Comissão Nacional de Descolonização  
COPCON – Comando Operacional do Continente  
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa  
EUA – Estados Unidos  
FALINTIL – Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste  
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola  
FRELIMO – Frete de Libertação de Moçambique  
FRETILIN – Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente  
KOTA – Klibur Oan Timur Aswain  
MAC – Movimento Anticomunista  
MFA – Movimento das Forças Armadas  
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola  
MRPP – Movimento de Reorganização do Partido do Proletariado  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OPEC – Organização dos Países Exportadores de Petróleo  
OTAN/NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
OUA – Organização de Unidade Africana  
PCP – Partido Comunista Português  
PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado  
PREC – Processo Revolucionário em Curso  
PSD – Partido Social-Democrata Sueco  
PSP – Partido Socialista Português

TIS – Timor Information Service

UDC – União Democrática de Cabo Verde

UDT – União Democrática Timorese

UNICEF – United Nations Children’s Fund.

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UPICV – União do Povo das Ilhas de Cabo Verde

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 A GUERRA FRIA E O TERCEIRO MUNDO: O FIM DO COLONIALISMO PORTUGUÊS NO TIMOR-LESTE</b> .....	22
2.1 GUERRA FRIA E O TERCEIRO MUNDO.....	22
2.1.1 A Guerra Fria Multipolar.....	22
2.1.2 O caso da Indonésia.....	28
2.2 O FIM DO COLONIALISMO PORTUGUÊS E O TIMOR-LESTE.....	31
2.2.1 O colonialismo em Timor português.....	32
2.2.2 O regime salazarista e as colônias.....	38
2.2.3 Revolução dos Cravos.....	43
<b>3 ASDT/FRETILIN: DA CONSOLIDAÇÃO INTERNA ÀS ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....	47
3.1 CONSOLIDAÇÃO INTERNA: A FORMAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES, OS AGENTES E AS INFLUÊNCIAS IDEOLÓGICAS.....	47
3.2 ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS: BUSCA DE APOIO E O DISCURSO ANTICOLONIAL.....	70
<b>4 ANTES DA INVASÃO: NEGOCIAÇÕES E CONFRONTOS</b> .....	84
4.1 PORTUGAL E A DESCOLONIZAÇÃO.....	85
4.2 A INDONÉSIA E A AMEAÇA DE INVASÃO.....	100
4.3 OUTRAS CONEXÕES: PAÍSES, MOVIMENTOS POLÍTICOS E DA SOCIEDADE CIVIL.....	107
4.4 A INVASÃO E A INDEPENDÊNCIA ADIADA.....	114
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	130
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	135
ANEXO 1.....	142

## 1 INTRODUÇÃO

Em 5 de março de 1975, um movimento de libertação em Timor-Leste afirmava “Independência ou Morte” (COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT, 1975e). A exclamação revela um cenário extremamente complexo de luta pela independência naquele país. Ao longo de aproximadamente dois anos, o movimento de libertação iniciou a construção de uma história extremamente rica e instigante sobre a luta de um povo pela libertação nacional. Essa história está inserida num contexto amplo e internacional de Guerra Fria e mobilizações do Terceiro Mundo, que surgia independente e ativo no sul global.

Figura 1 – Comício da FRETILIN em 1974 pela independência de Timor-Leste.



Fonte: Casa Comum (2022).

Um dos países mais jovens do mundo, o Timor-Leste conquistou sua independência em 20 de maio de 2002. Com uma população atual de cerca de 1,3 milhão de pessoas, o Timor-Leste pertence ao continente asiático e está especificamente localizado no arquipélago de Sonda, entre a Indonésia e a Austrália. Possuindo uma área total de 14.874 quilômetros quadrados, é um país consideravelmente pequeno, principalmente quando comparado ao menor estado brasileiro – Sergipe, com 21.910 quilômetros quadrados – que chega a ser maior que o Timor-Leste (SERRANO; WALDMAN, 1997). A história do Timor-Leste é marcada por conflitos e presenças estrangeiras que ajudaram a tardar a conquista da independência, consolidada somente no

século XXI, após uma longa presença portuguesa, seguida pela presença indonésia, entre 1975 e 1999 (AMARANTE, 2010).

Figura 2 – Localização do Timor-Leste.



Fonte: UNILAB (2012).

A presente dissertação trata das articulações internacionais de um movimento de libertação timorense fundado em 1974, inicialmente conhecido como Associação Social-Democrata Timorense (ASDT), e, poucos meses após a fundação, adotando o nome de Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN). O recorte temporal da pesquisa abrange o período entre 1974, a partir da fundação da ASDT, e 1975, quando, em 7 de dezembro, o território timorense passa a ser anexado à Indonésia. Esse período corresponde ao processo de descolonização do território timorense, colônia administrada por Portugal desde o século XVI.

Figura 3 – Bandeiras da ASDT e da FRETILIN.



Fonte: TATOLI (2018).

No ano de 1974, iniciam-se os processos de descolonização por iniciativa portuguesa. Com a Revolução dos Cravos, Portugal reconhece o direito à independência de seus territórios no ultramar, possibilitando a formação de partidos políticos em Timor. Poucas semanas após o 25 de Abril, surgem a União Democrática Timorese (UDT), que defendia uma independência gradual, mantendo uma ligação com Portugal; a ASDT, a favor da independência do território; e a Associação Popular Democrática Timorese (APODETI), advogando pela anexação do território à Indonésia. Dessa forma, o processo de descolonização envolvia uma negociação política de transição entre Portugal e os novos partidos do Timor-Leste (GALDINO, 2012).

O objetivo dessa pesquisa é analisar e compreender as articulações internacionais da ASDT e da FRETILIN no período da descolonização. Uma das hipóteses da presente pesquisa é que o contexto amplo global, principalmente associado à Guerra Fria, influenciou diretamente os acontecimentos em Timor-Leste, assim como na ASDT/FRETILIN<sup>1</sup>. Outra hipótese diz respeito à formação de redes criadas pela ASDT/FRETILIN no plano internacional, as quais moldaram e influenciaram a atuação da Frente no processo de descolonização.

Esta pesquisa tem como justificativa as lacunas encontradas sobre a história de Timor-Leste, principalmente no Brasil, onde o assunto ainda é muito pouco pesquisado. Se pensarmos que o Timor-Leste, hoje, faz parte da comunidade de países lusófonos, e

---

<sup>1</sup> Utiliza-se a abreviação ASDT/FRETILIN quando se refere a contexto ou situações que envolvem os dois grupos, mesmo que a ASDT tenha sido transformada na FRETILIN. Em determinados momentos há situações que abrangem tanto o período da ASDT quanto o da FRETILIN. Por conta disso, utiliza-se e a abreviação “ASDT/FRETILIN”.



que organizações como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) buscam estabelecer cooperação para o desenvolvimento da comunidade, é preciso que haja mais debates sobre o Timor-Leste.

Durante a pesquisa, ao buscarmos referências sobre o Timor-Leste, verificamos lacunas sobre a história de Timor que abordem a formação de redes globais. Inicialmente, consultamos obras brasileiras produzidas na década de 1990 e no início dos anos 2000, as quais apresentam um panorama muito geral sobre a história de Timor-Leste e servem, na verdade, como textos informativos em um contexto de grande repercussão do assunto. Tais obras buscam informar os leitores brasileiros sobre a situação em Timor-Leste no período de ocupação, na década de 1990, para gerar alguma conscientização sobre a necessidade de independência para aquele povo. Como exemplo, citamos o trabalho de Sílvio L. Sant’anna, intitulado “Timor Leste Este País Quer Ser Livre” (1997), bem como o de Serrano e Waldman, “Brava gente de Timor: a saga do povo maubere” (1997), e de Cunha, “A questão de Timor-Leste: origens e evolução” (2001). O trabalho desses brasileiros contribuiu para a pesquisa inicialmente, por apresentar panoramas gerais sobre a história de Timor-Leste.

Ao aprofundarmos as pesquisas, encontramos teses e dissertações de outras áreas, como Ciências Sociais, Antropologia, Relações Internacionais, Educação e Linguística. Esses trabalhos apresentavam elementos e aspectos que abrangem o período foco desta dissertação e, por isso, foram aproveitados, já que trazem um panorama histórico útil para cruzar com as fontes e outras bibliografias. Entre as obras, cita-se as pesquisas de Daniel De Lucca, intitulada “A timorização do passado: nação, imaginação e produção da história em Timor-Leste”, de Galdino, chamada “Nasce um Estado: A Construção do Timor Leste”, de Bicca, “A diferença entre os iguais”, entre outras<sup>2</sup>.

A necessidade de buscar mais bibliografia sobre o tema levou-nos a pesquisar trabalhos fora do Brasil. Os países onde verificamos um maior volume de pesquisas e texto sobre o Timor-Leste foram Portugal e Austrália. No último ano da pesquisa, tivemos acesso a uma bibliografia mais rica e atualizada sobre o Timor. Esse material aborda a história do Timor-Leste dentro de uma perspectiva da formação de redes internacionais e circulação de influências em escala global, o que dialoga com a proposta desta pesquisa.

---

<sup>2</sup> Embora existam trabalhos no Brasil que abordem o Timor-Leste como tema, ainda são necessárias mais investigações.

Dentre os autores encontrados em Portugal, elencamos Rui Graça Feijó (2022a; 2022b), que aborda a complexidade do processo de descolonização em Timor, envolvendo o governo português, a Indonésia, a ONU e as associações timorenses formadas a partir da Revolução dos Cravos. O autor se dedica a entender o Timor-Leste em sua relação com Portugal, como vemos em “Timor-Leste: colonialismo, descolonização, Lusutopia” (2016). Esse estudo de Feijó é importante por propor reflexões acerca do colonialismo português em Timor, essencial para compreender a formação da FRETILIN e o contexto de invasão em finais de 1975. Outro autor português importante na atualidade é Pedro Aires Oliveira. Em seu artigo “Entregue aos Lobos: o Reino Unido e a invasão de Timor-Leste” (2007), o autor apresenta a trama envolvendo Reino Unido, Austrália e Estados Unidos dando apoio à invasão indonésia, destacando o cenário das relações internacionais.

Nos arquivos das universidades australianas, encontramos autores como Helen Hill (2013), com a obra “How Timor-Leste Influenced my academic career”, em que a autora compartilha como desenvolveu interesse sobre a história de Timor-Leste e conta sobre seu contato com lideranças da FRETILIN no período da descolonização, bem como sobre sua relação com amigos australianos que se mobilizavam pela causa de independência defendida pela Frente. Hill (1976) também produziu um pequeno livro intitulado “The Timor Story”, apresentando brevemente um histórico sobre o Timor-Leste e características do território<sup>3</sup>.

Outros trabalhos utilizados também seguem a proposta de focar o pano de fundo do período levando em conta as redes internacionais. Entre eles, duas teses de timorenses: a de Antero Benedito da Silva (2011), vinculado ao curso de filosofia da University of New England, na Austrália, trazendo uma análise sobre a educação popular promovida pela FRETILIN entre 1973 e 1978, e a de Domingos Francisco de Jesus de Sousa (2018), intitulada “A Ocupação Indonésia e a Resistência Timorense”, apresentada no curso de doutoramento em história do Instituto Universitário de Lisboa, analisando a resistência timorense no período da ocupação, levando em consideração fatores intrínsecos e extrínsecos ao território timorense.

---

<sup>3</sup> A autora também publicou a obra “Stirrings of Nationalism in East Timor: FRETILIN 1974-1978, The origins, ideologies and strategies of a nationalist movement”. Esse é um dos únicos textos encontrados que tem como tema a FRETILIN no período de descolonização. No entanto, não foi possível ter acesso ao trabalho.

Vale reforçar que, até o momento, não foi possível encontrar/acessar trabalhos que tenham como objetivo analisar a FRETILIN e sua articulação internacional na luta de independência em Timor-Leste. As pesquisas históricas que tratam sobre o Timor-Leste são bastante escassas, mas há uma bibliografia mais atualizada que utiliza uma perspectiva global e ampla para abordar o assunto. Dito isso, reforça-se também a pertinência deste trabalho, devido à escassez de estudos sobre o tema e tendo em mente a possibilidade de fomentar o debate sobre o Timor-Leste no Brasil.

Nesse sentido, nosso quadro teórico e metodológico vai ao encontro de perspectivas e conceitos da História Global, já que abordamos a articulação internacional da FRETILIN. Esse enfoque sugere a formação de redes em nível global. Para iniciar a discussão, citamos a obra de Sebastian Conrad, “Historia Global. Una nueva visión para el mundo actual” (publicada em edição espanhola em 2017).

O uso da História Global para a pesquisa se faz necessário pelas relações e conexões existentes entre a FRETILIN e agentes, países e movimentos políticos no plano internacional. Há ainda o contexto da Guerra Fria, que afeta os acontecimentos no Timor, principalmente no que concerne ao papel da Indonésia, tanto como nação administradora do território timorense, quanto no contexto global. Dito isso, o uso da História Global pretende justamente romper com um estudo fragmentado focado em uma história nacional, dando ênfase a um aspecto mais amplo de acontecimentos que geram consequências a um lugar específico. Conrad (2017, p. 10-11 e 16) aponta essas possibilidades:

La defensa de la historia global, por ende, también nos invita a superar esta fragmentación para llegar a una comprensión más abarcadora de las interacciones y conexiones que han dado origen al mundo moderno. [...] Trata ante todo de la movilidad y el intercambio, con procesos que trascienden las fronteras. Adopta como punto de partida el mundo interconectado, y centra la atención en temas como la circulación y el intercambio de cosas, personas, ideas e instituciones. Como definición preliminar (y bastante laxa) de la historia global, podríamos describirla como una forma de análisis histórico en el que los fenómenos, sucesos y procesos se sitúan en contextos globales. [...] se aspira a escribir una historia de espacios delimitados (y por ende, no «globales»), pero teniendo en mente las conexiones globales y las condiciones estructurales<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> “A defesa da história global, portanto, também nos convida a superar esta fragmentação<sup>[4]</sup> a fim de chegar a uma compreensão mais abrangente das interações e conexões que deram origem ao mundo moderno. [...] Trata-se principalmente de mobilidade e intercâmbio, com processos que transcendem as fronteiras. Ela toma o mundo interligado como ponto de partida e se concentra em questões como o movimento e o intercâmbio de coisas, pessoas, ideias e instituições. Como uma definição preliminar (e bastante solta) da história global, poderíamos descrevê-la como uma forma de análise histórica na qual fenômeno, eventos e processos são colocados em contextos globais. [...] o objetivo é escrever uma história de espaços

Com isso, mencionamos ainda outro fator pelo qual a História Global se torna importante, a citada dificuldade de acesso a estudos e pesquisas sobre o Timor-Leste e até uma relevante escassez de produções na área da história. Sobre isso, Conrad (2017, p. 10 e 19) escreve:

[...] la llamada a la historia global se presenta como un llamamiento a la inclusividad, a una visión más amplia. Los otros pasados también eran historia. [...] La historia global, en cambio, abre un mayor ángulo de visión para contemplar procesos que, durante mucho tiempo, si no han sido indetectables para los sistemas de conocimiento del mundo académico, al menos eran tildados de irrelevantes<sup>5</sup>.

O uso da História Global surge das necessidades de superar uma história que use o Estado-Nação como eixo de análise e evitar o enfoque eurocêntrico (SANTOS JUNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017), fazendo com que repensemos nossas noções de fronteira. Conforme Subrahmanyam (2012), a História Global nos convida “a redesenhar mapas que emergem das problemáticas que pretendemos estudar, em vez de inventarmos problemáticas que encaixem nas cartografias preexistente”, fazendo com que as fronteiras deixem de “ser fundamento da historicidade para se tornar também componentes da problemática” (DEGAN; PARETO JUNIOR, 2019).

A metodologia empregada para trabalhar com as fontes da pesquisa foi a análise de conteúdo, buscando compreender e interpretar a documentação e levando em conta os significados diversos presentes nos textos. A escolha da análise de conteúdo como metodologia se justifica primeiramente por ser um método de investigação que dispõe de amplas possibilidades, tendo um campo de aplicação vasto e sendo adaptável às necessidades e aos interesses do pesquisador, bem como aos objetivos da pesquisa (MORAES, 1999). Ainda, adaptamos a proposta de “categorização” desenvolvida por Laurence Bardin (2015), criando categorias que ajudaram a desenvolver a análise das articulações internacionais da FRETILIN. As categorias foram formadas a partir de eixos de análise encontrados com base nas fontes e transformadas em subcapítulos dentro dos capítulos 2 e 3.

---

delimitados (e, portanto, não “globais”), mas com conexões globais e condições estruturais em mente” (CONRAD, 2017, p. 10-11 e 16, tradução nossa).

<sup>5</sup> “[...] o apelo pela história global é apresentado como um apelo pela inclusão, por uma visão mais ampla. Os outros passados também foram história. [...] A história global, por outro lado, abre um ângulo de visão mais amplo para contemplar processos que, por muito tempo, se não indetectáveis para os sistemas de conhecimentos do mundo acadêmico, foram pelo menos rotulados como irrelevantes” (CONRAD, 2017, p. 10 e 19, tradução nossa).

As fontes desta pesquisa são documentos primários produzidos pela FRETILIN e suas lideranças. Inicialmente, grande parte da documentação foi coletada no site CasaComum.org, desenvolvido pela Fundação Mário Soares em Portugal. A documentação foi consultada por meio virtual, e é parte do acervo do Arquivo e Museu da Resistência Timorense de Díli. O corpus documental da pesquisa é composto por fontes de diferentes espécies e origens, as quais foram analisadas como parte de seus contextos de produção. O conjunto de documentos utilizados para o ano de 1974 conta com o periódico *Nacroma*, produzido pela ASDT/FRETILIN, com 9 edições publicadas quinzenalmente a partir da segunda quinzena de agosto de 1974<sup>6</sup>.

Ainda em relação a 1974, utilizamos duas correspondências das lideranças da FRETILIN, bem como o Manual e Programa Político da FRETILIN, publicado no final daquele ano. Como fonte secundária, utilizamos a obra de José Ramos-Horta “Timor-Leste: Amanhã em Díli”, onde o autor apresenta relatos sobre o período da descolonização, durante o qual atuou como liderança da ASDT/FRETILIN. A obra de Ramos-Horta foi utilizada tanto para o ano de 1974 quanto para 1975, sempre cruzada com a bibliografia e as fontes primárias.

Para o ano de 1975, foram utilizados comunicados lançados pela FRETILIN e assinados pelas lideranças da Frente, correspondências dos membros da FRETILIN, assim como relatórios produzidos por eles. Para tratar do período final de 1975, utilizou-se o periódico “Timor-Leste: jornal do povo maubere”, produzido pela FRETILIN entre 27 de setembro e 4 de dezembro de 1975. O periódico possui dez edições, com intervalos de uma semana entre cada edição, e era escrito em português<sup>7</sup>. Essa fonte foi encontrada no site do projeto Clearing House for Archival Records on Timor Inc. (CHART)<sup>8</sup>, que reúne e disponibiliza cópias de boletins informativos sobre a luta de independência de Timor-Leste (1974-1999).

---

<sup>6</sup> Não tivemos acesso às edições 6 e 7 do periódico.

<sup>7</sup> Até o presente momento, não foi possível encontrar outros trabalhos que tenham foco em analisar o periódico. Quanto à circulação do periódico, não foi possível constatar o público de destino. Cogitamos que o jornal circulasse dentro de Timor-Leste. No entanto, vale ressaltar que a taxa de analfabetismo era significativa, atingindo a maior parte da população, e possivelmente o conteúdo fosse compartilhado de forma oral.

<sup>8</sup> CHART é um projeto coordenado por John Waddingham desde 2000. Waddingham esteve envolvido na organização de um dos grupos de solidariedade analisados neste estudo. O CHART é um projeto arquivístico que tem como objetivo identificar e promover a preservação de qualquer material documental que se relacione ao Timor-Leste. Os materiais reunidos encontram-se principalmente na Austrália, e uma quantidade significativa de documentos já está digitalizada no site do projeto.

A estrutura da dissertação está dividida em três grandes eixos de análise. O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar ao leitor um panorama pertinente sobre a Guerra Fria e o Terceiro Mundo. Aborda-se um contexto necessário para inserir a FRETILIN nos debates e contextos internacionais do período de descolonização. Subdividiu-se esse capítulo em dois: primeiro, apresentamos pontos centrais do conflito da Guerra Fria e, em um segundo momento, abordamos o contexto de Portugal para que seja possível compreender as relações entre o governo português e o Timor-Leste.

O segundo capítulo trata sobre a formação das associações em Timor português e da ASDT/FRETILIN, abordando questões centrais para a Frente, como o processo de consolidação interna do movimento, seu discurso anticolonial, influências ideológicas externas e a busca de apoio no exterior. No terceiro capítulo, voltamos a atenção para o ano de 1975. Nesse contexto, analisamos as articulações da FRETILIN com o governo português, com a Austrália, a Indonésia, além de outros países e movimentos políticos estrangeiros. Concluimos o trabalho confirmando as hipóteses de que as articulações internacionais da FRETILIN, em diferentes escalas e aspectos, contribuíram com a atuação da Frente, e que o contexto da Guerra Fria também foi essencial para os acontecimentos no território timorense.

## **2 A GUERRA FRIA E O TERCEIRO MUNDO: O FIM DO COLONIALISMO PORTUGUÊS NO TIMOR-LESTE**

O processo de descolonização de Timor-Leste, de 1974 até 1975, ocorre durante a Guerra Fria e, portanto, está inserido neste contexto. Para analisar a FRETILIN e suas articulações a nível internacional, é necessário compreender o conflito. Também é necessário traçar um panorama pertinente sobre a colonização portuguesa em Timor, assim como alguns desdobramentos de acontecimentos do século XX relacionados a Portugal e ao território timorense.

Por conta disso, o presente capítulo pretende apresentar o contexto da Guerra Fria para promover uma melhor compreensão do objeto de análise em questão. O panorama apresentado neste capítulo será dividido em duas escalas de análise. A primeira escala tem como objetivo apresentar pontos centrais da Guerra Fria e explicar de que forma eles se relacionam com os acontecimentos do território timorense no início da década de 1970. A segunda escala visa a abordar o contexto de Portugal enquanto colonizador e explicar de que forma os fatos ocorridos na nação lusa resultaram no processo de descolonização de Timor português, principalmente no que se relaciona com o contexto da Guerra Fria.

### **2.1 GUERRA FRIA E O TERCEIRO MUNDO**

O contexto da Guerra Fria e do Terceiro Mundo abordado neste tópico inicia a partir do final da Segunda Guerra Mundial, momento em que a geopolítica internacional e a ordem vigente até o conflito se modificaram. Nosso recorte temporal da Guerra Fria se estende até a década de 1970, contexto relevante para construir a análise pretendida nesta pesquisa: as articulações internacionais da FRETILIN no período da descolonização.

Este subcapítulo foi estruturado em dois subtópicos. O primeiro aborda um panorama geral sobre a Guerra Fria a partir da perspectiva da História Global. Apresenta-se um cenário geral do conflito baseado na ideia de uma Guerra Fria multipolar e a formação de redes internacionais nesse contexto. O segundo subtópico apresenta um panorama da região do Sudeste Asiático, com ênfase no caso da Indonésia, envolvida no processo de descolonização de Timor português.

#### **2.1.1 A Guerra Fria Multipolar**

A Guerra Fria envolve os processos de descolonização ocorridos a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Nesse ínterim, surgem diversos movimentos pela independência em muitos territórios colonizados. Um série de países em África e Ásia conquistaram suas independências a partir das décadas de 1950 e 1960. Os casos de descolonização em diferentes territórios possuem suas peculiaridades, mas estão inseridos em uma rede maior dentro do contexto político da Guerra Fria. As articulações entre países e movimentos políticos que lutavam pela independência no plano internacional estão inseridas em tal contexto.

A trama da Guerra Fria envolve as grandes potências que sempre tiveram protagonismo na historiografia sobre o conflito, como Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS). No entanto, a relação entre a Guerra Fria e os processos de descolonização e independência traz à luz numerosos agentes e atores que ampliam a ideia de um conflito bipolar. Dessa forma, é necessário superar análises que apenas observem as duas grandes potências já mencionadas e é essencial que se dê ênfase e protagonismo também às articulações e participações dos territórios que foram colonizados.

Nesta pesquisa, pretendemos compreender a Guerra Fria a partir das redes internacionais formadas no período, que envolvem não apenas as grandes potências, mas também o sul global ou o Terceiro Mundo, composto pelos territórios que outrora foram colônias. Segundo Bevins (2022), o Terceiro Mundo consiste nos territórios que estavam majoritariamente sob o domínio colonial nos séculos XIX e XX e possuíam economias muito mais frágeis do que as potências de Primeiro ou Segundo Mundo. O Primeiro Mundo era formado por nações ricas como Estados Unidos, Canadá, países da Europa Ocidental, Austrália e Japão; o Segundo Mundo era composto pela União Soviética e territórios que haviam sido incorporados.

É incontestável a importância do papel dos EUA e da URSS na Guerra Fria. No entanto, é necessário ampliar a análise e observar as políticas práticas efetivadas pelas grandes potências envolvidas, que geraram movimentações relevantes nos territórios em processo de descolonização e independência, assim como é essencial observar a atuação dos movimentos que surgem em tais territórios. Os agentes do Terceiro Mundo também influenciaram nos rumos do conflito. Dessa forma, passamos a conceber uma Guerra Fria multipolar, dando ênfase e protagonismo ao Terceiro Mundo, observando os



desdobramentos das políticas práticas efetivadas pelas grandes potências e suas articulações internacionais. Sendo assim, o Terceiro Mundo passa a ser um ponto central na Guerra Fria.

Trabalhos como de Odd Arne Westad em “The Global Cold War: Thrid World Interventions and the Making of Our Times”, de Mark Philip Bradley em “Decolonization, the global South and the Cold War, 1919-1962” e de Michael Latham em “The Cold War in The Third World, 1963-1975” contribuem e servem de base historiográfica para pensar a Guerra Fria proposta nesta pesquisa, pois mudam a perspectiva do conflito para o sul global e o Terceiro Mundo. O trabalho de Westad (2007) coloca a origem Guerra Fria no século XIX, destacando o caráter intervencionista e expansionista no âmbito interno das duas grandes potências da Guerra Fria: EUA e URSS. Posteriormente, já no século XX e no contexto da Guerra Fria, esses países se apresentam como alternativas às potências coloniais europeias, com projetos de modernidade alternativos, passando a disputar influências no Terceiro Mundo. Com isso, Westad (2007) observa as políticas práticas dessas potências para esses territórios.

Bradley (2010), também remonta a momentos anteriores para compreender a dinâmica da Guerra Fria. O autor ressalta a autonomia das elites tradicionais dos territórios colonizados, quando resistiam ao imperialismo do século XIX, e aponta que, quando essas elites acatavam demandas vindas dos governos coloniais, era com o intuito de servir aos seus próprios interesses. Segundo Westad (2007), a cooptação das lideranças pelas metrópoles no contexto colonial acabou gerando um paradoxo: essas lideranças tradicionais das elites locais foram responsáveis por encabeçar movimentos nacionalistas no século XX que se colocaram contra o colonialismo. Soma-se a isso a insatisfação sentida por indivíduos das colônias que lutaram na Primeira Guerra Mundial pela metrópole. Eles retornam ao seu território questionando as promessas civilizacionais das lideranças coloniais, já que a experiência fora da colônia promoveu uma consciência política e social ampliada (BRADLEY, 2010).

Segundo Bradley (2010), a resistência das metrópoles em promover as descolonizações, ainda no início do século XX, frustrou as lideranças nas colônias, que começaram a pensar em alternativas para independência política e transformação social, inspirados na Revolução Bolchevique. Nesse contexto, o autor destaca os movimentos Pan-africano, Pan-islâmico e Pan-asiático como importantes movimentos nacionalistas que moldaram a onda de independências ocorrida no contexto da Guerra Fria. A

insatisfação das elites tradicionais também surgia pela impaciência com o ritmo das mudanças nas colônias. Indivíduos que passavam pela metrópole, em muitos casos estudantes, revoltavam-se com a marginalidade econômica e os limites impostos pelo governo da metrópole às colônias em termos de oportunidades de educação e participação política.

Esse panorama anterior à Guerra Fria é importante para apresentar a origem dos movimentos de libertação, que precedem o período do conflito em si. Os movimentos de libertação que emergem na Guerra Fria já possuíam algum histórico de mobilização anticolonial. Segundo Bradley (2010), o nacionalismo radical surgido nas colônias nas décadas de 1920 e 1930 é característico dos casos de colônias britânicas, francesas e holandesas<sup>9</sup>. Posterior a isso, no contexto da Segunda Guerra Mundial, as potências envolvidas na guerra, como o Japão, se apresentam como uma oportunidade para libertação em alguns territórios, através da ideia de aproximar-se do “inimigo do meu inimigo”, como ocorreu na Indonésia<sup>10</sup>.

A partir da década de 1950, as duas superpotências passaram a se voltar cada vez mais para os processos de descolonização, direcionando as políticas para o sul global. Soma-se a esse contexto a China de Mao Tsé-Tung<sup>11</sup>. As três potências passaram a se envolver com as construções dos Estados pós-coloniais e os processos de descolonização. A partir disso, passamos a observar as articulações entre as superpotências e o Terceiro Mundo em disputa. No entanto, vale ressaltar a complexidade dessas articulações. As elites das ex-colônias não receberam a intervenção das superpotências de forma passiva.

Muitas lideranças de movimentos de libertação e dos Estados recém-criados receberam apoio das superpotências, mas não firmavam alianças estreitas com elas. Dessa

---

<sup>9</sup> O caso do império colonial português tem suas peculiaridades, principalmente no século XX, e será abordado no próximo tópico.

<sup>10</sup> Esse caso será abordado no próximo subtópico.

<sup>11</sup> Há diferenças importantes quando às questões ideológicas chinesas e soviéticas, assim como ao surgimento de outras correntes ideológicas nos movimentos de libertação em Ásia e África. Friedman (2015) ressalta que a ideologia socialista ou comunista não é a mesma coisa em todos os lugares. O autor dá ênfase ao conflito entre URSS e China, apresentando suas diferenças na implementação do marxismo, o que levou a dois projetos socialistas diferentes. Em geral, Friedman (2015) dá atenção especial ao nacionalismo fomentado pelo governo chinês, onde o foco orientador se direcionava para o anti-imperialismo, enquanto a URSS enfatizava o anticapitalismo e almejava derrubá-lo. O autor também destaca que o conflito entre ambos gera desdobramentos nos processos de descolonização no contexto da Guerra Fria. A URSS tinha foco nos países em que o capitalismo já havia se desenvolvido. No caso da China, Mao valorizava e dava ênfase aos contextos culturais desses processos. Vale destacar que, da mesma forma, o Terceiro Mundo construiu seus próprios modelos ideológicos, muitas vezes adaptando-os às suas realidades distintas.

forma, mesmo conquistando apoio militar, financeiro ou ideológico das superpotências, os novos Estados ou movimentos de libertação mantinham sua autonomia. Bradley (2010) cita o caso indiano de Nehru, que recebeu apoio soviético, mas rejeitou a ideologia política soviética, optando por seguir um curso diplomático independente. O mesmo aconteceu nos casos da Indonésia e do Egito, que receberam ajuda financeira soviética, em troca acataram aspectos dos modelos econômicos soviéticos, mas mantiveram-se “frios” com o bloco soviético no contexto da Guerra Fria.

A autonomia e o protagonismo das lideranças dos novos Estados e dos movimentos de libertação são ressaltados por autores como Bradley (2010), Westad (2007), Byrne (2016), Latham (2010), etc. Todos os autores dão ênfase ao poder dessas lideranças de negociar com as potências da Guerra Fria, o que promoveu sua autonomia, não ficando refém de um só país. Byrne (2016) afirma que os líderes do Terceiro Mundo negociavam livremente e com autonomia entre China, URSS, EUA e outras potências europeias. Essas lideranças cediam, por um lado, e exigiam algo relevante a elas, por outro, conseguindo benefícios próprios. Muitas vezes também jogavam entre as potências, conseguindo apoio concomitante de duas ou três dessas nações. Latham (2010, p. 268) afirma que:

[...] Third World elites were never simply passive recipients of modernizing or revolutionary models. [...] Where Soviet, American, and Chinese policymakers tended to see their models as complete, indivisible packages, Third World leaders displayed a remarkable proclivity for selecting and blending diverse elements while combining them with their own historically and culturally defined priorities<sup>12</sup>.

Outro ponto importante de se destacar sobre o contexto da Guerra Fria relaciona-se com a articulação entre o próprio Terceiro Mundo, principalmente a partir do não alinhamento. Do final dos anos 1950 ao início de 1960, os líderes pós-coloniais articularam-se na Conferência Afro-Asiática de Bandung (1955) e nas Conferências do Países Não Alinhados, em Belgrado (1961), a primeira que oficializou o grupo, seguindo-se os encontros no Cairo (1964), em Lusaka (1970), em Argel (1973), etc. Em geral, se articulou uma visão compartilhada entre as lideranças sobre o “anti-imperialism, disarmament, accelerated development, expanded trade, and economic cooperation

---

<sup>12</sup> “[...] as elites do Terceiro Mundo nunca foram simplesmente recipientes passivos de modelos modernizantes ou revolucionários [...] Onde os políticos soviéticos, americanos e chineses tendiam a ver seus modelos como pacotes completos e indivisíveis, os líderes do Terceiro Mundo demonstraram uma tendência notável para selecionar e mesclar diversos elementos, combinando-os com as suas prioridades definidas histórica e culturalmente” (LATHAM, 2010, p. 268, tradução nossa).

among those emerging from colonial domination”<sup>13</sup> (LATHAM, 2010, p. 258). Lideranças como Sukarno, da Indonésia, Nehru, da Índia, Nasser, do Egito, e Bem Bella, da Argélia, “rejected the ideological rigidity of the Cold War and insisted on the right to define freely their own paths to progress in a world of different social systems”<sup>14</sup> (LATHAM, 2010, p. 259).

Bandung ainda proporcionou “an opportunity for Third World leaders to discuss transnational anticolonial ideologies of regional, race, and class solidarities and to create an international space apart from both the imperial and the Cold War orders”<sup>15</sup> (BRADLEY, 2010, p. 479). O resultado de Bandung e o que segue a partir da conferência é a formação de uma “terceira via” alternativa à ordem vigente na Guerra Fria, entre URSS, EUA e China (WESTAD, 2007). O Movimento dos Não Alinhados formado a partir de 1961 deu maior expressão aos anseios dos líderes dos países pós-coloniais. Em poucos anos de formação, o grupo contou com mais de 50 países que haviam sido colônias (BRADLEY, 2010).

A partir de Bandung, essas lideranças transitaram entre o apoio das superpotências. EUA, URSS e China enxergavam a Guerra Fria e a disputa pelo Terceiro Mundo como conflitos ideológicos onde poderiam fincar ou impor alianças e influência. No entanto, o resultado mostrou às potências que o Terceiro Mundo não aceitaria imposições de forma passiva. A formação desses grupos gerou “challenges to the imperial and bipolar Cold War international orders”<sup>16</sup> (BRADLEY, 2010, p. 480). Dito isso, ressalta-se o contexto da década de 1960, marcada por conflitos de extrema violência. A intervenção das potências (EUA, URSS e China) na formação dos novo Estado pós-coloniais tomou uma forma cada vez mais intrusiva e militarizada (BRADLEY, 2010). Westad (2007) e Bradley (2010) ressaltam a violência e o terror das guerras travadas no Terceiro Mundo. Westad (2007) destaca o caráter destrutivo dos conflitos que devastavam territórios. Bradley (2010, p. 285) afirma que “[t]he violence and terror of

---

<sup>13</sup> “[...] anti-imperialismo, desarmamento, desenvolvimento acelerado, comércio expandido e cooperação econômica entre aqueles que emergiram da dominação colonial” (LATHAM, 2010, p. 258, tradução nossa).

<sup>14</sup> “[...] rejeitaram a rigidez ideológica da Guerra Fria e insistiram no direito de definir livremente seus próprios caminhos para progredir em um mundo de diferentes sistemas sociais” (LATHAM, 2010, p. 259, tradução nossa).

<sup>15</sup> “[...] uma oportunidade para os líderes do Terceiro Mundo discutirem ideologias anticoloniais de solidariedades regionais, raciais e de classe para criar um espaço internacional separado das ordens imperiais e da Guerra Fria” (BRADLEY, 2010, p. 479, tradução nossa).

<sup>16</sup> “[...] desafios para as ordens internacionais imperiais e bipolares da Guerra Fria” (BRADLEY, 2010, p. 480, tradução nossa).

war, and the authoritarian regimes of the Right and of the Left that emerged in their wake, destabilized and sometimes devastated many local societies”<sup>17</sup>.

Cabe ainda ressaltar um aspecto interno dos movimentos de libertação no contexto da Guerra Fria. As lideranças anticoloniais, anti-imperialistas e nacionalistas pretendiam modernizar rapidamente seus territórios e, dessa forma, acabavam negando os aspectos tradicionais da população nativa. Em alguma medida, isso gerava conflitos entre lideranças anticoloniais e lideranças tradicionais rurais, o que, por sua vez, resultava em conflitos internos como guerras civis. O objetivo das lideranças anticoloniais era promover uma unidade para formar um Estado-Nação. Para isso, seria necessário superar diferenças étnicas e culturais do território (WESTAD, 2007). Byrne (2016) reforça esse argumento: devido ao fato de o sistema internacional ser pautado em Estados-Nação, ou seja, unidades estatais, o nacionalismo tem o papel de formar uma originalidade nacional para a independência almejada pelos movimentos e lideranças de libertação.

O panorama da Guerra Fria apresentado serve para inserir o objeto da presente pesquisa em uma escala internacional de formação de redes. Posteriormente, constataremos como esse contexto contribuiu com a atuação da FRETILIN no plano internacional. Vale destacar que o contexto analisado já estava posto para a FRETILIN, e em alguns momentos do processo de descolonização do território timorense certos pontos desse contexto são retomados e servem de base para uma melhor compreensão do período de 1974 e 1975.

### 2.1.2 O caso da Indonésia

O contexto indonésio reforça a complexidade da Guerra Fria. Desde a independência do país até o momento em que ocorre a invasão de Timor-Leste, observamos a Indonésia em uma trama intrincada no plano internacional, onde diferentes agentes são importantes para a história do país e, conseqüentemente, para a história timorense. Por isso, prosseguiremos com um panorama que ajude a compreender o papel da Indonésia e da FRETILIN no contexto timorense em 1974 e 1975.

---

<sup>17</sup>“A violência e o terror da guerra, e os regimes autoritários de direita e de esquerda que emergiram em seu rastro, desestabilizaram e às vezes devastaram muitas sociedades locais” (BRADLEY, 2010, p. 285, tradução nossa).

Como já mencionado anteriormente, a Indonésia teve um papel importante nos debates do Terceiro Mundo que reivindicavam “igualdade política no plano internacional [...] a demanda pela redistribuição dos recursos humanos do mundo, uma taxa de retorno mais digna para a força de trabalho de seu povo e o reconhecimento compartilhado da herança da ciência, tecnologia e cultura” (PRASHAD, 2022, p. 23). A liderança indonésia de destaque nesse contexto é Ahmed Sukarno, que, junto com Nasser e Nehru, teve grande repercussão nos debates do Terceiro Mundo no plano internacional da Guerra Fria. Juntos, os três formavam o que Prashad (2022, p. 23) chamou de “os três titãs”, considerados heróis.

O território indonésio foi colônia holandesa desde o século XVII e era formado por vários reinos. O cenário para a independência da Indonésia tem início com a Segunda Guerra Mundial. Em 1942, as tropas japonesas chegaram ao território quando os Países Baixos foram ocupados pela Alemanha nazista. O Japão tinha se tornado uma potência imperialista que estava dominando o sudeste asiático. É interessante que a presença dos japoneses no território indonésio tenha sido vista com bons olhos por alguns indonésios. Líderes de um pequeno movimento pró-independência indonésio acreditavam que os japoneses ajudariam de alguma forma na libertação do território, e pensavam que “pelo menos, os japoneses eram asiáticos” (BEVINS 2022, p. 45).

No entanto, a esperança de que os japoneses seriam libertadores logo foi entendida como uma ilusão. Segundo Bevins (2022, p. 46), “[o]s holandeses foram colocados em campos de concentração” e a população passou a ser oprimida e violentada. Apenas no final da Segunda Guerra Mundial, e com a saída dos japoneses do território, o líder Sukarno, do movimento de independência indonésio, proclama a independência. Entretanto, “assim como os franceses fizeram na Indochina, os holandeses voltaram, tentando reafirmar o domínio colonial” (BEVINS, 2022, p. 46).

Os holandeses usaram da violência extrema para retomar o domínio do território. Em contrapartida, os líderes da independência se articularam internamente com os reinos locais para resistir às forças holandesas. Segundo Bevins (2022, p. 46), as lideranças da independência eram compostas por “uma mistura de nacionalistas, militantes de esquerda e grupos islâmicos”. Ainda segundo o autor:

Ironicamente, o contato direto com a Europa sempre foi importante para fomentar movimentos revolucionários no Terceiro Mundo. O movimento de independência da Indonésia tinha raízes iniciais na Holanda, e foi em Paris que Ho Chi Minh teve acesso à sua educação política. Ao estudar ou trabalhar nas

capitais imperiais, os súditos coloniais por diversas vezes entraram em contato com ideais que nunca se permitiu que chegasse a seus territórios (BEVINS, 2022, p. 47).

Bevins (2022, p. 48) ainda afirma que “[n]os anos 1930 e 1940, praticamente nenhum europeu apoiava a independência colonial, exceto os de esquerda”. O Partido Comunista Indonésio [...] foi fundado em 1914 como Associação Social-Democrata das Índias com a ajuda de esquerdistas holandeses” que trabalharam junto de Sukarno e de grupos muçulmanos pró-independência. O conflito entre o movimento de libertação indonésio pela independência e as forças holandesas durou até 1949, resultando na expulsão dos holandeses. Com a saída dos holandeses do território, o novo país independente iniciava sua construção sob liderança de Sukarno. No entanto, ainda vale ressaltar que, durante a guerra de independência, dentro do grupo revolucionário indonésio, o grupo de republicanos de direita entrou em confronto com os comunistas. O líder Sukarno contribuiu para a derrota dos comunistas indonésios. Com isso, a nação liderada por Sukarno ficou bem-vista aos olhos americanos por sua capacidade e disposição de reprimir levantes comunistas (BEVINS, 2022).

Dessa forma, no período inicial da Guerra Fria, o caso indonésio não apresentava ameaças significativas aos interesses dos Estados Unidos. Segundo Bevins (2022, p. 33), a “política externa estadunidense interpretou a nascente Indonésia de Sukarno como o caso axiomático de um movimento anticomunista e [...] Jacarta passou a significar esse princípio de tolerância para as nações neutras do Terceiro Mundo”. Esse cenário se altera em 1953, quando o governo de Eisenhower tinha como regra que “os governos neutros poderiam ser inimigos em potencial e Washington poderia decidir se e quando uma nação independente do Terceiro Mundo era suficiente anticomunista.” (BEVINS, 2022, p. 56).

A preocupação com Sukarno aumenta ainda mais quando, em 1955, ocorre a Conferência de Bandung. Segundo Bevins (2022, p. 71), a Conferência Afro-Asiática de Bandung “solidificou de fato a ideia do Terceiro Mundo. Essa reunião marcante trouxe os povos do mundo colonizado a um movimento, que se opunha ao imperialismo europeu e era independente do poder dos Estado Unidos e da União Soviética”. Vale ressaltar também que a articulação das lideranças dos países do Terceiro Mundo já acontecia antes de Bandung, e já se planejava a realização da Conferência.

A conferência contou com a participação de numerosos líderes do Terceiro Mundo que representavam por volta de 1,5 bilhão de pessoas, em um planeta com 2,8 bilhões de

habitantes. A reunião resultou no “florescimento de organizações globais. Eles foram inspirados pelo ‘Espírito de Bandung’, que Sukarno apresentou no seu poderoso discurso” (BEVINS, 2022, p. 72). A Conferência fez com que Sukarno se tornasse uma ameaça aos Estados Unidos, que já via a posição de neutralidade como uma ofensa. As relações entre Sukarno e o governo americano se desgastam, fazendo com que as duas nações se afastem cada vez mais.

A CIA já havia se articulado no ano anterior a 1965 para promover um golpe que tiraria Sukarno do poder e o substituiria pelo general Suharto, o qual possuía um perfil mais afinado com os interesses americanos e anticomunistas. Os detalhes que mostram toda a trama internacional que resultou no golpe a Sukarno são apresentados por Bevins (2022). O importante de ressaltar por fim neste subtópico é que, com apoio estadunidense, um golpe derruba Sukarno e coloca em seu lugar Suharto, que implementa uma ditadura anticomunista na Indonésia. É Suharto que está no poder no decorrer da descolonização de Timor-Leste.

A perseguição a comunistas pelo governo Suharto levou a assassinatos em massa e à prisão de milhares de indivíduos<sup>18</sup>. A ditadura imposta pelo líder apoiado pelos EUA vitimou mais de 500 mil indonésios que supostamente teriam envolvimento com o comunismo. Suharto promoveu um regime agressivo e militarizado que reprimia a população indonésia. Em dezembro de 1975, o território timorense passa a fazer parte desse país. No entanto, a Indonésia já era importante para a descolonização do Timor-Leste desde 1974, assunto que é foco desta pesquisa e será abordado nos capítulos seguintes.

## 2.2 FIM DO COLONIALISMO PORTUGUÊS E O TIMOR-LESTE

A dificuldade de pesquisar o Timor-Leste apresenta-se logo nos primeiros contatos com o tema. Buscar informações sobre esse país exige uma investigação minuciosa e persistente. As fontes de informação não se apresentam facilmente para acesso. Mesmo sendo um território que possui vínculos com o Brasil, pouco se debate e

---

<sup>18</sup> Sobre isso, destaca-se o trabalho do “TAPOL Bulletin, the British Campaign for the Release of Indonesian Political Prisoners”. O TAPOL surgiu em 1973, na Inglaterra. O objetivo do TAPOL era fazer campanha pela libertação de presos políticos na Indonésia, detidos no governo de Suharto, a partir do golpe de 1965.



se pesquisa sobre o Timor-Leste em nosso país. Dessa forma, os temas que envolvem o Timor-Leste ficam significativamente de fora dos debates historiográficos no Brasil. Ao abordar a história timorense, e principalmente no caso desta pesquisa, que trata especificamente sobre o contexto da descolonização, é necessário preencher algumas lacunas anteriores, devido à insipiência do tema no Brasil.

O período que antecede o objeto do presente estudo deve ser exposto visando uma melhor compreensão dos acontecimentos de 1974 e 1975 em Timor português. É importante observar os contextos e relações entre o governo português e a colônia timorense. Dessa forma, precisamos delinear um breve panorama histórico sobre o período colonial em Timor, observando como a metrópole se relacionava com sua colônia mais distante. Em seguida, é mister abordar os acontecimentos pertinentes do século XX envolvendo Portugal e Timor português. A estrutura deste subcapítulo divide-se de forma a cumprir com essa proposta.

### 2.2.1 O colonialismo em Timor português

O que se referêcia como “período colonial” abrange a conjuntura entre o primeiro contato de timorenses nativos com navegadores portugueses, no século XVI, e o momento da ocupação pela Indonésia, em 1975. Sobre o início da presença portuguesa em Timor, vale ressaltar que além o fato de a ilha ser rica em sândalo, a localização estratégica de Timor – rota para Índia e China – também atraiu o interesse dos portugueses. No entanto, não há uma data exata para a chegada dos portugueses em território timorense. A bibliografia disponível sugere uma datação entre 1512 e 1515 (PEREIRA, 2008).

De Lucca (2021) salienta a fragilidade da documentação existente sobre o início da colonização portuguesa em Timor: “A data exata do desembarque português na ilha não é clara e, inclusive, não há registros que confirmem com precisão o desembarque no ano de 1515” (THOMAZ, 1994; GUNN, 1999 *apud* DE LUCCA, 2021, p. 116). O autor destaca ainda que a chegada em terras timorenses não teve um grande anúncio ou “um grande relato da literatura de viagens, tal qual a ‘certidão de nascimento’ do Brasil, atribuída à Carta de Pero Vaz de Caminha”. (DE LUCCA, 2021, p. 116).

Os portugueses encontraram em terras timorenses uma realidade em que os povos de Timor já estavam “integrados em redes de troca regionais” (DE LUCCA, 2021, p.117), além de possuírem contatos externos com chineses, árabes e regiões próximas à ilha de

Timor. No entanto, a bibliografia acessível pouco mais detalha sobre a chegada dos portugueses. Em geral, as referências levam-nos a constatar que Portugal deu pouca importância ao Timor até o século XVIII.

Pereira (2008, p. 2) afirma que “Portugal governou Timor-Leste à distância”, e que a administração do território partia dos governadores das colônias de Goa e Macau. Ramos-Horta (1994, p. 68) também reforça essa afirmação: “Entre os séculos XVI e XVII, a coroa portuguesa tinha pouca autoridade sobre Timor”. Jardine (1997, p. 21) escreve: “Durante os primeiros 300 anos de governo colonial, Portugal demonstrou menos interesse em Timor-Leste do que em qualquer de suas outras colônias.”.

Dessa forma, a bibliografia permite constatar que os primeiros séculos de colonização não foram marcados por grandes esforços por parte de Portugal para sua colônia mais longínqua. Um ponto de destaque nesse contexto é a importância da religião. O esforço português em levar a fé católica para a população timorense aparece logo no início da colonização. Segundo Serrano e Waldman (1997, p. 43), “A evangelização, iniciada no século XVI, foi o primeiro ‘marco civilizatório’ da colonização. Sob proteção da coroa portuguesa, frades dominicanos estabeleceram a primeira colônia europeia permanente em Timor”. A recepção dos timorenses à fé católica é um ponto peculiar, como apresenta Pereira (2008, p. 2):

Apesar de não compartilhar da fé católica, a população timorense encontrou nos missionários uma forma de resistir à propagação do islamismo. A rejeição à religião islâmica decorria principalmente do facto dos timorenses não aceitarem a proibição pregada em relação à criação de porcos e ao uso de sua carne para consumo.

No entanto, ainda assim, a catequização obteve êxito em uma pequena parte da população, e o catolicismo que passou a existir em Timor era marcado por um sincretismo com as religiões nativas.

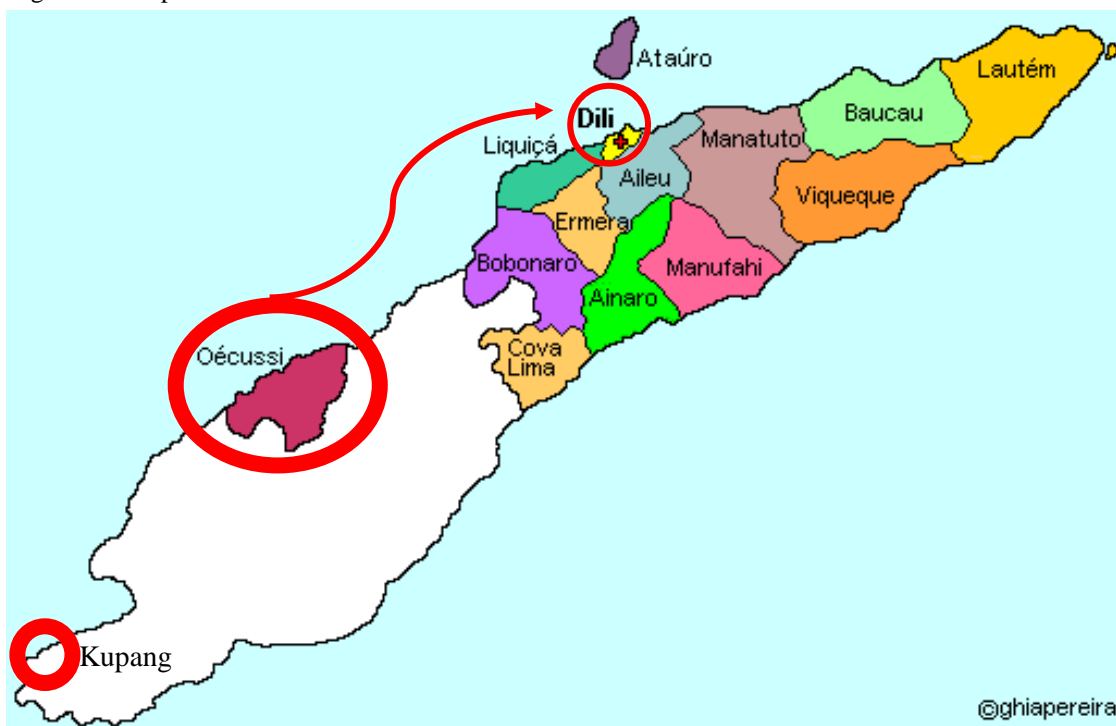
No século XVII, os portugueses em Timor passam a se preocupar com a presença concorrente dos holandeses<sup>19</sup>. Serrano e Waldman (1997, p. 44) apresentam a data de 1651 como o ano em que os holandeses invadem Timor a partir do “desembarque em Kupang [no canto inferior esquerdo do mapa da figura 3], na extremidade ocidental da ilha, estendendo gradativamente sua influência pela porção oeste da ilha ao longo do

---

<sup>19</sup> É nesse contexto que há a expansão dos holandeses para Pernambuco e Bahia, para Luanda, Cidade do Cabo e também no Ceilão, após a independência dos Países Baixos do Império Espanhol, no final da Guerra dos Oitenta Anos.

século seguinte”. Isso fez com que a sede administrativa da colônia portuguesa fosse transferida de Ocussi para Díli<sup>20</sup> em 1769 (ilustrado na figura 3).

Figura 4 – Mapa da Ilha de Timor.



Fonte: Cuadrado (2011).

No século seguinte, em 1859, as disputas pela divisão do território entre Timor português e Timor holandês resultam no primeiro tratado a fixar fronteira de ambos. As fronteiras atuais de Timor-Leste resultaram de outro tratado, assinado em junho de 1914<sup>21</sup>, que trouxe poucas modificações ao anterior (SERRANO; WALDMAN, 1997). As questões referentes à administração portuguesa sobre o território timorense no período colonial ainda carecem de maiores estudos específicos e disponíveis de forma acessível. Percebe-se, na bibliografia consultada, uma falta de concordância entre datas de alguns eventos significativos, como, por exemplo, divergências acerca da chegada do primeiro governador que estabelece a sede do governo na própria ilha.

Pereira (2008, p. 3) afirma que “a partir de 1702, Timor-Leste passou a ter o seu próprio governador. Foi criada uma administração central sujeita às ordens da coroa portuguesa”. Ramos-Horta (1994) cita o nome de Antônio Coelho Guerreiro como o

<sup>20</sup> O território de Ocussi ainda permaneceu sob domínio português, fazendo parte do Timor-Leste até os dias atuais.

<sup>21</sup> No que se refere ao tratado que fixa os limites do território de Timor-Leste como é reconhecido até os dias atuais, a data de 1914, indicada por Serrano e Waldman (1997), diverge do apresentado por outros autores, como Ramos-Horta (1994) e Jardine (1997), que citam a data de 1913. Além disso, em todos os autores consultados não encontramos informações detalhadas sobre a formação de tal tratado.

primeiro governador designado em 1701. Serrano e Waldman (1997, p. 44) apontam uma data posterior para a chegada de uma administração na própria ilha ao afirmarem que: “Procurando consolidar seu domínio, em 1896, Timor, que era administrado a partir de Macau [...] passou a ser colônia distinta, com uma administração própria instalada na ilha”. Vale ressaltar que a iniciativa portuguesa em fixar uma administração na colônia de Timor relaciona-se com o contexto da Conferência de Berlim, que havia sido realizada algum tempo antes, em 1884 e 1885.

Mesmo com as divergências de datas, é importante destacar algumas informações acerca da administração colonial em Timor-Leste. Anteriormente à chegada do primeiro governador, Galdino (2012 p. 30) aponta que “para ocupar e administrar efetivamente o território, os portugueses desenvolveram uma relação pautada na cooperação, bem como no estabelecimento de relações amigáveis com chefes de alguns clãs”. Dessa forma, os colonizadores portugueses passaram a utilizar a estrutura das sociedades timorenses que já existiam antes da sua chegada, o que não evitou conflitos internos e revoltas contra a administração lusa.

Com a chegada do primeiro governador, manteve-se o “respeito” à estrutura e à influência dos chefes de grupos, os *liurais*. Segundo Pereira (2008, p. 3):

Cada liurai governava o seu reino sem interferência do poder central, estando submetidos, entretanto, às seguintes obrigações: a) O pagamento de um tributo, que era fixado por acordo entre o reino e o Governo; e b) O fornecimento de homens, de armas e um certo número de auxiliares, que eram escalados em turnos para prestar serviços ao governo e executar as obras públicas que viessem a ser necessárias. Por sua vez, os liurais receberam patentes militares para liderar o “exército da colônia”, que era composto pelos homens locais.

Conforme Ramos-Horta (1994, p. 68), o primeiro governador explorou a tática de “dividir para governar”, que marcou a colonização portuguesa no Timor a partir da sua chegada. Para o autor, Antônio Guerreiro conseguia corromper os chefes “oferecendo patentes militares a chefes leais, estabelecendo alianças com algumas tribos contra outras, explorando astutamente as rivalidades inter-tribais.”.

Já no século XIX, Jardine (1997, p. 22) afirma que a partir do acirramento de disputa entre as potências coloniais europeias, Portugal passa a ampliar o desenvolvimento econômico e social no Timor português. No entanto, isso resultou no uso de “táticas opressoras, como o cultivo forçado de colheitas comerciáveis, trabalho forçado para a construção da infraestrutura no território e a cobrança de impostos por

cabeça.”. O interesse em desenvolver o território estava acompanhado da intensificação da opressão e exploração da população timorense.

O trato dos portugueses com a população nativa, mesmo que dotado de práticas para manipular ou coagir, o que serviria ao próprio governo luso, resultou, inevitavelmente, em revoltas e resistências do povo timorense contra a presença portuguesa. Serrano e Waldman (1997, p. 44) apontam uma série de revoltas a partir do século XVIII: “Kamenasse-Kailako (1719/1726), Luka (1775/1882), Kova-Kotubaba (1865/1912) e Manu-Fahi (1895/1912)”.

A bibliografia, em geral, cita as revoltas da população nativa como forma de resistência, dando a devida importância a tais movimentos. No entanto, estudos específicos sobre as revoltas (exceto Manufahi) não estão disponíveis de forma acessível. A revolta que possui destaque na bibliografia, sendo citada de forma recorrente entre os autores, é a Manu-Fahi ou Manufahi. Tal revolta marca o primeiro evento de destaque do século XX em Timor-Leste.

Através de seus estudos de jornais portugueses, Sousa (2016, p. 98) aponta que, antes da revolta de Manufahi, o que se conhecia sobre o território timorense em Portugal “é pouco mais que nada”, e os jornais apresentavam a população timorense como “dócil”. Sousa (2016, p. 99) afirma que essa relação era parasitária, se “assenta num aparente pacto, de cariz simbiótico entre colonizado e colonizador”, em que:

Docilidade e afabilidade são assim elementos essenciais, ligando intimamente os agentes numa relação de mútuas obrigações. Este facto é relevante no discurso colonial pois, como veremos, a quebra deste pacto de «afabilidade» pela parte portuguesa será invocada, por alguns, como uma das motivações da guerra.

Sousa (2016) apresenta esse contexto para pensar uma das causas que levam à Revolta de Manufahi, conforme explícito na última linha da citação, bem como o contexto da relação entre colonizador e colonizado pouco antes do século XX. Também há divergência de datas acerca da grande revolta de Manufahi. Serrano e Waldman (1997) apontam o início em 1895, e Galdino cita que a rebelião foi planejada em 1911. No entanto, Sousa (2016), ao desenvolver uma análise sobre o conflito, aponta que a Revolta de Manufahi ocorre de 1911 a 1912. A indicação de datas anteriores se dá pela razão de que em 1895 outra insurreição foi registrada na mesma região, sob liderança de D. Duarte, pai de D. Boaventura, que liderou a revolta em 1911-12.

Para Sousa (2016, p. 93), a última grande revolta contra os portugueses ainda carece de maiores estudos. O autor afirma que:

[...] não há fontes timorenses coevas que expliquem os seus objetivos e o que se sabe sobre os homens e mulheres que a empreenderam e as suas motivações residem nas explicações-interpretações dadas pelas autoridades coloniais portuguesas.

No entanto, em sua análise, Sousa (2016) apresenta alguns detalhes do conflito. Para o autor, a revolta iniciou em 24 de dezembro de 1911, tendo como primeiro alvo um ataque ao posto português na região de Manufahi, onde o representante do Estado português acaba decapitado. O que é possível extrair da bibliografia sobre a revolta, em geral, é que Dom Boaventura, *liurai* de Manufahi no tempo do conflito, liderava uma região já marcada por rebeliões anteriores à sua administração. Sobre sua atuação na revolta, segundo Galdino (2012, p. 32):

D. Boaventura planejou e realizou a rebelião de Manufahi em 1911. A rebelião teve início com uma série ataques aos postos militares, roubos, incêndios, pilhagens e assassinatos, indicando uma generalizada insurreição. Na capital, organizava-se, a mando do governador, a resposta à rebelião.

Para conter a rebelião, Portugal contou com “o envio de dois navios de guerra, soldados metropolitanos, e de um corpo expedicionário africano, composto por moçambicanos, que finalmente esmagou a rebelião, com saldo de 3 mil mortos.” (SERRANO; WALDMAN, 1997, p. 45). O esmagamento dessa revolta é visto como um marco para a consolidação dos portugueses na parte oriental da ilha. Segundo Ramos-Horta (1994, p. 70), a contensão da revolta marca a “completa pacificação do povo e sua penetração no interior”. A vitória portuguesa significou a ocupação efetiva do território (SOUSA, 2016). A Revolta de Manufahi deve ter destaque pelo papel que representa posteriormente como símbolo de resistência.<sup>22</sup>

Há uma escassez significativa de informações sobre o contexto entre a vitória portuguesa contra a Revolta de Manufahi e a Segunda Guerra Mundial, acontecimento bastante abordado na bibliografia, a contar com participação importante do Timor português na região do Sudeste Asiático. No entanto, vale destacar que, nesse intervalo

---

<sup>22</sup> Em Manufahi, Dom Boaventura é lembrado pela FRETILIN no período de descolonização. Sousa (2016, p. 96) dá ênfase à importância do legado da revolta “como fonte de apropriação e legitimação histórico-política nacional no discurso edificador do Estado-Nação”. Lembrando que essa revolta está presente em uma “foto de grupo que membros da ASDT/FRETILIN tiraram em 1974 com a ‘ex-rainha de Manuphai, viúva de D. Boaventura’” (SOUSA, 2016, p.96). Tal episódio também é descrito por Ramos-Horta (1994) ao contar sobre o início da ASDT/FRETILIN.

de tempo entre a Revolta de Manufahi e a Segunda Guerra Mundial, emerge em Portugal uma ditadura<sup>23</sup>.

### 2.2.2 O regime salazarista e as colônias

O começo da ditadura em Portugal, assim como a ascensão de Salazar e seu governo a partir de 1933, não são abordados na bibliografia disponível sobre o Timor-Leste, o que resulta em uma lacuna significativa sobre como o salazarismo afetou a colônia mais distante de Portugal. Não há estudos e informações disponíveis de forma acessível que indiquem mudanças na administração da colônia timorense entre o início da ditadura em Portugal e a Segunda Guerra Mundial.

O conflito em si e os acontecimentos posteriores têm influência direta sobre o Timor português. A bibliografia em geral tende a apontar esse contexto como relevante para a história do Timor-Leste. Cabe destacar alguns pontos a partir do início da Segunda Grande Guerra, já que o território timorense também foi palco do conflito. Não cabe aqui debater a postura de neutralidade adotada por Portugal. No entanto, vale destacar que, como Ramires (2006) afirma, se esperava que a postura de neutralidade portuguesa se estendesse para seus territórios ultramarinos, os quais, dessa forma, seriam respeitados pelas potências beligerantes. No entanto, o território timorense foi palco dos conflitos da Guerra do Pacífico.

Ramires (2006, p. 05) apresenta um panorama geral sobre o que acontece no Timor português no período da Segunda Guerra Mundial: “De 17 de Dezembro de 1941 a 23 de Setembro de 1945, a ilha de Timor foi dominada por dois blocos beligerantes alheios àquele território. Em nenhuma ocasião, durante esse período, regressou à soberania portuguesa”. O território timorense passa a ser uma área de disputa no conflito a partir da expansão japonesa no extremo oriente, que preocupa o governo australiano e as Índias Orientais Holandesas<sup>24</sup>, tementes de uma possível “tomada de Timor pelos

---

<sup>23</sup> Segundo Rezola (2017), a ditadura em Portugal emerge a partir do golpe em 28 de maio de 1926, inicialmente possui uma feição militar, até 1933, quando a ditadura é constitucionalizada, e passa a se denominar de Estado Novo. Ainda segundo Rezola (2012, p. 12), o governo apresenta “características similares a outros regimes autoritários conservadores do período, define-se como um Estado forte e interventor”, concentrado na figura do presidente António de Oliveira Salazar.

<sup>24</sup> Vale ressaltar que a Austrália possui fronteiras marítimas com a ilha de Timor, e o território holandês faz fronteira terrestre com Timor português.

japoneses” (RAMIRES, 2006, p. 06). Com o início da Guerra no Pacífico, em finais de 1941, o Japão avança sobre territórios dos Aliados na Ásia<sup>25</sup>.

A partir do surgimento da possibilidade de uma invasão japonesa no Timor, os Aliados passam a demonstrar interesse em negociações com Portugal para garantir a integridade daquele território. No entanto, o Estado Novo português não estava correspondendo às expectativas dos Aliados. Ainda assim, no final de 1941, forças holandesas e australianas desembarcam no Timor português, e Portugal, mesmo não concordando com a situação, não ofereceu resistência (RAMIRES, 2006).

Vale destacar, nesse contexto, a insistência de Portugal em manter sua neutralidade, tentando evitar represálias do Eixo<sup>26</sup>. Sobre o ocorrido no território timorense, Ramires (2006, p. 08) afirma que:

[...] com o objectivo de avisar o Japão do sucedido, Salazar instrói [*sic*] a Legação portuguesa em Tóquio para que fosse comunicado ao Governo japonês que as operações aliadas em Timor haviam sido realizadas sem o consentimento de Portugal e que, como tal, não punham em causa a sua postura neutral.

O contexto internacional em que se encontrava o território timorense rendeu uma trama significativa de negociações. No centro delas, Portugal estava insatisfeito com a ocupação dos Aliados e tentava substituir as forças aliadas presentes por forças portuguesas, enquanto reforçava para o Japão sua postura de neutralidade e insatisfação com a ocupação dos Aliados (RAMIRES, 2006). No entanto, os esforços de Salazar para evitar ocupações de ambas as partes não deu resultado. O Japão invade o território timorense “em moldes bastante semelhantes aos da ocupação preventiva dos Aliados”, e pouco tempo depois as forças aliadas já não se encontram mais presentes no território (RAMIRES, 2006, p. 10).

Não há na bibliografia acessível informações sobre as consequências da presença de forças holandesas e australianas no território timorense. No entanto, a presença do Japão é frequentemente citada. Segundo Serrano e Waldman (1997, p. 45):

Os japoneses destruíram aldeias inteiras, roubaram mantimentos e executaram mauberes em operações de represália. Calcula-se que entre 40 e 60 mil pessoas perderam a vida devido à fome e à repressão, cifra confirmada por estatísticas oficiais, que mostram uma retração demográfica considerável no período.

---

<sup>25</sup> Lembramos que, depois da conquista da França pela Alemanha Nazista, houve avanços da expansão japonesa na Indochina francesa.

<sup>26</sup> Principalmente pela presença portuguesa em Macau.



Essa retração demográfica é reforçada em “*Timor: pequena monografia*”, produzida pela Agência-Geral do Ultramar em Lisboa, publicada no ano de 1970. Esse livro apresenta os censos demográficos feitos pelos portugueses de 1920 até 1965, e dá destaque para a ausência do censo no período da ocupação japonesa. Constata-se que, entre 1920 e 1930, a população timorense encontrava-se em crescimento. Em 1920, a população total era de 397.875, chegando a 472.221 em 1930. Já em 1946, um ano após a retomada do território por Portugal, a população era de 403.232 indivíduos. É nítido o decréscimo demográfico. A própria obra da Agência-Geral do Ultramar (1970, p. 33) destaca a chamada “situação anormal” na província timorense, onde a “população total baixou consideravelmente”.

Jardine (1997, p. 24) afirma que “a guerra danificou muito Dili e destruiu parcialmente muitas das principais vilas e aldeias do território”. Novamente, os esforços de Salazar para resolver a questão da ocupação japonesa não geraram resultados. A trama de negociações se fez através de Portugal com os Aliados, que tinham interesse no território dos Açores, e também com o Japão, na tentativa de manter Macau ileso dentro do conflito. No entanto, somente no final da guerra a retomada do Timor apresenta-se viável. Segundo Ramires (2006, p. 14):

A 1 de Setembro de 1945, já com a capitulação de Tóquio iminente depois da deflagração das primeiras bombas atômicas em Hiroxima e Nagasáqui, largou finalmente de Lourenço Marques o CEP [Corpo Expedicionário Português] com o intuito de reocupar Timor. Os japoneses render-se-iam no dia 5 e a 23 do mesmo mês, as autoridades portuguesas, juntamente com uma pequena comitiva australiana, encerraram os procedimentos.

O governo português nesse contexto mostrou-se incapaz de defender o território perante a ofensiva dos dois “lados” do conflito. Portugal manteve-se neutro e perdeu o controle de Timor entre o final de 1941 e 1945. O território timorense acabou sofrendo consequências serias com a presença das forças de três potências distintas em um curto período de tempo. O conflito reforça, novamente, a postura portuguesa de “relevância questionável” para com seu território mais longínquo (RAMIRES, 2006, p.12).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o cenário internacional apresenta novas pautas que geraram consequências para o Timor. Entre elas, as aspirações de independência de territórios colonizados. Um caso de grande relevância para o próprio Timor português é o da Indonésia, que conquista sua independência da Holanda ainda em

1945<sup>27</sup>. Em geral, a bibliografia disponível aponta que as aspirações nacionalistas que surgem a partir do pós-guerra, principalmente com os movimentos de libertação, chegaram tarde ao Timor português<sup>28</sup>. Poucas informações sobre o território nesse período pós-guerra estão presentes em pesquisas e obras. Normalmente, a bibliografia aponta a estagnação econômica e de desenvolvimento em território timorense no período pós-guerra.

Ramos-Horta (1994, p. 72) destaca que, do fim da Segunda Guerra Mundial até 1965, não se encontram avanços “dignos de menção no desenvolvimento da colônia” mais distante. O autor afirma que não houve investimento para “[n]em um quilômetro de estrada asfaltada, nem uma ponte sobre as inúmeras ribeiras que sulcam o território e o tornam intransitável na estação de chuvas” na colônia. No entanto, o papel de Portugal no período pós-guerra deve ser destacado para compreendermos melhor o que se passou em território timorense nesse contexto. Mesmo com os problemas já destacados sobre a postura de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente relativos ao Timor português, a neutralidade assumida acabou deixando o país com uma “imagem benigna” para os Aliados (PINTO, 2001, p. 14).

Contudo, Portugal ainda se encontrava relativamente isolado perante a “reorganização do novo sistema mundial” (PINTO, 2001, p. 14). Com a formação da ONU (1945), a situação de Portugal com suas questões ultramarinas passou se acentuar e a pressão sobre o governo salazarista aumentou no que se refere à manutenção das colônias. Segundo Pinto (2001, p. 14), “o Salazarismo assustou-se com os ventos de mudança autonomistas e democráticos representados desde logo na carta das Nações Unidas e, sobretudo, pelo anticolonialismo dos Estados Unidos”. Mesmo assim, após várias tentativas de negociação, Portugal aceita ser membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO/OTAN), buscando ter um “grande escudo protetor da Ditadura perante os seus aliados internacionais” tendo como ‘moeda de troca’ a base norte-americana nos Açores<sup>29</sup> (PINTO, 2001, p.15).

---

<sup>27</sup> Lembrando que Sukarno declarou a independência pouco depois da saída das tropas japonesas. Após a independência, tropas holandesas tentam reivindicar o território colonial. Esse conflito se resolve apenas em 1949, com a saída dos holandeses.

<sup>28</sup> Em suas obras, Jardine (1997) e Serrano e Waldman (1997) apontam essa chegada tardia das ideias nacionalistas e de libertação.

<sup>29</sup> A questão sobre o arquipélago dos Açores se inicia a partir de 1943, no contexto da Guerra do Pacífico, onde Portugal, EUA e o governo britânico debatem sobre formar a base militar no arquipélago em troca de apoio para resolver a questão em Timor português no contexto da Segunda Guerra. Segundo Ramires (2006) os debates em torno da situação de Timor na Segunda Guerra geraram o Acordo dos Açores. Conforme o

Portugal se manteve resistente à descolonização mesmo em um contexto em que muito se debatia internacionalmente sobre esses processos. Em 1950, Portugal enfrenta o primeiro “problema concreto” nesse contexto, quando a União Indiana<sup>30</sup> envia uma reclamação formal da soberania de Goa, Damão e Diu. Com a entrada de Portugal na ONU, em 1955, esse se tornou o primeiro caso relacionado à descolonização de territórios portugueses a ser debatido na organização (PINTO, 2001, p.15). O contexto da década de 1950 resulta em pressões de movimentos anticolonialistas contra Portugal, que passa a denominar suas colônias de “províncias ultramarinas” em 1951. O Timor seria então parte integrante do Estado português dentro da mitologia salazarista, embora na prática não fosse alterada a forma como Portugal se relacionava com o Timor, que continuou sendo administrado como colônia (SERRANO; WALDMAN, 1997).

Com a manutenção das colônias, a pressão sobre Portugal se acentua cada vez mais. No início da década de 1960, o governo Kennedy, dos EUA, pressiona mais ainda Portugal sobre a descolonização. Devido aos interesses americanos no contexto da Guerra Fria, Kennedy pretendia “aproximar-se do nacionalismo negro, e apoiar alguns movimentos de libertação, evitando a penetração soviética em África” (PINTO, 2001, p.16). Tal intenção abalou a relação entre Portugal e os Estados Unidos. Segundo Pinto (2001, p. 17):

[...] 1961 foi o ano de todos os ataques e ressentimentos de Salazar: início da guerra em Angola, caso Santa Maria, golpe de Botelho Moniz, e a ocupação de Goa pela União Indiana. Em todos Salazar viu a mão norte-americana, ou de forma activa ou em cúmplice passividade e abandono de Portugal.

Ainda em princípios da década de 1960, a ONU passa a ser “o principal campo de batalhas diplomáticas contra o colonialismo português” (PINTO, 2001, p. 20). O isolamento de Portugal, nesse cenário, passa a se acentuar. O número de novos países africanos e asiáticos que adentram na ONU aumenta significativamente a pressão para o fim do colonialismo. O que possibilita que Portugal resista a toda essa pressão e mantenha, onde é possível, suas possessões coloniais nesse contexto é sua presença na OTAN, bem como a importância da base dos Açores para os EUA. Mesmo assim, as tentativas de Portugal em manter suas colônias acabaram desgastando a ditadura salazarista aos poucos.

---

autor: “O interesse dos Aliados nos arquipélagos atlânticos acabou por ser o caminho para a <<libertação>> de Timor” (RAMIRES, 2006, p. 13).

<sup>30</sup> Ressalta-se que a Índia conquistou sua independência em 15 de agosto de 1947, poucos anos antes do contexto citado no texto, sob liderança de Jawaharlal Nehru.

Em setembro de 1968, o cenário em Portugal se altera com o afastamento de Salazar. Seu substituto, Marcelo Caetano, entra em jogo com a tentativa de “liberalização” do regime. No entanto, a empreitada de Caetano encontrou um contexto turbulento e de crise, como afirma Rezola (2017, p. 12):

Há muito que o processo de transição liberalizante encetado por Caetano, nos seus primeiros anos de governação, caíra num impasse. Confrontando-se com os meios estudantis em crescente efervescência, minado pelas novas organizações de extrema-esquerda, e com um desafiante movimento reivindicatório que se adensa numa sucessão de greves e mobilizações na indústria, serviços e sindicatos, [...] o marcelismo transforma-se numa autêntica panela de pressão prestes a implodir.

Ainda segundo Rezola (2017), Marcelo Caetano não possuía condições para encaminhar Portugal a uma democracia de forma gradual. E a crise instalada em seu governo abre espaço para golpes de estado em 1974. O principal, em 25 de abril de 1974, derruba a mais antiga ditadura da Europa, e gera surpresas a nível internacional, já que um golpe de estado por parte dos militares não era esperado em Portugal:

Negando todas as previsões e os modelos mais comuns de intervenção dos militares nos processos de transição e mudança política, os protagonistas do golpe de estado em Portugal apresentam um programa democratizador onde, para além da restauração das liberdades fundamentais, estão previstas a constituição de um governo civil e a realização de eleições livres. (REZOLA, 2017, p. 13)

O cenário que se estabelece com o golpe em 25 de Abril e seus desdobramentos são cruciais para compreender o contexto em Timor nos anos de 1974 e 1975. É nesse período que os timorenses passam a vislumbrar uma possibilidade de futuro diferente da realidade colonial portuguesa.

### 2.2.3 Revolução dos Cravos

Em geral, na bibliografia sobre o Timor-Leste não são abordados os momentos anteriores ao golpe de 25 de abril de 1974 e seus desdobramentos, como o afastamento de Salazar e o contexto crítico do governo de Caetano. Isso causa inconclusões acerca dos efeitos desse contexto “pré-Revolução dos Cravos” no Timor português. No entanto, a bibliografia indica que o golpe e as mudanças que surgem a partir dele geram efeitos diretos e quase imediatos na colônia mais distante. Por estar preocupado com a descolonização, o “novo governo” age em Timor português para iniciar as conversas sobre o futuro do território.

O ponto mais relevante a ser levantado sobre a Revolução dos Cravos para este estudo é o processo de descolonização como uma das prioridades que surgem a partir do golpe. O colonialismo português pode ser considerado uma das grandes causas para os eventos do 25 de abril. Pinto (2001, p. 65) afirma que “[a] guerra colonial foi o fator determinante da forma específica como a Ditadura foi derrubada em Portugal”. Quanto à forma da queda, o autor aponta como causa, na mesma página, uma reação a um problema corporativo “provocado pela emergência de um corpo de oficiais recrutados a partir dos milicianos”. Esse foi o estopim para a revolução, iniciado pelo próprio regime, que mobilizou o Movimento das Forças Armadas (MFA) para efetivar o golpe. Ainda segundo Pinto (2001, p. 65):

[...] o MFA marcou profundamente a natureza da transição. Por outro lado, a profunda crise do Estado e a forte mobilização social que imediatamente se seguiu ao derrube do regime introduziu uma dinâmica de ruptura que não se limitou à esfera política. [...] Foi nesta fase inicial do processo de transição à democracia que se realizou a descolonização portuguesa.

Para o MFA, o fim do salazarismo deveria ser seguido pelo fim do Império Colonial (SERRANO; WALDMAN, 1997). Na primeira fase da revolução, de maio a setembro de 1974, o ponto principal de disputas e debates é a questão colonial. Nesse contexto, surge o conflito entre o MFA e António de Spínola, então nomeado Presidente da República (REZOLA, 2017). Spínola é uma figura com significativa importância nessa primeira fase da revolução. Sua obra “Portugal e o Futuro”, de 1974, causou grandes polêmicas sobre a questão das colônias para Portugal, e Marcelo Caetano, ao ser pressionado pelo golpe, aceitou render-se apenas a Spínola, que concordou em assumir o poder contando com apoio do MFA, executor do golpe (MAXWELL, 2006).

A articulação entre o MFA e Spínola na primeira fase da revolução não foi harmônica. O MFA tinha como prioridade a descolonização e Spínola parecia amenizar a questão, buscando resolvê-la de forma gradual. Essa disputa resultou na renúncia do Presidente em 30 de setembro de 1974. Contudo, antes da saída de Spínola, o MFA, apoiado por partidos de esquerda, contraria o general sobre a descolonização, e faz com que ele assine a lei nº 7/74, artigo 2º, que admite/reconhece o “direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos” (PORTUGAL, 1974) e define os órgãos envolvidos para o processo de descolonização (PINTO, 2001).

O MFA conseguiu firmar acordos que iam ao encontro da descolonização sem envolvimento de Spínola, e, segundo Maxwell (2006, p. 119), “esse foi um golpe crucial contra o poder de Spínola: o MFA e seus aliados da esquerda em Lisboa conseguiram firmar um acordo na África que Spínola não fora capaz de obter, e de sustentar o avanço para a independência ao qual Spínola se opunha”. A partir desse ponto, é necessário avaliar o processo de descolonização caso a caso, pois cada território possui suas respectivas peculiaridades. Os desdobramentos quanto à Revolução dos Cravos serão abordados de forma mais detalhada nos capítulos seguintes. O importante de se destacar neste momento é a prioridade de tratar sobre a descolonização surgida com a Revolução dos Cravos, que tem reflexos na colônia timorense.

As primeiras movimentações em Timor iniciam no dia 5 de maio, quando Alves Aldeia<sup>31</sup>, então governador, lança uma proclamação em favor de formações políticas no território. Os primeiros dias do pós-revolução para os timorenses foram de grandes dúvidas sobre o futuro, agora eles deveriam se preocupar com seu destino coletivo (LIMA, 2002). No decorrer do mês de maio de 1974, formam-se oficialmente os primeiros movimentos políticos timorenses para debater sobre o futuro do território. Entre eles, a União Democrática Timorense (UDT), que defendia uma independência gradual mantendo contato com Portugal, a Associação Social-Democrata Timorense (ASDT), a favor da independência do Timor-Leste, e a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI), que pretendia a anexação à Indonésia.

A trama que se forma entre esses movimentos e todo o contexto em Timor a partir da Revolução dos Cravos serão foco dos próximos capítulos. O objetivo deste subcapítulo é contextualizar o Timor-Leste, para familiarizar o leitor, mas principalmente dar ênfase a contextos importantes ao longo da história do país, que também serão mobilizados no período foco deste estudo. Além disso, pretendemos demonstrar toda a diversidade e circulação múltipla que existiu ao longo do processo histórico em Timor-Leste.

De alguma forma, este capítulo serve como base para a análise que segue nos próximos capítulos, funcionando como uma ferramenta para obter um melhor entendimento da pesquisa que se desenvolve em seguida. Como a Revolução dos Cravos

---

<sup>31</sup> No início dos anos 70, Alves Aldeia substituiu o governador brig. Valente Pires. Aldeia já tinha servido em território timorense como militar, e, segundo Ramos-Horta (1994, p. 72), tinha significativo conhecimento sobre o território, sobre “seus problemas e as aspirações do povo”. Aldeia realizou investimentos significativos para o desenvolvimento da colônia e possuía popularidade entre os timorenses.

e a descolonização relacionam-se diretamente com o período da presente pesquisa, especificamente nos anos de 1974 e 1975, no capítulo a seguir, abordaremos os contextos relevantes sobre essa conjuntura, analisando-os juntamente com a documentação da ASDT/FRETILIN.

### **3 ASDT/FRETILIN: DA CONSOLIDAÇÃO INTERNA ÀS ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS**

Em maio de 1974, a colônia portuguesa mais distante da metrópole, o Timor português, inicia um processo de mudança que já havia acontecido em diversos territórios em África e Ásia levando à independência. Com a liberação, por parte do governo português, para a formação de “grupos” políticos, as lideranças timorenses passam a vislumbrar um futuro diferente da colonização. O pontapé inicial para a descolonização resultou na formação de algumas associações ou grupos que se diferenciavam entre si pelas concepções distintas que possuíam para o futuro do território.

Três associações possuem destaque no contexto inicial de descolonização dentro do território timorense. As associações são formadas por grupos de uma elite timorense que em alguma medida já debatia o destino de Timor português e estava envolvida em debates políticos sobre o contexto global da descolonização. Essas três associações de destaque debatem, articulam e divergem entre si ao longo dos anos de 1974 e 1975 e também se conectam com movimentos e governos no exterior.

Este capítulo está estruturado em duas escalas de análise no ano de 1974. A primeira escala busca apresentar o processo de formação dos movimentos e analisar, a partir de influências e conexões existentes na escala global, seus projetos de futuro para o território timorense, dando ênfase à ASDT/FRETILIN e sua consolidação interna, que se inicia com a transformação da associação em uma frente ampla. A segunda escala analisa as articulações internacionais da ASDT/FRETILIN para a busca de apoio à causa da independência, e também aborda a construção do discurso anticolonial da Frente a partir de influências internacionais.

#### **3.1 CONSOLIDAÇÃO INTERNA: A FORMAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES, OS AGENTES E AS INFLUÊNCIAS IDEOLÓGICAS**

Em maio de 1974, três associações surgem com o intuito de defender três possibilidades distintas de futuro para o território timorense. Os membros que formaram esses movimentos possuíam um histórico significativamente relevante para que se compreenda seus apelos sobre o futuro. Além disso, esses grupos, principalmente a ASDT/FRETILIN, possuíam influências externas, dentro de uma escala global dos debates sobre a descolonização, em que construíram seus vieses ideológicos.



Para iniciar essa análise, ainda é importante ressaltar que, anteriormente à Revolução dos Cravos, não havia grandes e significativas mobilizações anticoloniais e a favor da independência em Timor português como houve em outras colônias<sup>32</sup>. No entanto, existiam grupos<sup>33</sup> que se mobilizavam em prol de debater sobre o Timor-Leste com um viés nacionalista e anticolonial<sup>34</sup>. Tais grupos não possuíam um caráter formal ou bem-organizado e não resultaram em significativos conflitos com a administração portuguesa, como ocorreu em outras colônias (RAMOS-HORTA, 1994).

No final dos anos 60 e início da década de 1970, há indícios da existência de um desses grupos, que atuava na clandestinidade em Díli no contexto do regime salazarista. Seus integrantes escreviam para o jornal timorense católico Seara, onde sutilmente disseminavam suas ideias anticoloniais. Tal grupo era composto por membros que fundariam a ASDT e a UDT. Entre eles estão Nicolau Lobato, José Ramos-Horta, Francisco Xavier do Amaral, Mari Alkatiri, Borja da Costa, etc, que fundariam a Associação Social-Democrata Timorense (ASDT), e Domingos de Oliveira e Manuel Carrascalão, futuros membros da UDT. Na década de 1970, esses indivíduos faziam parte do Anti-Colonial Discussion Group (AIDG)<sup>35</sup> e inspiravam-se nos movimentos de libertação dos territórios portugueses em África (SILVA, 2011).

Nesse ponto, retomamos o que foi dito no primeiro capítulo sobre a experiência de jovens estudantes das colônias, ou filhos de uma elite tradicional, que viviam e tinham contato com a realidade da metrópole. De Lucca (2021, p. 91) reforça a importância de uma geração de indivíduos colonizados que tiveram uma educação europeia e formaram uma “vanguarda intelectual nacionalista, letrada e bilingue”. Segundo o autor:

Em Timor-Leste, foi esta geração de timorenses educados que pôde acessar a cultura europeia e através dela disponibilizar para si outros modelos narrativos de história e Estado-nação, referências de emancipação e libertação nacional que foram gestadas em outras paisagens (DE LUCCA, 2021, p. 91).

No entanto, o autor destaca o que Benedict Anderson constatou sobre o período de ocupação de Timor-Leste pela Indonésia:

---

<sup>32</sup> Como MPLA, FNLA e UNITA, em Angola, FRELIMO, em Moçambique, e PAIGC, na Guiné-Bissau.

<sup>33</sup> Ramos-Horta (1994, p. 75) menciona a existência de um “Movimento de Libertação de Timor” e também outro grupo do qual fazia parte. No entanto, não nomeia tal organização, referencia-se a ela como “incipiente núcleo emancipalista”.

<sup>34</sup> A presente pesquisa não pretende debruçar-se em analisar a existência de possíveis grupos timorenses nacionalistas ou anticoloniais no contexto anterior a 1974. Esse tópico/tema necessita ainda de estudos aprofundados, que futuramente pretendo realizar em outras pesquisas. O texto de Fernandes (2005) aborda o “surgimento” de um nacionalismo timorense anterior à década de 1970.

<sup>35</sup> Ou Grupo de Discussão Anticolonial (GDAC). Tradução nossa.

[...] determinante para o desenvolvimento e a difusão do nacionalismo em Timor-Leste. [...] teria sido neste período, e não no colonial, que as ideias nacionalistas timorenses circularam mais, ganharam amplitude e foram incorporadas em massa pela população que nelas identificou alternativas ao controle e à violenta repressão experimentada sob o jugo do invasor (ANDERSON, 1993 *apud* DE LUCCA, 2021, p. 91).

Ainda no contexto “pré-Revolução dos Cravos”, em 1973, Ramos-Horta (um dos fundadores da ASDT) buscava estabelecer algum diálogo com o governo indonésio, visando a conseguir algum apoio para a causa da independência<sup>36</sup>. Possuía contato com E. M. Tomodok, então cônsul indonésio em Díli. Também possuía significativo vínculo e admiração pelo então governador de Timor português, Alves Aldeia, e outros contatos na Austrália (RAMOS-HORTA, 1994). Observa-se que Ramos-Horta já assumia um papel de articulador a nível internacional antes da Revolução dos Cravos, possivelmente ligado ao AIDG.

Algumas de suas declarações, de caráter anticolonial e inspiradas em Eduardo Mondlane (*Struggle for Mozambique*)<sup>37</sup>, em fins de 1973 e início de 1974, resultaram na necessidade de sua saída do território. Marcada para 27 de abril de 1974, a partida não se concretizou devido aos acontecimentos do 25 de Abril em Portugal. A mudança do regime deu a Ramos-Horta a possibilidade de permanecer no Timor e ser um dos fundadores de ASDT/FRETILIN (RAMOS-HORTA, 1994).

As associações que se formam, além da ASDT/FRETILIN, fazem parte da dinâmica das discussões na descolonização. Destacam-se ainda outros dois grupos formados nos pós-Revolução dos Cravos, a União Democrática Timorese (UDT) e a Associação Popular Democrática Timorese (APODETI). Essas três associações compõem as organizações políticas de maior expressão no contexto da descolonização<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> Em sua obra, que retrata um pouco de suas memórias, essa seria a primeira vez que Ramos-Horta assume o papel de porta-voz da emancipação timorense para o estrangeiro, visando a obter apoio. Tal função permanece a cargo de Ramos-Horta na ASDT/FRETILIN.

<sup>37</sup> Eduardo Mondlane liderou a FRELIMO nos anos de 1962 a 1969. Era um intelectual moçambicano com grande respeito no cenário internacional. Segundo Barbosa (2019, p. 30), “[f]oi um dos principais teóricos e líderes dos movimentos de libertação nacional na África portuguesa”. O livro *Struggle for Mozambique* foi publicado em 1969, pouco tempo após a morte de Mondlane, consistindo em uma reunião de textos do autor.

<sup>38</sup> Outros grupos ou associações políticas também são formados, no entanto, possuem menor expressão, frequentemente não sendo citados na bibliografia consultada. Entre eles, o Partido Trabalhista, ADITLA e KOTA. O primeiro foi fundado em setembro de 1974, tendo sede no litoral sul da ilha, e pretendia se apoiar na classe trabalhadora. Porém, tinha poucos adeptos, todos da mesma família, não tinha programa e nem ideologia definida. Dessa forma, foi ignorado na capital Díli. O segundo, a Associação Democrática para a Integração de Timor-Leste na Austrália, já apresenta seu objetivo no nome, também possuía poucos membros, e extingue-se após a Austrália rejeitar a ideia em março de 1975. O KOTA tem seu nome escrito em tétum, Klibur Oan Timur Aswain, que significa Congregação dos Heroicos Filhos de Timor, mas

A primeira associação a ser criada foi a UDT, em princípios de maio de 1974. Ramos-Horta esteve presente na reunião de formação da associação. O próprio nome, União Democrática Timorense, foi sugestão de Ramos-Horta, que estava na reunião sem um convite dos presentes. Mario Carrascalão<sup>39</sup>, primeiro líder da UDT, defendia a manutenção de uma ligação ainda íntima com os portugueses enquanto fosse possível. Carrascalão já possuía alguma experiência política e participou da Associação Nacional Popular (ANP), criada no regime salazarista, com um grupo no Timor-Leste. Por ser filho de português e um dirigente da associação portuguesa em Timor, Carrascalão tinha fortes laços com Portugal. No contexto de formação da UDT, Carrascalão defendia que “qualquer outra opção que não fosse continuar à sombra da bandeira portuguesa é [seria] traição” (RAMOS-HORTA, 1994, p.84).

Possivelmente, Mário Carrascalão possuía alguma influência do spínolismo no contexto pós-Revolução dos Cravos, visto que Spínola, que assume a presidência logo após o golpe de 25 de abril e permanece até setembro de 1974, defendia, neste contexto, a criação de “uma federação de países lusófonos” (MAXWELL, 2006, p. 116), contrariando o programa político do MFA de efetivar a descolonização. A participação de Carrascalão na ANP e sua inclinação fervorosa a manter o Timor fielmente ligado a Portugal indicam alguma ligação ao discurso “spínolista” vigente nos pós-25 de abril. Porém, essa hipótese precisa ser mais bem averiguada em futuros trabalhos.

No entanto, é justamente essa postura de Carrascalão que o tira da presidência da UDT. Seu discurso a favor de permanecer ligado a Portugal remetia ao regime salazarista, que não era bem-visto no contexto de 1974. Logo, foi substituído por Francisco Lopes da Cruz<sup>40</sup>. Em geral, inicialmente, a UDT parecia transitar entre defender a independência

---

também ficou conhecido por Associação Popular Monárquica Timorense, era ultraconservadora e defendia a restauração dos poderes dos *liurais*, pretendia a construção de uma monarquia democrática. Ainda que não tivesse grande expressão, esse movimento significava a vitalidade dos valores tradicionais da sociedade timorense (CUNHA, 2001).

<sup>39</sup> Mario Carrascalão, timorense nascido em 12 de maio de 1937, é filho de um português deportado pelo regime de Salazar com uma timorense. Iniciou seus estudos tardiamente, aos 12 anos, por conta da ocupação japonesa na Segunda Guerra, e se formou como engenheiro silvicultor em Lisboa, no Instituto Superior de Agronomia, em 1968, tornando-se um dos poucos timorenses a se licenciar em uma universidade de Portugal até 1975. Após retornar do Instituto de Investigação Agronômica de Angola, em 1970, trabalhou nos Serviços de Agricultura e Florestas no Timor (SOUSA, 2018).

<sup>40</sup> Francisco Lopes da Cruz, conhecido como Chico Lopes, nasceu em 2 de dezembro de 1941 em uma família muito católica. Concluiu seus estudos em filosofia em Macau e, ao retornar para o Timor, abandonou a carreira de padre. Ingressou na carreira militar e prestou seus serviços em Moçambique nas Forças Armadas Portuguesas. Ao sair das forças armadas, tornou-se funcionário administrativo na alfândega.

para o Timor português e manter a ligação a Portugal<sup>41</sup>. Na verdade, defendia que o processo de descolonização e independência contasse com a cooperação íntima dos portugueses. No começo, a UDT possuía significativa adesão popular. No entanto, com o passar do tempo, foi perdendo terreno para a FRETILIN (RAMOS-HORTA, 1994).

Feijó (2022a, p. 3) afirma que a UDT se inspirava em “teses spinolistas”, indicando pertencer ao espaço português, mas ainda assim defendendo uma possível independência a longo prazo. No entanto, deve-se considerar a existência de diversas correntes dentro da associação. Com o passar do tempo, observamos as relações entre a UDT e a FRETILIN, que indicam a defesa de uma independência a médio prazo. A possibilidade de integração com a Indonésia, até meados de 1975, não se apresentou como opção para a UDT.

Nesse mesmo contexto pós-25 de Abril, forma-se a APODETI, que claramente acreditava na integração de Timor português à Indonésia. O cônsul indonésio E. M. Tomodok<sup>42</sup> seria uma figura de grande influência para o grupo. Em geral, a APODETI não conquistou muitos adeptos, mas tornou-se o maior rival da ASDT/FRETILIN com o passar do tempo. É principalmente através desse grupo que a Indonésia atuava dentro do próprio Timor português em prol da anexação.

Antes da fundação da ASDT, Ramos-Horta (1994) afirma que possuía certa afinidade com o programa da UDT. Vale lembrar que esses indivíduos, tanto da UDT quanto Ramos-Horta e alguns colegas que não tinham adentrado à UDT, faziam parte do AIDG. No entanto, Ramos-Horta não gostou da ideia de manter fortes laços com Portugal, e, assim, refletiu sobre a possibilidade de ingressar na UDT junto com alguns companheiros, como Mari Alkatiri e Justino Mota, também membros do AIDG. Por fim, eles decidiram fundar outra associação, receando não terem “voz” suficiente dentro da UDT. Ramos-Horta (1994, p. 92) relembra o objetivo geral da ASDT no início da sua formação, ressaltando possíveis influências dentro da organização no momento inicial:

Estávamos igualmente conscientes da complexidade e da incerteza do processo de descolonização. Nenhum de nós tinha qualquer visão ideológica coerente para além do desejo de independência. O marxismo estava longe das nossas mentes. Nenhum de nós, com a possível exceção de Nicolau Lobato e, suponho, Mari Alkatiri, tinha lido sequer uma linha de Marx ou Lenine. Os únicos escritos revolucionários com os quais eu estava familiarizado eram os de Amílcar Cabral [...]. [...] os únicos escritos ditos subversivos que havia lido

---

<sup>41</sup> São necessários maiores estudos que tratem sobre a formação da UDT.

<sup>42</sup> Original de uma família da elite indonésia, Eliza Meskers Tomodok foi nomeado cônsul da Indonésia em Díli pelo presidente Suharto. (FERNANDES, 2007).

foram livros de Amílcar Cabral e Eduardo Mondlane, [...] e de Mário Soares, para além de todas as obras de Soeiro Pereira Gomes.

Destaca-se nesse contexto que obras consideradas “subversivas” não circulavam no território timorense, possivelmente devido ao controle que a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) desempenhava no território. Isso inclui as obras mencionadas por Ramos-Horta (1994) na citação anterior. Possivelmente, a escassa circulação de ideias e obras que instigavam o nacionalismo, como ocorrera em outros territórios, fez com que a colônia timorense tenha desenvolvido um nacionalismo próprio tardiamente. No entanto, ressalta-se que os líderes da ASDT tiveram contato com ideias anticoloniais, anti-imperialistas e de independência na suas experiências fora de Timor português, tanto na metrópole quanto em outras colônias, e no retorno à colônia de origem começaram a discutir sobre essas ideias nacionalistas e anticoloniais.

Inicialmente, a maioria dos membros da ASDT possuía grande simpatia pela Social-Democracia. Para Ramos-Horta (1994, p. 92), o movimento representaria “justiça social, distribuição equitativa das riquezas do país, uma economia mista e um sistema parlamentar com amplas liberdades democráticas”. Há ainda alguns pontos a serem destacados quanto às discussões internas do grupo antes do anúncio de sua formação. Ao debaterem sobre o manifesto da associação, os membros decidem que não haveria referências ao colonialismo ou ao anticolonialismo. Além disso, reivindicavam um período de dez anos para consolidação da independência, pensando ser suficiente para preparar o território.

Em 20 de maio de 1974, a ASDT foi lançada, tendo Francisco Xavier do Amaral como presidente e Nicolau Lobato como vice. O primeiro revelou alguma resistência a aceitar o cargo. Amaral possuía inclinação a se aliar com a APODETI, pois tendia a crer mais na integração de Timor português à Indonésia. No entanto, Ramos-Horta (1994) afirma que interferiu em fazer Amaral aceitar o cargo e manter-se nele. Nesse ponto, vale destacar alguns aspectos dos membros da ASDT, pois eles tiveram contato com os movimentos de libertação em África em algum momento.

O vice-presidente da ASDT, Nicolau Lobato, serviu ao exército português entre 1966 e 1968, e teve contato com um soldado moçambicano que lhe ensinou sigilosamente sobre os acontecimentos políticos na África. Pouco tempo depois, foi trabalhar no Departamento de Agricultura, onde conheceu um agricultor cabo-verdiano que lhe fez conhecer Amílcar Cabral e o PAIGC. Isso significa que Lobato conheceu uma literatura

dita “subversiva” quando estava conscrito no exército português, possivelmente para combater a luta anticolonial, reforçando o que foi exposto no primeiro capítulo em relação a “privilégios” ou cargos junto ao governo colonial dados pelo governo da metrópole a indivíduos da colônia, que acabavam instigando ideais contrários ao próprio sistema colonial, fazendo com que os colonizados questionassem o colonialismo.

Francisco Xavier do Amaral, presidente da ASDT, possuía uma elevada formação religiosa que o levou até Macau para concluir seus estudos, onde acompanhava os acontecimentos em Timor português e possuía grande preocupação com a educação do povo (SILVA, 2011). Por sua vez, José Ramos-Horta era filho de um português que fazia parte de um grupo antifascista no contexto salazarista, o que o fez ter uma criação inserida na política. Sua atuação como escritor num jornal timorense resultou em uma deportação para Moçambique quando tinha 18 anos, devido a sua inclinação contrária ao colonialismo. Essa experiência lhe rendeu observar a atuação da FRELIMO. Novamente, em 1973, escreveu, dessa vez no jornal Seara (aquele que a AIDG escrevia difundindo as ideias anticoloniais), inspirado em Mondlane (já citado anteriormente), um texto que, além de resultar em sua segunda deportação (que não se concretizou devido à Revolução dos Cravos), também levou ao fechamento do periódico. Quando fundada a ASDT, Ramos-Horta ficou responsável, principalmente, pelas relações exteriores (SILVA, 2011).

Justino Mota, outro importante fundador da ASDT, era descendente de timorenses com origens africanas e europeias; no entanto, não é possível verificar suas conexões com o exterior além dessas. Já o timorense Mari Alkatiri, através da amizade com Nicolau Lobato, viajou para Angola para estudar<sup>43</sup>. Acabou conhecendo as ideias do movimento de independência MPLA, e, quando retornou, contribuiu no jornal Seara divulgando as ideias aprendidas em Angola (SILVA, 2011).

Constata-se com isso que os membros da ASDT possuíam algum contato com ideias estrangeiras, principalmente dos movimentos de libertação dentro do espaço lusófono, e que também já espalhavam ideias anticoloniais, mesmo que de forma clandestina, no interior do território timorense. Dentro do Anti-Colonial Discussion Group (AIDG) e através do jornal Seara, buscavam disseminar as ideias de independência do colonialismo para a população. De fato, os membros da ASDT estavam inseridos no

---

<sup>43</sup> Não foi possível consultar maiores detalhes sobre a presença de Alkatiri em Angola.

debate global sobre a descolonização, suas experiências anteriores à formação da ASDT já comprovam isso, e seu trabalho na associação reforça tal afirmação.

Partindo para a atuação desses indivíduos dentro da ASDT, nos primeiros meses após a fundação já se observa algumas rixas e trocas de acusações entre as associações políticas<sup>44</sup>. Na primeira edição do *Nacroma*<sup>45</sup> (1974a, p.1), vemos a ASDT afirmando que tem sido “alvo de ataques” e de uma “propaganda anti-ASDT”. Também afirmam que a UDT nasceu “das células do antigo partido oficial, Ação Nacional Popular (ANP)” e a APODETI, que defendia a integração com a Indonésia, seria a “mais fraca de todas” as associações fundadas no pós-25 de abril.

Outro ponto importante após fundação é a mobilização da ASDT para viajar pelo interior de Timor português. Tais viagens indicavam as aspirações da associação para levar suas ideias para as massas do interior, realizando comícios e buscando apoiadores. Essa mobilização, segundo Ramos-Horta (1994), seria um diferencial entre a ASDT e a UDT. A última não se dedicava integralmente à sua causa. Já os membros da ASDT retiraram-se dos seus empregos para se dedicar à associação. De fato, a ASDT mobilizou-se fortemente para levar a mensagem da independência para dentro do território, o que contribuiu para que conquistassem muitos adeptos e se distanciassem das outras associações nesse quesito.

Ramos-Horta (1994) ainda descreve algumas características e funções dos membros nos primeiros passos da ASDT. Ele próprio era o único redator do boletim diário produzido pelo partido, e sua habilidade jornalística foi muito explorada pelo movimento, já que redigia a maior parte dos discursos e das notas de imprensa, comunicados, cartas, textos de propaganda, etc., e ainda viajava constantemente acompanhado de seus colegas Amaral e Lobato. Amaral, como presidente da ASDT, possuía grande popularidade e sabia “agitar multidões” nos comícios da associação. Lobato possuía grande capacidade de síntese e análise, características que, segundo Ramos-Horta (1994, p. 96), eram importantes para a liderança de uma associação política.

---

<sup>44</sup> Ramos-Horta comenta sobre um incidente relacionado a Xavier. Na volta de uma de suas viagens pelo interior, ao chegar em casa, flagrou sua esposa no ato de traição. Isso gerou grande repercussão entre os partidos, que usaram o caso para desmoralizar o presidente da ASDT (RAMOS-HORTA, 1994).

<sup>45</sup> *Nacroma* foi um periódico produzido inicialmente pela ASDT, mas depois a FRETILIN deu continuidade à publicação. O periódico era uma publicação quinzenal e tinha como diretor o presidente de ASDT/FRETILIN, Francisco Xavier do Amaral. A publicação teve início em agosto de 1974 e possuiu exemplares até dezembro de 1974.

Inicialmente, o trabalho dos membros da associação era feito por poucos e sem remuneração. Constatou-se a partir disso que a ASDT foi fundada sem ter origem em algum outro possível grupo bem-organizado existente antes da Revolução dos Cravos. Inicialmente, a ASDT não possuía uma grande estrutura interna e nem uma articulação significativa. No entanto, logo de início percebe-se que possuíam aspirações de obter apoio no exterior. Ramos-Horta tornou-se responsável por estabelecer possíveis redes de apoio fora do Timor português, tendo alguma esperança em conseguir cooperação na Austrália. Um contato na Austrália<sup>46</sup>, que lhe enviava alguma verba, rendeu-lhe acusações de que estaria recebendo dinheiro da CIA. A acusação partia de elementos da esquerda em Lisboa. Também alguns grupos de esquerda e extrema-esquerda portugueses criticaram a plataforma da ASDT por ser alinhada à social-democracia (RAMOS-HORTA, 1994).

A principal indicação da inclinação da ASDT à social-democracia vem de Ramos-Horta (1994), que afirmou não ter uma leitura e conhecimentos claros sobre o marxismo. A influência para a social-democracia chegou a Ramos-Horta através das informações sobre o Partido Social-Democrata Sueco (PSD), que admirava e inspirava-se em Olof Palme<sup>47</sup> e Willy Brandt<sup>48</sup>. Com essas influências, Ramos-Horta pensava em um modelo social-democrata que abrangesse as necessidades do povo timorense. Partindo de teorizações sobre uma versão timorense da social-democracia, Ramos-Horta (1994, p. 97) cunhou o mauberismo:

Lembrando-me da carta <<Maubere, meu irmão>>, publicada pelo quinzenário Seara, formei a palavra <<mauberismo>>, de maubere, nome comum na região mambai que havia passado a ser utilizado pejorativamente para dizer <<pobre>> ou <<ignorante>>. Num breve texto radiodifundido no programa semanal da ASDT, escrevia que no sistema tradicional timorense o exercício democrático era uma prática corrente. As decisões eram tomadas após deliberações pelos anciãos da tribo e auscultadas as opiniões do povo; o

---

<sup>46</sup> Não foi possível identificar quem seria esse contato.

<sup>47</sup> Olof Palme, um estadista que tinha grande admiração de Horta, é considerado uma das maiores figuras da social-democracia sueca (ALTMAN, 2020). Além de servir como inspiração para a social-democracia da ASDT, Palme apoiava os movimentos de libertação anticoloniais (MATEUS, 1996). Olof Palme nasceu em 1927, em uma família rica, ingressou no Partido Social-Democrata Sueco no início da década de 1950 (RUIZA; FERNÁNDEZ; TAMARO, 2004) e logo se tornou braço direito do então primeiro-ministro Erlander. Juntos, ambos construíram uma base ideológica da social-democracia para seu próprio país. Em 1969, Palme assume como primeiro-ministro, efetivando uma série de reformas que fizeram seu governo ficar marcado como um exemplo da social-democracia, elevando os padrões de vida e baixando a desigualdade de remuneração, proporcionando um avançado sistema de bem-estar social. Palme, nos anos de 1970, apoiava materialmente as lutas de libertação em diversas regiões da África (ÖSTBERG, 2015).

<sup>48</sup> Willy Brandt foi uma importante liderança do Partido Social-Democrata alemão. Brandt tinha como objetivo unificar a Alemanha novamente e torná-la uma grande potência na Europa. Também pretendia superar o eurocentrismo e promover uma cooperação internacional entre socialistas democráticos pelo mundo. Em 1969, Brandt foi eleito Chanceler da Alemanha, e possuía aproximação com Olof Palme.



trabalho era familiar, não colectivo, logo privado, embora houvesse interajuda. Argumentei que a realidade timorense estava em harmonia com a Social-Democracia que chamaria de mauberismo.

Ramos-Horta (1994) afirma que difundia seus ideais alinhados com a social-democracia na rádio da ASDT, e que Lobato lhe alertava que seriam necessário maiores estudos para afirmar o mauberismo. No entanto, o termo ganhou afeição junto ao povo, e mauberismo se tornou um símbolo da identidade timorense. Tal neologismo passou a ser considerado um instrumento de mobilização política que obteve sucesso para a FRETILIN, e exprimiu os anseios social-democratas de Ramos-Horta para o povo timorense<sup>49</sup>.

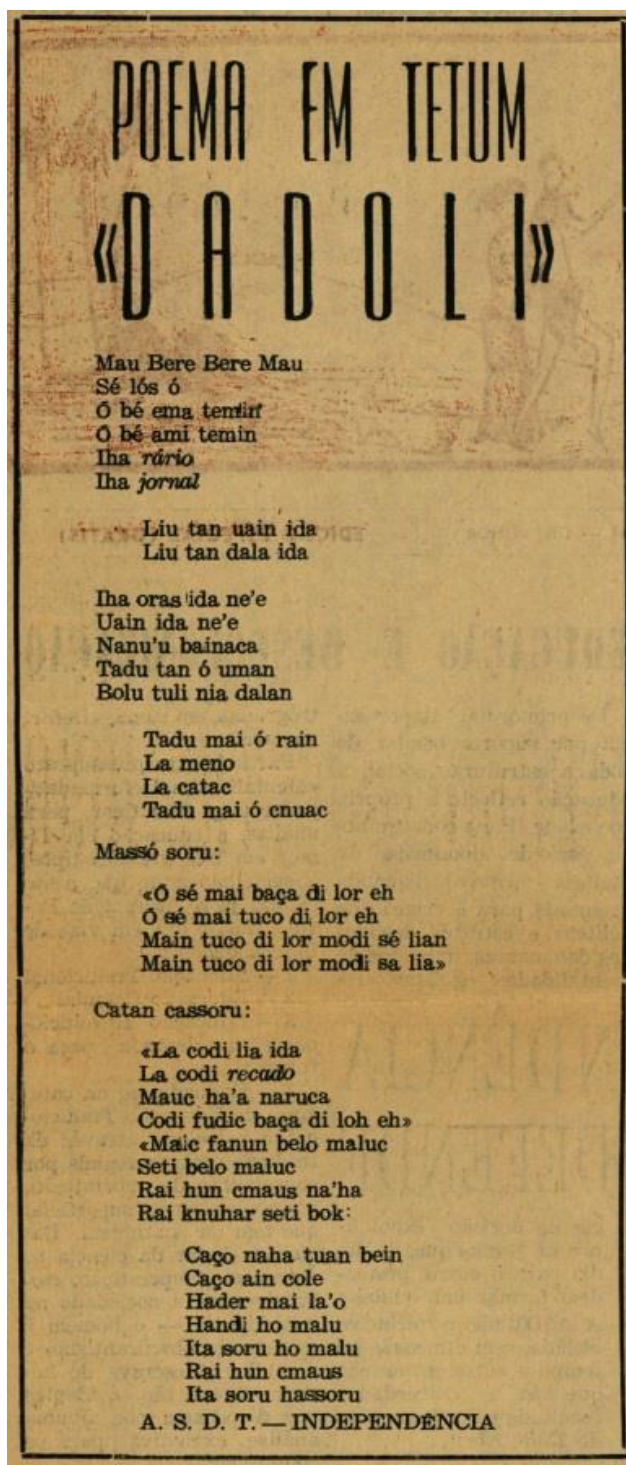
Nas primeiras edições do Nacroma (1974a; 1975b), não se vê referência direta ao termo “Social-Democracia”. No entanto, observa-se um poema que diz “Mau Bere” na primeira linha, termo que deu origem ao mauberismo. Já se constata a ASDT investindo em difundir tal conceito. No mais, a ASDT afirma que seus ideais são progressistas e que defende a democracia, mas também são acusados de serem reacionários, já que se dedicam a se defender de tal acusação em um artigo da primeira edição – retoma-se, a partir disso, a informação de Ramos-Horta (1994) de que setores da esquerda em Lisboa não aprovaram a escolha pela Social-Democracia<sup>50</sup>. Não há indícios de que a ASDT tenha conquistado apoio externo de grupos estrangeiros alinhados à Social-Democracia nesse primeiro momento. O foco de apoio no momento inicial encontra-se na tentativa de conseguir a garantia dos governos da Austrália e da Indonésia em cooperar com o processo de descolonização para a independência.

---

<sup>49</sup> Ver MAGNUS (2022).

<sup>50</sup> Na documentação, não é possível constatar de onde vêm as críticas relativas à opção da ASDT pela social-democracia. No entanto, pode-se cogitar que tenha origem no Partido Comunista Português (PCP), que possuía influência soviética, e no Movimento de Reorganização do Partido do Proletariado (MRPP), de influência maoísta, pois ambos se colocavam contrários à social-democracia. Sobre isso, ver Cardina (2011), que aborda a mistura eclética na formação das esquerdas em Portugal, incluindo influências no PCP e influências maoístas.

Figura 5 – Recorte Nacroma nº1.



Fonte: NACROMA (1974a).

O que se destaca nas duas primeiras edições do Nacroma (1974a;1974b) é a ASDT apresentando-se como um movimento que defende a independência, inicialmente o único em Timor português. No editorial, a ASDT apresenta as aspirações do movimento, traz um artigo intitulado “A independência que a ASDT defende”, no qual defendem-se de

boatos que estariam circulando em Timor português a respeito da associação. Apresenta também a proposta de educação pela qual o movimento advoga. Em geral, informa sobre as movimentações da ASDT e suas propostas e aspirações. Dessa forma, as primeiras edições também possuem a intenção de apresentar aos possíveis leitores informações sobre a associação, no intuito de agregar a população timorense à associação. No entanto, vale ressaltar que parte considerável da população timorense era analfabeta, e essas informações possivelmente eram passadas entre a população de forma oral e também através da rádio<sup>51</sup> que a ASDT possuía.

Há ainda dois pontos importantes a serem destacados nos primeiros meses de existência da ASDT. Entre julho e agosto de 1974, iniciou-se conversações acerca da possibilidade de uma fusão entre a UDT e a ASDT, ideia que partiu de ambas as associações. Mesmo que houvesse alguma inclinação de ambas as partes a essa fusão, ela não se concretizou. Ramos-Horta (1994, p. 96) afirma que se explorava a ideia entre os dirigentes das associações de “uma fusão num clima de abertura e cordialidade”. Não há outros argumentos que revelem os motivos para a formação de uma fusão<sup>52</sup>, que acabou por não se concretizar<sup>53</sup>.

Em setembro de 1974, a ASDT passa por uma significativa transformação. Após o surgimento do debate sobre a possibilidade de uma fusão entre a UDT e a ASDT, a última inicia uma discussão interna para transformar a plataforma da associação em algo mais amplo. Com isso, também surgiu a possibilidade da troca do nome do grupo: “decidiu-se assim avançar com a criação de uma frente ampla, politicamente mais agressiva e bem definida” (RAMOS-HORTA, 1994, p. 97). A partir desse momento, há uma tendência de radicalização no discurso da FRETILIN, tema que será abordado em seguida.

A FRETILIN foi anunciada em 11 de setembro de 1974. Confirmada a criação da Frente pelos membros, redigiu-se um manifesto, de autoria de um timorense que chegara de Lisboa há pouco e fazia parte da “Casa dos Timorenses”. Borja da Costa escreveu um

---

<sup>51</sup> Não foi possível obter maiores informações sobre a rádio da ASDT/FRETILIN.

<sup>52</sup> Com o passar do tempo, a possibilidade de uma união ou “parceria” entre as duas associações se apresenta como forma de fortalecer a causa da independência contra a ameaça de uma invasão por parte da Indonésia em prol da integração.

<sup>53</sup> Devido à ausência de um membro importante da UDT em uma reunião agendada para discutir a possibilidade de fusão entre as duas associações, os membros da ASDT recusaram-se a prosseguir com qualquer diálogo com a UDT, constatando “irresponsabilidade” por parte de Domingos de Oliveira, da UDT, por não ter comparecido à tal reunião (RAMOS-HORTA, 1994, p. 97).

manifesto em que as denúncias ao colonialismo português eram salientes, e que possivelmente foi influenciado por uma “febre do esquerdismo estudantil que reinava na ‘Casa dos Timorenses’” em Lisboa (RAMOS-HORTA, 1994, p. 97).

Esse é o primeiro momento em que é citada a presença de um membro da FRETILIN com uma recente passagem por Lisboa, e, poucos dias após o anúncio da FRETILIN, chega a Díli um grupo de timorenses que estavam em Lisboa, os quais juntam-se à Frente. Esse grupo formado por estudantes universitários tinha a intenção de “dar lições de política” à Frente. Entre eles, havia Abílio Araújo e sua esposa, Guilhermina, estudantes de economia, Antônio Duarte Carvalho, estudante de direito, Vicente Reis, de agronomia, etc. Os estudantes pretendiam formar outro partido. No entanto, decidiram juntar-se à FRETILIN após verem o novo projeto construído (RAMOS-HORTA, 1994, p. 98).

A presença do grupo de estudantes gerou um embate quanto à escolha entre manter a social-democracia como modelo para a FRETILIN ou radicalizar o discurso mais alinhado ao marxismo. Com a chegada dos estudantes, que desembarcavam em Díli aos poucos, formaram-se algumas rixas dentro da Frente. Os estudantes vindos de Lisboa tinham significativa afinidade pelo marxismo, possuíam leituras de obras de Marx, Lenine e Mao, livros que ainda não haviam chegado ao Timor português. Mari Alkatiri aproximou-se desse grupo marxista. Por sua vez, o presidente e o vice-presidente da Frente, que continuaram sendo Amaral e Lobato, não se aproximaram de tal grupo. Ramos-Horta, que encabeçava a defesa pela social-democracia, manteve seus adeptos ao modelo. Havia também mais um grupo, considerado anticomunista, que se uniu ao dos social-democratas, distanciando-se dos marxistas (RAMOS-HORTA, 1994).

Os estudantes chegados a Díli da Casa dos Timorenses possuíam outra inclinação ideológica. Eles foram responsáveis pelo programa de educação popular que a FRETILIN difundiu no Timor e, conseqüentemente, suas ideias estavam presentes nesse processo. A Casa dos Timorenses originou-se da iniciativa do governo português de criar a “Casa dos Estudantes do Império”, em 1948. Primeiramente, era voltada a estudantes africanos das colônias que foram estudar em Portugal, e ainda não havia menção a estudantes timorenses. Passaram por essa Casa lideranças importantes dos movimentos de libertação nas colônias portuguesas, como Agostinho Neto, do MPLA, e Amílcar Cabral, do PAIGC, os quais influenciaram a FRETILIN (SILVA, 2011).

A Casa dos Estudantes do Império passou a contar com um maior número de timorenses no decorrer da década de 1960, até 1970. Lá, eles tiveram contato com os movimentos anticoloniais. A Casa de Timor só passou a existir em janeiro de 1974, devido à maior demanda de estudante timorenses em Lisboa, sendo um “cultural and information centre for the Timorese students, public employees and friends of Timorese in Portugal”<sup>54</sup> (SILVA, 2011, p. 59). Após a Revolução dos Cravos, um grupo de timorenses com ligações na Casa de Timor assumiu a administração da mesma, que passou a se chamar Casa dos Timorenses. Esse grupo estava mais alinhado aos movimentos de libertação das outras colônias portuguesas em África.

Entre os membros da Casa dos Timorenses estava Abílio Araújo, que fazia parte do Movimento de Reorganização do Partido do Proletariado (MRPP), um partido “comunista maoísta” fundado em Portugal, sendo uma alternativa ao Partido Comunista Português (PCP), mais alinhado ao “comunismo soviético”. Segundo Silva (2011, p. 60), os membros da Casa dos Timorenses “were linked clandestinely to Movimento Popular Anti-Colonial (MPAC)”<sup>55</sup> que existia dentro do MRPP com o intuito de “to build relationships with anti-colonial movements in Africa and to advocate for the independence of the colonies”<sup>56</sup>. Através do MRPP, os indivíduos da Casa dos Timorenses tiveram contato com o PAIGC e com Amílcar Cabral, e aprenderam sobre os métodos de alfabetização de Paulo Freire.

Parte dos membros da Casa dos Timorenses foi para Timor português e juntou-se à FRETILIN, levando a bagagem vivida em Lisboa<sup>57</sup>. No entanto, antes da ida do grupo a Díli, a Casa ainda se dividia entre apoiadores da FRETILIN e os que eram contrários. Inicialmente, ao longo de 1974 e até a transformação da ASDT em FRETILIN, a Casa dos Timorenses se configurava como uma força pela independência fora de Timor português, ainda não vinculada à FRETILIN. Mais radical que a ASDT, alinhada ao comunismo maoísta e aos movimentos de libertação em África, a Casa dos Timorenses

---

<sup>54</sup> “[...] centro cultural e de informações para os estudantes timorenses, funcionários públicos e amigos de timorenses em Portugal” (SILVA, 2011, p. 59, tradução nossa).

<sup>55</sup> “[...] estavam ligados clandestinamente ao Movimento Anticolonial Popular” (SILVA, 2011, p. 60, tradução nossa).

<sup>56</sup> “construir relações com os movimentos anticoloniais em África e defender a independência das colônias” (SILVA, 2011, p. 60, tradução nossa).

<sup>57</sup> Destaca-se que o contexto da Revolução dos Cravos vivido pelos timorenses em Lisboa se enquadra na primeira fase do processo revolucionário português. Esse período, que vai de maio a setembro de 1974, corresponde ao cenário de conflito entre Spínola e o MFA, onde a disputa central era sobre a questão colonial (REZOLA, 2017).

chegou a produzir um programa próprio (que posteriormente seria usado para o programa político da FRETILIN) (SILVA, 2011).

Com a transformação da ASDT em FRETILIN, os membros da Casa dos Timorenses decidiram juntar-se à Frente em vez de fundar outro movimento em Timor português. Parte do grupo que ficou em Lisboa fundou o Comitê de Ação da FRETILIN, que seria um braço da Frente em Lisboa, e teria um papel importante em dialogar com os movimentos de libertação em África, principalmente em 1975. Foram os estudantes que levaram para as terras timorenses obras como as de Mao e outros autores marxistas que não existiam anteriormente no território (SILVA, 2011).

Com isso, a Frente foi formada por dois principais grupos, um social-democrata, ligado aos membros fundadores da ASDT, e outro com origem na Casa dos Timorenses, em Lisboa, alinhados a uma extrema-esquerda marxista maoísta. Esse é o cenário que se estabelece na FRETILIN no segundo semestre do ano de 1974, dois grupos que se articularão na Frente em prol da independência. De fato, a chegada dos estudantes radicalizou o discurso da FRETILIN, como veremos adiante, mas isso se justifica pelas influências que esse grupo obteve dentro da Casa dos Timorenses.

Quanto ao grupo social-democrata, possivelmente estivesse influenciado por uma ideologia de um socialismo moderno, alinhado com o Ocidente. Constata-se isso tanto pelas influências assumidas por Ramos-Horta, vindas de Olof Palme e Willy Brandt, quanto por conta das referências e leituras que tinham das lideranças de movimentos de libertação, como Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral<sup>58</sup> e Agostinho Neto<sup>59</sup>, além de Mario Soares<sup>60</sup>, do Partido Socialista Português (PSP), que convergiam para um socialismo moderno e voltado para o Ocidente.

O que unia o grupo dos social-democratas da ASDT com o dos estudantes da Casa dos Timorenses na FRETILIN era a influência dos movimentos de libertação dos territórios portugueses na África. Mas, ainda assim, encontra-se a influência marxista-maoísta na Frente. Após a chegada dos estudantes de Lisboa, em 28 de setembro de 1974,

---

<sup>58</sup> Amílcar Cabral foi fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Cabral era um intelectual que influenciou o pensamento dos movimentos de libertação em toda a África (BARBOSA, 2019).

<sup>59</sup> Agostinho Neto foi um político angolano e uma importante liderança do MPLA. Sua atuação também teve repercussão dentro dos movimentos de libertação em África (MARQUES, 2022).

<sup>60</sup> Mario Soares atuou no Movimento de Unidade Nacional Antifascista no contexto do regime salazarista. Atuou ativamente contra a ditadura portuguesa. Foi atuante no processo revolucionário português a partir do 25 de abril, associado à social-democracia pelo Partido Socialista português.

Ramos-Horta, um defensor da social-democracia, envia uma correspondência ao embaixador da República Popular da China em Camberra, em nome da FRETILIN.

Ramos-Horta (1974a) apresenta ao embaixador um contexto da realidade do Timor português naquele momento, dando ênfase à ameaça de invasão por parte da Indonésia. Nesse momento, afirma que a FRETILIN estaria sozinha, e que a Austrália já teria se aliado à Indonésia pela integração. Refere-se ao presidente Mao, e afirma contar com o apoio da China, que seria um amigo da FRETILIN, citando que possuem conhecimento de que a China dera grande suporte às nações que sofreram com a “opressão e o colonialismo”, dando exemplos do Vietnã do Norte, Camboja e Moçambique. A FRETILIN pede à China um “suporte nas Nações Unidas para independência, ajuda militar, treinamento para líderes militares para guerra de guerrilha, ajuda financeira para própria campanha, para propaganda e para mobilizar os líderes políticos em todo país”<sup>61</sup> (RAMOS-HORTA, 1974a). Essa correspondência não gerou apoio da China, nem uma resposta nesse momento, mas indica a inclinação ao maoísmo que passa a existir dentro da FRETILIN. Essa movimentação também pode indicar que Ramos-Horta tivesse a intenção de “copiar os passos” dados pela FRELIMO, que foram neste sentido desde o início dos anos 1970, o que vai ao encontro da influência que a FRELIMO representava para a FRETILIN.

---

<sup>61</sup> Vale ressaltar que a China passa a integrar as Nações Unidas apenas em 1972, com a aproximação que teve com os EUA.

Figura 6 – Correspondência de Ramos-Horta ao embaixador da China na Austrália.

# FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR-LESTE INDEPENDENTE

28th /September/ 1974

N/Ref Proc.nº 0.010

V/Ref. ....

Assunto: VERY CONFIDENTIAL

HIS EXCELLENCY  
THE EMBASSADOR OF THE PEOPLE'S REPUBLIC  
OF CHINA

C A N B E R R A

SIR,

I am writing to you on behalf of the Revolutionary Front of Independent East Timor ( Portuguese Timor ) as the only legitimate representative of the people of East Timor.

We are 650,000 living in half island, surrounding by two giants, Indonesia and Australia, that have decided to oppose to our liberation and Independence.

We, the people of East Timor, are awakening from a long sleep of 500 years. Now we are moving towards Independence to liberate ourselves from de colonialism and oppression.

We are alone. We have a very long and hard way to walk until our objective. It seems that Australia that pretends to be the champion of the struggles for liberation of the colonies has been working hand by hand with Indonesia to suppress the real will of the people of East Timor.

We believe that in this grave hour of our history, we can count on the People's Republic of China, under the Great President Mao, to give us full support.

Our struggle will not succeed if your Government and your people don't give us moral, political, diplomatic, economic and military support.

We shall never forget our friends. We love our friends and kill our enemies. We believe that the Peoples Republic of China is our best friend.

...///...

## **POR UM TIMOR MELHOR!**



O que segue na documentação da FRETILIN, principalmente no Nacroma (1974c;1974d;1974e), são as referências aos movimentos de libertação e seus líderes. A partir da terceira edição, não se observa mais referências à ASDT, apenas à FRETILIN. Na primeira página, a FRETILIN apresenta partes de um texto de Amílcar Cabral<sup>62</sup> que defende a valorização da identidade cultural própria dos povos colonizados, mas mantendo influências dos colonos que possam contribuir para a construção das novas nações. Isso refletirá no Programa e Manual Político da FRETILIN, que defende a manutenção do uso do português como língua principal no Timor. O uso da língua portuguesa volta a ser defendido por Amílcar Cabral na quarta edição do Nacroma.

Por duas vezes ainda, a edição faz referência às revoltas do passado em Timor. Afirma-se que “nossos avós, por mais de uma vez, pegaram em armas para sacudirem o jugo colonialista”. Em outro momento, cita-se as revoltas de “Camenassa, em 1719, os levantamentos de Lacló e Ulmera, em 1861, os de Cová Cotubaba, em 1868-1869, a rebelião de 1912, em Manufahi, por D. Boaventura, e a sublevação de Uato-lari, em 1959”, de forma a reavivar a história de Timor, e relacionar a luta pela independência da FRETILIN a algo pertencente ao povo timorense no período colonial. Passa-se a construir uma história de Timor que converge para a luta contra o colonialismo. Essa estratégia ainda não havia sido usada pela ASDT no periódico (NACROMA, 1974c).

A quinta adição do Nacroma (1974e) apresenta alguns pontos que merecem destaque. Começa-se a falar em conscientização revolucionária e em revolução. A revolução entra em pauta para destruir o colonialismo, o discurso anticolonial se acentua na mesma medida. Também na última edição, em dezembro de 1974, as lideranças da FRETILIN passam a se referir à população como “camaradas”. A questão da conscientização para a FRETILIN pode ter origem no que propunha Onésimo Silveira<sup>63</sup> no PAIGC sobre a conscientização das camadas populares para defesa de um nacionalismo e uma identidade nacional cabo-verdiana<sup>64</sup>. Possivelmente a FRETILIN tenha se inspirado nesse modelo, adaptando-o ao caso timorense.

---

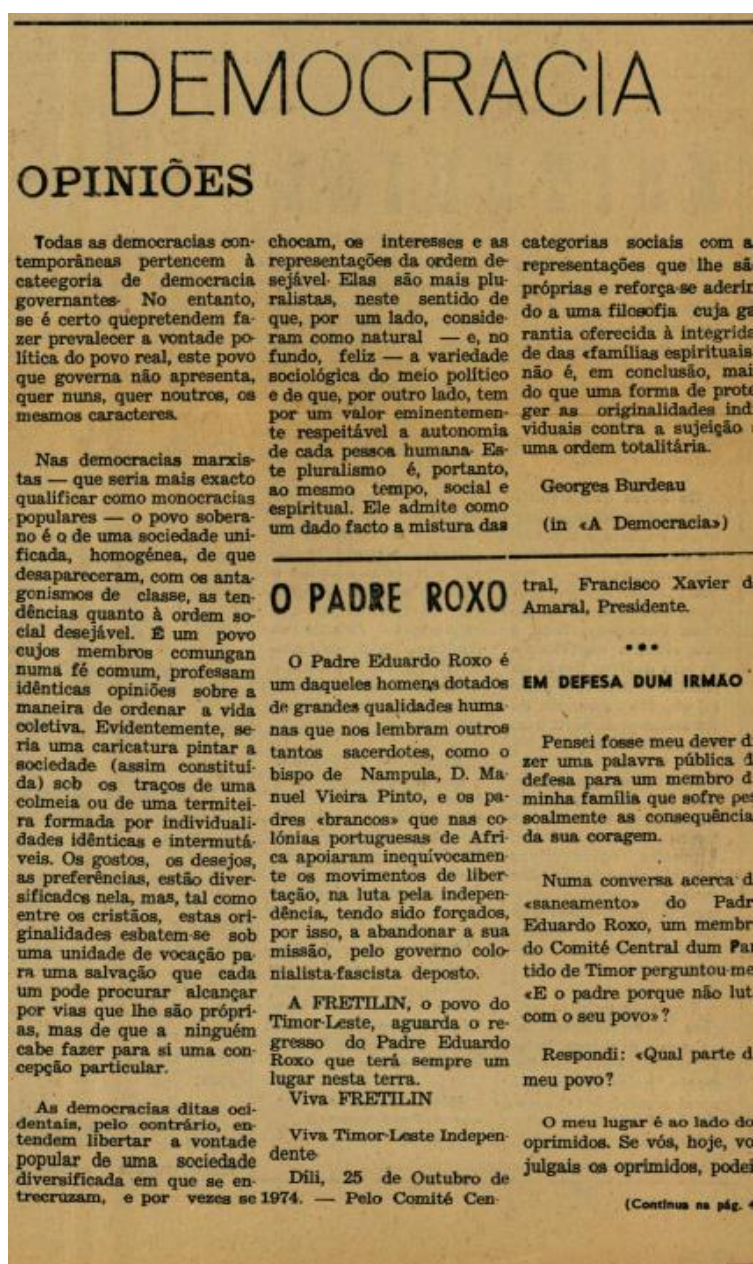
<sup>62</sup> O texto tem como título “Identidade Cultural e Colonialismo”, e, segundo a FRETILIN, é uma referência a uma intervenção de Amílcar Cabral sobre “Resistencia Cultural do seu Povo” (NACROMA, 1974c, p. 1).

<sup>63</sup> Silveira foi um escritor e político cabo-verdiano. Em seus escritos, debruçou-se sobre as questões de identidade nacional em Cabo Verde. Publicou obras como “Consciencialização na literatura caboverdiana” e “A Democracia em Cabo Verde”. Teve um papel importante dentro do PAIGC.

<sup>64</sup> Sobre isso, ver Miranda (2016).

Há ainda um artigo intitulado “Democracia”, onde se apresentam duas democracias que teriam características distintas. A primeira é chamada de “democracias marxistas”, em que “o povo soberano é o de uma sociedade unificada, homogênea [...] É um povo cujos membros comungam numa fé comum, professam idênticas opiniões sobre a maneira de ordenar a vida coletiva”. A segunda seriam “democracias ocidentais”, que “entendem libertar a vontade popular de uma sociedade diversificada. [...] Elas são mais pluralistas [...] consideram a variedade sociológica do meio político”, sendo que essa última serviria a uma proteção “contra sujeição a uma ordem totalitária” (NACROMA, 1974e, p. 2).

Figura 7 – Recorte Nacroma nº 5.



Fonte: Nacroma (1974e).

Segundo Ramos-Horta (1994), a chegada do grupo da Casa dos Timorenses gerou esse efeito de “radicalização do discurso” dentro da FRETILIN. A Frente também passou a defender uma independência imediata, não mais a longo prazo como a ASDT defendia. A contribuição do grupo da Casa dos Timorenses gerou resultados importantes para a FRETILIN, através das campanhas de alfabetização baseadas em “Paulo Freire, vacinações, programas de higiene sanitária, canalização de água, criação de cooperativas, etc” (RAMOS-HORTA, 1994, p. 99). Dessa forma, a FRETILIN lançou suas bases no interior do território, o que contribuiu para sua consolidação.

Em todas as edições do Nacroma, a FRETILIN faz referência aos movimentos de libertação como PAIGC, MPLA e FRELIMO e seus líderes, visando a colocar-se como um movimento tal qual esses no Timor português. A FRETILIN “bebe” nesses movimentos e em suas histórias para ser um movimento de libertação do Timor-Leste, e replica ações inspiradas nesses movimentos, como uma forte mobilização das massas e um programa de educação no interior do território. A FRETILIN se difundiu significativamente no interior. Dessa forma, se consolidou como um movimento de libertação no Timor português, ideologicamente inspirada em toda a experiência dos movimentos de libertação em África, e tirando da social-democracia e do marxismo (maoísmo) aquilo que seria útil à realidade timorense.

Concomitantemente à “radicalização da FRETILIN”, em setembro de 1974, o primeiro-ministro australiano, Edward Whitlam<sup>65</sup>, dá indícios de apoio à integração de Timor português à Indonésia. A partir disso, a UDT propõe uma fusão entre os grupos. No entanto, a FRETILIN tinha acabado de ser lançada, e seus membros não se dispuseram a conversar sobre a possibilidade da fusão. Vale ressaltar também que a partir da formação da FRETILIN, os olhares externos da Indonésia e da Austrália se voltam para o grupo com receio de aspectos “comunistas” presentes na Frente.

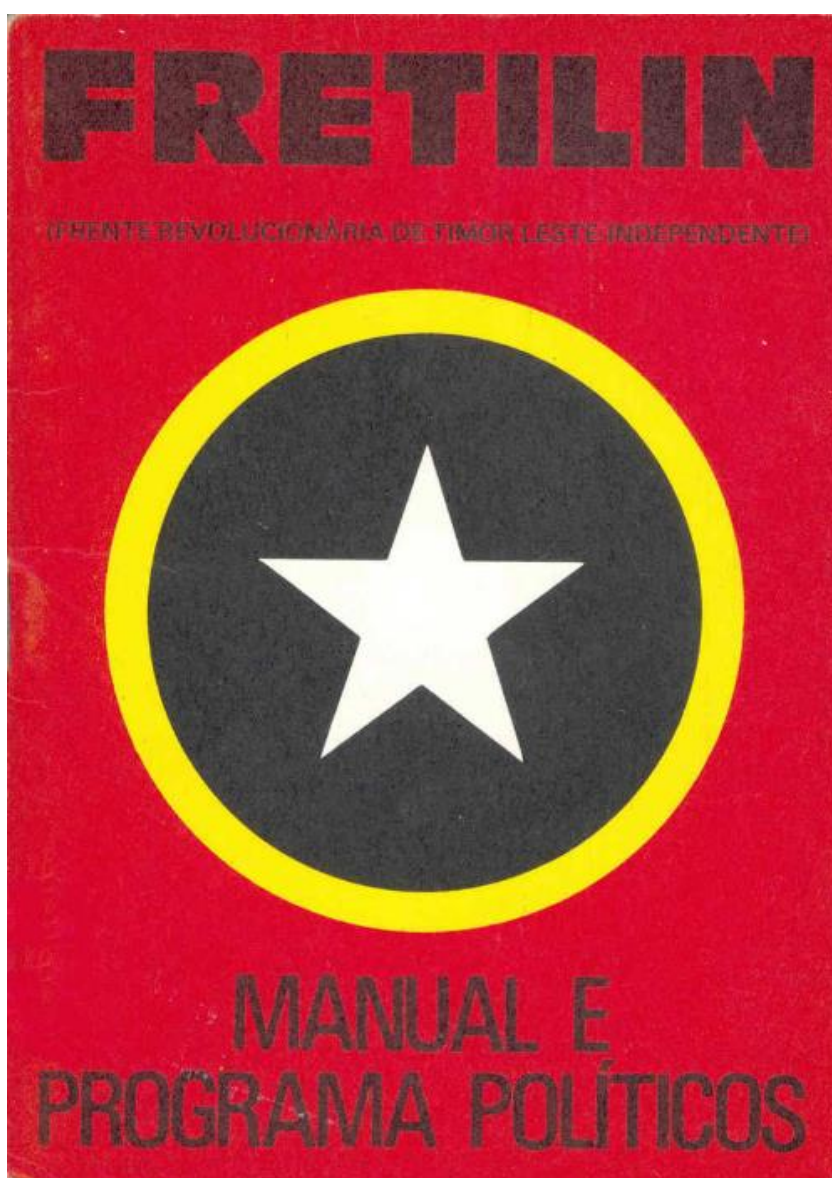
No decorrer de outubro e até finais de 1974, a Frente fica dividida entre o grupo da Casa dos Timorenses e membros que simpatizavam com sua ideologia, alinhada a uma esquerda mais radical, e um grupo moderado de social-democratas, do qual Ramos-Horta fazia parte. Mesmo que as rixas tenham se estabelecido no seio da FRETILIN, a Frente continuou seu trabalho junto às massas, principalmente no interior.

---

<sup>65</sup> Whitlam foi primeiro-ministro da Austrália de 1972 a 1975. Também foi uma liderança do Partido Trabalhista Australiano.

Em finais de dezembro de 1974, a Frente lança seu Manual e Programa Político, em que fica nítida a consolidação da FRETILIN a partir da fusão de dois principais grupos no interior do movimento: os que originaram a ASDT, ligados à social-democracia, e o da Casa dos Timorenses, ligados fortemente aos movimentos de libertação em África e com alguma influência marxista (maoísta). O Manual Político da FRETILIN foi influenciado pela “Declaração dos Princípios” já feita pelos estudantes da Casa dos Timorenses (SILVA, 2011, p. 67).

Figura 8 – Capa do Manual e Programa Político da FRETILIN.



Fonte: FRETILIN (1974).

Ao por em prática seus ideais, esses estudantes levaram em consideração aspectos peculiares da região do Timor português. Dessa forma, mesclaram suas convicções com a realidade local (SILVA, 2011). Um exemplo disso no Manual Político está na escolha

de escrever em português e, em seguida, em tétum (língua nativa). Inicia-se afirmando que a FRETILIN é uma força nacionalista e anticolonial, e tem como objetivo a libertação de Timor português. Assim como na Declaração dos Princípios dos estudantes da Casa dos Timorenses, reforça-se o repúdio e a necessidade de desintegrar o colonialismo ou o neocolonialismo. O discurso na Declaração dos Princípios é fortemente anticolonial, faz-se referência constante à luta contra a exploração ou contra quem se opõe à libertação de Timor.

No manual da FRETILIN, o segundo ponto importante é a defesa da necessidade da unidade dentro de Timor, em que as diferenças étnicas, religiosas e culturais devem ser superadas em prol da unidade pela independência. Outra questão abordada no programa é o uso do termo “revolucionário” na Frente. A justificativa é “porque para a autêntica libertação do povo é necessário modificar, transformar, num sentido de revolucionarizar as velhas estruturas herdadas ao longo de cinco séculos de colonialismo em Timor” (FRETILIN, 1974). Adiante no documento, se menciona novamente a necessidade da revolução para derrotar o colonialismo.

A FRETILIN afirma que não deseja manter ligações com Portugal, convergindo para um discurso que defendia uma independência imediata (diferente do inicial). Na sequência, defende uma agricultura diversificada e voltada para atender à demanda interna do território. Defende também a alfabetização e a educação como forma de adquirir consciência política e construir uma identidade e história nacional. Em seguida, aborda a justificativa do uso do português como língua oficial num primeiro momento. A necessidade se dá pelo fato de as línguas nativas não terem se desenvolvido devido ao colonialismo e, dessa forma, não terem palavras que existem no português.

A introdução do programa da FRETILIN faz recorrentes menções ao colonialismo e à exploração de Timor português. O discurso anticolonial se acentua no programa. Exige-se que Portugal reconheça a independência imediata de Timor com a FRETILIN sendo a representante do povo. No quesito relações internacionais, a FRETILIN se diz favorável ao não alinhamento<sup>66</sup>, objetivando ter boas relações com qualquer país que respeite sua autonomia. O programa traz também as propostas de reconstrução e

---

<sup>66</sup> O Movimento dos Não Alinhados surgiu na década de 1960, tendo origem na Conferência de Bandung. Os Não Alinhados eram formados por países que haviam sido dominados pelos potências europeias. O movimento consistia em uma alternativa diplomática, ideológica e política às predominantes no período, que eram ligadas às potências tradicionais da Guerra Fria (BARBOSA, 2019).

desenvolvimento do país. Defende a criação de cooperativas, reforma agrária, desenvolvimento de indústrias, controle da economia interna, desenvolvimento de base para educação e saúde, justiça social visando à igualdade, criação de forças armadas timorenses, administração democrática e republicana, além de afirmar-se anti-imperialista e anticolonial (FRETILIN, 1974).

Os pontos que convergem entre a Declaração dos estudantes de Lisboa e o Manual da FRETILIN são: resgate da opressão do colonialismo, com um discurso anticolonial forte; a necessidade de uma agricultura que atenda a demandas internas, já que o colonialismo desenvolvia uma monocultura voltada para exportação; atenção para desenvolver programas para melhorar o setor da saúde e do saneamento; e defesa da democracia. Dessa forma, o Programa da FRETILIN compreende aspirações tanto do grupo da Casa dos Timorenses, ligados a um marxismo maoísta, como dos integrantes ligados à social-democracia.

Com o que foi exposto, conclui-se que a FRETILIN se formou a partir de dois grupos principais. O primeiro, que fundou a ASDT, tinha entre seus membros indivíduos que tiveram contato com movimentos anticoloniais dos territórios portugueses em África, em fins dos anos 60 e início dos anos 70. Já debatiam e expunham suas ideias dentro do território timorense, mas ainda de forma incipiente. Esse grupo só se forma com a liberação por parte de Portugal no pós-Revolução dos Cravos, e inicialmente tem um discurso anticolonial moderado e ligado aos ideais da social-democracia, defendendo um socialismo moderado inspirado nos modelos sueco e da Alemanha Ocidental, influenciado pelos líderes dos movimentos anticoloniais para defender a independência.

Posteriormente, ao decidir formar uma frente, chegou o segundo grupo, os estudantes da Casa dos Timorenses de Lisboa, que possuem leituras de obras marxistas e maoístas. Alinhados a uma esquerda radical de Lisboa, esse grupo leva ao Timor leituras e obras que ainda não tinham chegado ao território. E, assim, passa a haver dois grupos principais dentro da FRETILIN, um mais moderado e outro mais radical. As contribuições dos estudantes de Lisboa acentuam o discurso anticolonial e consolidam os programas de educação que fazem a FRETILIN avançar nas massas do interior.

A FRETILIN passa a defender uma revolução intrinsecamente ligada à extirpação total do colonialismo, o que gerou uma intensificação do discurso anticolonial (que será abordado no próximo tópico). Em finais de 1974, a FRETILIN está consolidada dentro



do território timorense como um movimento de libertação de Timor, defendendo uma independência imediata de Portugal. Conclui-se, assim, que o viés ideológico consolidado da FRETILIN, que lança o manual do partido em dezembro de 1974, compreende uns poucos aspectos de uma social-democracia moderada inspirada no Ocidente, e ideais revolucionários vindos do maoísmo e dos movimentos de libertação como MPLA, PAIGC e FRELIMO. Essas influências demonstram a escala global em que se insere a FRETILIN no contexto da Guerra Fria e dos processos de descolonização. Nesse sentido, pode-se concluir também que houve um processo de migração de ideais social-democratas para marxistas/maoístas. Esse processo ocorre ao longo do tempo, mas indica que o discurso radical com origem no grupo de influência maoísta vai ganhando terreno na FRETILIN.

### 3.2 ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS: BUSCA DE APOIO E O DISCURSO ANTICOLONIAL

As primeiras movimentações da ASDT na busca de apoio internacional se dão na tentativa de conseguir a garantia dos governos da Austrália e da Indonésia em cooperar com o processo de descolonização para a independência. Em 17 de junho, Adam Malik<sup>67</sup>, ministro das Relações Exteriores da Indonésia, envia para Ramos-Horta uma correspondência afirmando que o governo indonésio apoia o processo de descolonização e a possível independência de Timor. Após uma visita de Ramos-Horta a Jakarta, Malik (1974) envia por escrito sua satisfação em tê-lo encontrado. Mais que isso, Malik fala em nome do governo indonésio e da garantia de respeito à independência do Timor.

Malik (1974) comenta sobre a surpresa com os acontecimentos em Portugal, fazendo referência à Revolução dos Cravos e à mudança de “perspectiva política” que ocorreu em Lisboa. Afirmo conhecer a visão de Ramos-Horta quanto às aspirações de independência que possuía, e afirma que o governo indonésio “não possui intenções de aumentar ou expandir o território” “ou ocupar outros territórios”. Ainda, assume que após uma independência do Timor, o governo indonésio irá “esforçar-se para manter boas relações” com o país, e pede para que se transmita a mensagem à população timorense, o

---

<sup>67</sup> Malik nasceu em 1917 e foi um estadista e líder nacionalista da Indonésia. Ocupou diversos cargos no governo de Sukarno e atuou como ministro das relações exteriores no governo de Suharto. Malik faleceu em 1984 (AUGUSTYN et al., 2020)

que é feito no Nacroma (1974a). Com isso, a ASDT conseguiu uma garantia oficial de apoio e respeito da Indonésia.

Figura 9 – Correspondência de Adam Malik para Ramos-Horta.



*Adam Malik*

*Montoi Luar Negeri  
Republik Indonesia*

Jakarta, 17th June 1974.

To :  
Mr. Jose Manuel Ramos Horta  
D i l i  
Portuguase Timor.

Dear Mr. Horta :

I was pleased to meet you during your recent visit to Jakarta, Indonesia.

We, the people of Indonesia, and the Government of Indonesia, have been heartened by the recent changes that have taken place in Lisbon, Portugal.

This change of government and of policy outlook came as something of a surprise to most people, including you and your people in Timor.

In our view, these developments offer a good opportunity to the people of Timor to accelerate the process towards independence, as well as to generate overall national development and to promote the progress of the people of Timor.

The Government of Indonesia until now still adheres to the following principles :

- I. The independence of every country is the right of every nation, with no exception for the people in Timor.
- II. The Government as well as the people of Indonesia have no intention to increase or to expand their territory, or to occupy other territories other than what is stipulated in their Constitution. This reiteration is to give you a clear idea, so that there may be no doubt in the minds of the people of Timor in expressing their own wishes.
- III. For this reason, whoever will govern in Timor in the future after independence, can be assured that the Government of Indonesia will always strive to maintain good relations, friendship and cooperation for the benefit of both countries.

Please convey my message to your people in Timor.

With my best wishes and warm regards to you and to all the people in Timor.

Sincerely yours,

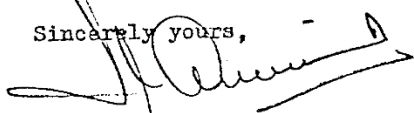
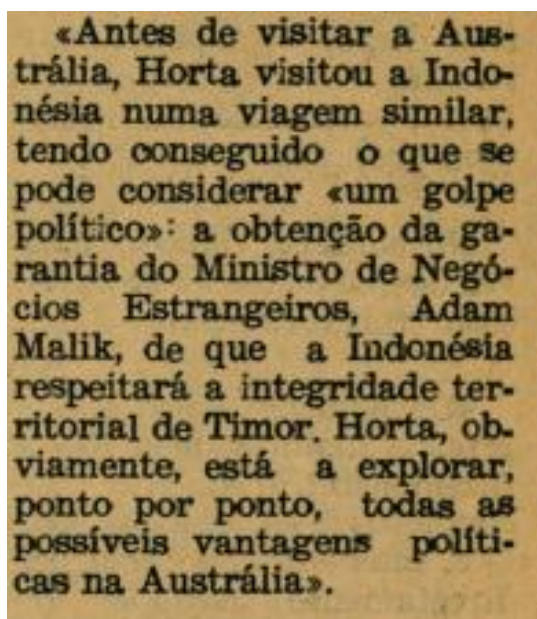
  
ADAM MALIK.



Figura 10 – Recorte Nacroma nº 1.



«Antes de visitar a Austrália, Horta visitou a Indonésia numa viagem similar, tendo conseguido o que se pode considerar «um golpe político»: a obtenção da garantia do Ministro de Negócios Estrangeiros, Adam Malik, de que a Indonésia respeitará a integridade territorial de Timor. Horta, obviamente, está a explorar, ponto por ponto, todas as possíveis vantagens políticas na Austrália».

Fonte: Nacroma (1974a).

Mesmo que, a partir da correspondência, pareça que a Indonésia não estaria preocupada com uma possível independência de Timor português, o contrário é que corresponde à realidade. Antes da Revolução dos Cravos, a preocupação com a região do Timor português era mínima. Além disso, a relação entre Suharto, líder indonésio, e Caetano sugeria afinidades ideológicas (principalmente anticomunistas), fazendo com que a presença portuguesa no Timor oriental não incomodasse/preocupasse a Indonésia (CUNHA, 2001). No entanto, a queda do regime salazarista despertou preocupação no governo indonésio quanto ao Timor. Segundo Cunha (CUNHA, 2001, p. 73):

As tendências esquerdistas do novo poder instalado em Lisboa e os propósitos de concessão de independência às províncias do ultramar despertam, sobretudo na elite militar javanesa, fundados temores quanto à possibilidade de surgimento de um vizinho independente, pequeno, mas potencialmente inspirador de grandes problemas.

As preocupações dentro do governo indonésio surgem imediatamente após o “surpreendente” 25 de Abril. No entanto, medidas contrárias à independência de Timor português foram articuladas aos poucos, tendo maior efetividade em território timorense no ano de 1975. Inicialmente, Malik, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, tentou construir uma imagem de apoiador da ASDT e da causa da independência. A ASDT, nas primeiras edições do Nacroma (1974a;1974b), apresenta essa garantia e postura de Malik para seus leitores, dando crédito às suas afirmações de apoio.

Já na Austrália, Ramos-Horta passou três semanas, entre os meses de julho e agosto, em busca de algum apoio, e teve contato com membros do Partido Trabalhista e

do Parlamento. No *Nacroma* (1974a), há referência sobre essa viagem e as conversações que foram estabelecidas. No entanto, não há referências da conquista de alguma garantia de apoio de qualquer setor australiano à causa da independência nesse momento. Observa-se que, na figura de Ramos-Horta, a ASDT buscou disseminar a mensagem da independência dentro da Austrália em um primeiro momento.

Outras referências presentes no *Nacroma* (1974a;1974b) a setores ou grupos fora do Timor português são relativas às outras colônias portuguesas em África. Nesse caso, essas referências podem ser mais bem enquadradas como uma influência de um discurso anticolonial na ASDT. As leituras que os membros da associação possuíam passavam principalmente por lideranças importantes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas em África. Constata-se, principalmente através do periódico *Nacroma* (1974a;1974b), que a ASDT acompanhava os acontecimentos nas outras colônias. Também através dos relatos de Ramos-Horta (1994), conclui-se que as leituras que os membros da ASDT possuíam passavam principalmente por Eduardo Mondlane, da FRELIMO, e Amílcar Cabral, do PAIGC.

A essência anticolonial presente nos discursos da ASDT indica que essas influências são originárias dos movimentos de libertação das colônias portuguesas em África. Na primeira edição do periódico *Nacroma* (1974<sup>a</sup>, p. 1), já no editorial, há menção aos “treze anos de Guerra nas colônias”, fazendo referência ao Movimento de 25 de Abril e à descolonização. Em seguida, há um texto intitulado “Testemunho de Agostinho Neto dirigente do MPLA”, que ressalta a violência do sistema colonial português. Ainda na primeira página, há referência a um texto da FRELIMO que trata sobre educação colonial. Na última página, há menção também aos movimentos de libertação PAIGC, MPLA e FRELIMO como “a grande força que desatrelou a pesada máquina” que seria o colonialismo.

Na segunda edição do periódico *Nacroma* (1974b, p. 1), publicada na primeira quinzena de setembro, a primeira página traz uma notícia referente à Guiné-Bissau, com o título “Guiné-Bissau a hora da suprema consagração”<sup>68</sup>, que relata a conquista da independência do território, citando o PAIGC no processo, e cumprimentando o povo de Guiné-Bissau em nome da ASDT. Na página 4 do periódico, há um artigo intitulado “A

---

<sup>68</sup> Ainda em 1973, a Guiné Bissau conquistou sua independência pela via armada. Portugal só reconhece a independência em setembro de 1974, no contexto em que Spínola sai do poder. Esse foi o ponto central do conflito entre Spínola e o MFA, que o tirou da presidência.

luta de libertação nas colônias”, que apresenta os movimentos de libertação PAIGC, MPLA e FRELIMO. Segundo o artigo, sem autoria, esses movimentos originaram-se de “revolta popular contra a segregação e a humilhação raciais, contra a exploração colonial desenfreada”, e do estudo que os líderes fizeram sobre seu próprio povo. Reforça-se a legitimidade desses movimentos como representantes da libertação dos seus respectivos territórios que inicialmente lutaram por “meio pacíficos”, e “só então esgotados [...] as organizações que clandestinamente tinham se formado, nas três colônias, empunham armas”.

Figura 11 – Recorte Nacroma nº 2.



Fonte: Nacroma (1974b).

Figura 12 – Recorte Nacroma nº 2.



Fonte: Nacroma (1974b).

Percebe-se, dessa forma, que a ASDT estava informada sobre os acontecimentos nas colônias e sobre a história dos movimentos de libertação. A forma como essas informações chegaram a Timor e aos membros da ASDT segue sendo nebulosa. Ainda não podemos afirmar que havia contato direto dos movimentos em África com a ASDT nesse início. No entanto, percebe-se a influência da luta desses movimentos para a ASDT, tanto na utilização dos textos de figuras como Amílcar Cabral, como pelos discursos anticoloniais da ASDT no periódico, que referenciam e relacionam-se com os movimentos de libertação PAIGC, MPLA e FRELIMO.

As referências ao colonialismo e à luta anticolonial estão presentes na primeira edição do Nacroma (1974a, p. 1) para além de textos ou citações sobre os movimentos de libertação dos outros territórios. No editorial, lê-se que Nacroma é “essencialmente anticolonial”. Ao falar sobre educação, o periódico define o que seria uma educação colonial com características “elitistas, discriminatórias, alienatórias e individualistas”, que reforçaria uma “mentalidade” de exploração. Outras referências ao colonialismo se dão através da afirmação de que a ASDT pretende eliminar o colonialismo, sem citar mais características ou consequências do sistema.

Como citado anteriormente, segundo Ramos-Horta (1994), não haveria referências ao colonialismo ou ao anticolonialismo no manifesto de lançamento da associação. Em certa medida, pode-se cogitar um receio dentro da ASDT de expor uma postura anticolonial. No entanto, a partir das publicações do Nacroma, percebe-se que há produção de um discurso anticolonial. É necessário destacar que, nas suas primeiras edições, o Nacroma condena um colonialismo ligado ao “fascismo” português, ou seja, o colonialismo criticado é associado ao regime salazarista. Isso se apresenta no editorial da primeira edição do Nacroma (1974a, p.1), no qual se condena o “fascismo colonialista”.

Quando a ASDT menciona o processo de descolonização indicando o governo português como um agente que iniciou esse processo, não há, nesse momento inicial, uma condenação negativa desse mesmo governo português, dirigido pelo MFA. Ao contrário, há uma crença de que o MFA<sup>69</sup> tem esse compromisso, e se espera então um apoio por parte desse novo governo no processo pela independência de Timor português. Há afirmações no Nacroma (1974a) que indicam essa “crença” no MFA por parte da ASDT. A ASDT dá crédito ao MFA por instituir o processo de descolonização nas colônias portuguesas, e afirma confiar no movimento para realizar o processo de descolonização visando à independência. Além disso, na segunda edição do Nacroma (1974b, p. 1), há a afirmação de que “O inimigo comum não poderá ser por conseguinte Portugal”, e ainda a manifestação de que após a independência pretende-se manter laços de “igualdade, amizade e fraternidade” com Portugal (NACROMA, 1974a, p. 4).

Dessa forma, o discurso anticolonial da ASDT é moderado em seus primeiros meses. Cogita-se que a ASDT pretende manter boa relação com a administração portuguesa nesse início, tendo de alguma forma um apoio do governo português/MFA no

---

<sup>69</sup> Ressalta-se que a questão da descolonização estava presente no programa político do MFA.

Timor a favor da independência. Vale lembrar que Ramos-Horta possuía alguma aproximação com Alves Aldeia<sup>70</sup>, governador de Timor. A ASDT, para se afirmar como um movimento de libertação que possui um discurso anticolonial, remonta ao regime salazarista para apontar acusações sobre a exploração do colonialismo. Dessa forma, a estratégia inicial aponta para um interesse da ASDT em manter uma “boa” relação com a administração portuguesa, ao mesmo tempo em que construía um discurso anticolonial moderado utilizando referências de movimentos anticoloniais como a FRELIMO e o MPLA.

Nesse ponto, é importante destacar o papel de Portugal na descolonização de Timor português. O governo português está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do processo de descolonização, e suas ações para com a colônia mais distante também influenciam as ações da FRETILIN. Após o 25 de abril, a primeira ação do governo português foi liberar a formação das associações políticas em Timor. Em julho de 1974, foi publicada a Lei 7/74, que garantia o reconhecimento de Portugal sobre o direito dos povos à autodeterminação. Através dessa lei, qualquer das opções existentes para o futuro do território seria possível, e isso aconteceria por consulta popular (FEIJÓ, 2022b).

O processo que segue a partir da lei não gera grande mudanças e ações em Timor, apenas ficou aberta a possibilidade de uma consulta popular para que o povo decidisse o destino do território timorense, levando em consideração as três possibilidades apresentadas pelas três associações. No entanto, o governo português manteve contato sutil com a Indonésia, que acreditou na disposição de Portugal em facilitar a anexação. Vale destacar a peculiaridade das descolonizações dos territórios portugueses em Ásia, com “anexações” das nações próximas antes da Revolução dos Cravos. Goa foi anexada pela Índia em 1961, e Macau passou a ser um território/domínio chinês, mas sob administração de Portugal (FEIJÓ, 2022a).

Esses acontecimentos nas outras colônias colocariam a Indonésia no debate sobre a descolonização do Timor português. A administração portuguesa, na figura de Almeida Santos<sup>71</sup>, ministro da Coordenação Interterritorial, não acreditava na viabilidade de uma

---

<sup>70</sup> Fernando Alves Aldeia foi governador de Timor português entre 1972 até 1974. Ramos-Horta (1994) afirma que Aldeia tinha postura de um político moderno e que se mobilizava em conhecer o território timorense inteiramente.

<sup>71</sup> Antônio de Almeida Santos foi um político português que atuou como Ministro da Coordenação Interterritorial após o 25 de Abril em Portugal (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, [201-?]). Santos escreveu um livro intitulado *Quase Memórias: Da Descolonização de cada Território em Particular*, no qual relata questões referentes à descolonização em Timor português.

independência imediata do Timor. No entanto, seguiu afirmando que as três possibilidades de futuro ainda estariam sendo consideradas. Em novembro de 1974, Mario Lemos Pires assume o governo de Timor, chegando a Díli sem uma definição sobre o futuro do processo de descolonização. A ideia seria o governador, ao conhecer a realidade timorense, elaborar um plano para a descolonização. Sua primeira iniciativa foi construir “um Conselho de Governo no qual estes [os três partidos] teriam representação partidária sem, no entanto, definir prazos [...] nem abordar a solução final para a autodeterminação”<sup>72</sup> (FEIJÓ, 2022b, p. 5).

A chegada de Lemos Pires inspirava o início da resolução sobre o futuro do território. Em sua posse, afirmou que o destino do Timor seria de acordo com a vontade do povo, mas o ex-governador assegurou na mesma cerimônia que a independência estava distante da realidade. Para Lemos Pires, a base para tratar sobre a questão do futuro do Timor seria a lei nº7/74. Entretanto, após visualizar que possibilidade da independência já estava disseminada na população, afirma que a lei se referia ao problema das colônias africanas e não levou em conta a realidade e o contexto timorense, sugerindo, então, que o Timor não poderia elaborar seu futuro sozinho (LIMA, 2002).

O novo governador defende que haja uma união entre todos os movimentos políticos formados no território, e, em consequência disso, amplia a liberdade de movimentação dos partidos. No entanto, Lemos Pires é duramente criticado pela FRETILIN por defender uma descolonização que aponte para um “neocolonialismo” (segundo a FRETILIN), já que o país deveria permanecer ligado a Portugal. Além disso, na visão da FRETILIN, a insistência em unir os três partidos e as conversações com a Indonésia<sup>73</sup> os desviariam do caminho para a independência.

A formação do Conselho de Governo não se concretizou, mas era o que estava em voga em dezembro de 1974. A atuação de Portugal pela descolonização se concretiza em ações no ano seguinte, como será abordado no próximo capítulo. No entanto, nesse primeiro momento, o que se destaca do papel da administração portuguesa é uma ineficácia em promover possíveis ações que encaminhariam a descolonização. Portugal abre espaço para a FRETILIN atuar dentro do território timorense e disseminar os ideais

---

<sup>72</sup> A proposta segue os mesmos moldes do Acordo de Alvor, assinado pelo governo português com os movimentos políticos angolanos MPLA, UNITA e FNLA, em janeiro de 1975. O acordo pretendia planejar o processo de independência de Angola.

<sup>73</sup> Oliveira (2007) aponta as relações entre o governo português e o governo indonésio a respeito das conversações sobre o território timorense.

da libertação nas massas. A Frente intensifica seu trabalho de conscientização das massas e passa a controlar setores importantes, como a educação e a informação, através da neutralização do aparelho colonial.

Além do papel ineficaz de Portugal na descolonização para a FRETILIN, há outros fatores que podem interferir no processo de consolidação da Frente. Como já dito no subcapítulo anterior, a chegada dos estudantes da Casa dos Timorenses a Lisboa transforma a atuação e o discurso da FRETILIN. Primeiramente, pouco antes do desembarque desses estudantes em Díli, a ASDT já havia anunciado a criação da FRETILIN, ampliando a plataforma do grupo. A presença dos estudantes na FRETILIN traz outras características ao grupo, radicalizando o discurso à esquerda dentro da FRETILIN. A influência recém-chegada do marxismo e do maoísmo faz com que Ramos-Horta envie uma correspondência ao embaixador chinês na Austrália. Essa foi a primeira vez que os membros da FRETILIN se mobilizaram em buscar apoio fora do campo próximo da Indonésia e da Austrália.

Como já mencionado, a FRETILIN solicitou o apoio da China com intuito de se proteger de uma possível invasão da Indonésia, e foi nesse contexto que o primeiro-ministro australiano declarou apoio à Indonésia para anexação. A ameaça de integração abafou as garantias que já haviam recebido do próprio governo indonésio. Ramos-Horta tentou garantir apoio financeiro, militar e diplomático da China. No entanto, essa correspondência não possui retorno e não há relatos na documentação nem na bibliografia que afirmem que a China cedeu algum apoio à FRETILIN em 1974.

Nessa correspondência, ainda é interessante ressaltar que Ramos-Horta cita o apoio chinês dado a Moçambique, Camboja e Vietnã do Norte, inserindo a FRETILIN no contexto das lutas de libertação, da descolonização e da Guerra Fria<sup>74</sup>. Ainda nessa carta, Ramos-Horta afirma possuir um contato de confiança na Austrália, com quem o embaixador poderia dialogar, a servir como uma “ponte” até os membros da FRETILIN.

O que se observa no Nacroma a partir da terceira edição também demonstra a influência do grupo de estudantes recém-chegados de Lisboa. A terceira edição do Nacroma (1974c) faz constantes referências ao colonialismo e aos movimentos de

---

<sup>74</sup> Reforço o que já foi apresentado no primeiro capítulo acerca do fato de os nacionalistas do Terceiro Mundo buscarem apoio entre as grandes potências, EUA, URSS e China, ora voltando-se a um lado, ora a outro. Soma-se a isso o protagonismo que as lideranças dos movimentos de libertação possuíam para negociar entre as potências.

libertação, mais do que as edições anteriores. Na segunda página, o artigo intitulado “Quem são os colonialistas?” relaciona o colonialismo com “forças reacionárias”, “exploração, corrupção, violação, especulação socioeconômica, material e ideológica”, “demagogia oportunista”. É recorrente em outros artigos a relação entre colonialismo, força reacionária e exploração.

Quanto aos movimentos de libertação, há um artigo sobre uma “Breve história da existência dos povos africanos”. Traça-se um breve histórico do colonialismo português e dá-se ênfase à guerra colonial e à justificativa da necessidade de se pegar em armas contra o sistema colonial. Reforça-se também o colonialismo como sistema de exploração que resultou em genocídio. O discurso anticolonial se acentua, as acusações ao sistema colonial são recorrentes, constata-se que mais textos dentro do periódico retratam isso, e não mais se associa o colonialismo apenas ao regime fascista português.

Na terceira e na quarta edições, não há registros quanto a movimentações internacionais dos membros da FRETILIN. No entanto, na quarta edição, publicada no mês de outubro, observa-se referências aos movimentos de libertação em África. Há um texto intitulado “A vida – e as causas justas: Josina Machel<sup>75</sup>”, que aborda a trajetória de vida e a resistência da figura de Josina Machel, membro da FRELIMO. A FRETILIN, ao contar essa história, busca homenagear Josina e ressaltar seu papel como um exemplo de resistência.

O discurso anticolonial permanece acentuado nas últimas edições do Nacroma, possivelmente relacionado à presença dos estudantes da Casa dos Timorenses na FRETILIN e à insatisfação com a atuação de Portugal em promover a descolonização. Além disso, na última edição do Nacroma, de dezembro, a FRETILIN apresenta uma entrevista com um militante do PAIGC<sup>76</sup> que discute a situação de Cabo Verde, traçando um paralelo dos acontecimentos em Cabo Verde com os acontecimentos no Timor português, mencionando a mobilização das massas por parte dos dois movimentos, bem como a obtenção de apoio popular por parte do PAIGC e da FRETILIN. Além disso, é mencionada a existência de outros movimentos que seriam contrários à independência ou

---

<sup>75</sup> Josina Machel atuou na FRELIMO desde sua juventude. Posteriormente, atuou no destacamento de mulheres da FRELIMO, criado por Samora Machel em 1967. Foi uma figura de extrema importância para as mulheres no contexto da luta de libertação de Moçambique (MONTICELI ROCHA, 2018).

<sup>76</sup> Na entrevista, não é possível identificar o nome do membro do PAIGC.



defenderiam um neocolonialismo<sup>77</sup>, segundo a FRETILIN, ao desejarem permanecer ligados a Portugal. Cita-se também a mobilização anticomunista desses grupos que se opunham ao PAIGC e à FRETILIN, acusando-os de serem comunistas. Por último, cita-se a interferência de potências estrangeiras: no caso do PAIGC, os EUA teriam interesse em Cabo Verde, e no caso da FRETILIN, o interesse parte da Indonésia.

Por fim, na última edição, há a divulgação do Manual Político da FRETILIN e uma mensagem de Natal destinada ao povo timorense, escrita pelo vice-presidente Lobato. Em sua mensagem, Lobato condena o colonialismo e faz referência aos “irmãos em África” que pegaram em armas para se libertar, o que não se aplicaria ao caso timorense (NACROMA, 1974f, p. 2). Também é enviada uma mensagem ao povo angolano pela comemoração do aniversário de fundação do MPLA, referido como inspiração para a luta de libertação nacional contra o colonialismo.

---

<sup>77</sup> No caso de Cabo Verde, cita-se a União Democrática de Cabo Verde (UDC) e a União do Povo das Ilhas de Cabo Verde (UPICV).

Figura 13 – Capa Nacroma nº 8 e 9.



Fonte: Nacroma (1974f).

A partir do que foi posto, conclui-se que o discurso anticolonial da FRETILIN se acentuou, constantemente relacionado aos movimentos de libertação em África e seus líderes. Essas referências estavam presentes na ASDT, mas as condenações ao colonialismo se intensificam com a chegada dos estudantes da Casa dos Timorenses de Lisboa, possivelmente por seguirem modelos marxistas que condenam o colonialismo

(como o maoísta). Soma-se a isso a frustração por parte da FRETILIN em relação à administração portuguesa no processo de descolonização. Na última edição do Nacroma (1974e, p.8), comenta-se a fala de Almeida Santos na ONU<sup>78</sup> sobre a existência de apenas duas possibilidades para o Timor português: “continuar com Portugal ou integrar-se à Indonésia”.

Almeida Santos já havia proferido um discurso polêmico meses antes da fala na ONU, apresentado no seu livro “Quase Memórias: da descolonização de cada território em particular”. Na obra, Santos afirma que proferiu discursos dos quais se arrependeu posteriormente, mas relata uma fala importante sua, de 3 de agosto de 1974, que vai ao encontro do que a FRETILIN havia condenado. No texto, lê-se:

Afirmar eu [...]: <<Timor, digamos que é um transatlântico imóvel que nos custa muito dinheiro. [...] Há três correntes: uma é partidária da independência total, o que é de um irrealismo atroz, outra defende uma ligação com a Indonésia, mas esta [...] parece não estar interessada; outra sustenta a manutenção de uma ligação a Portugal, e esta parece ser a solução fatal neste caso. [...] A independência total é inviável [...]; a ligação com a Indonésia torna-se inviável por causa do desinteresse da Indonésia; e fica uma última alternativa, a ligação conosco (SANTOS, 2007, p. 293).

Nesse relato de Almeida Santos, dois pontos merecem destaque. O primeiro é referente à postura do governo português, que inicialmente negava a possibilidade da independência de Timor, o que gerou reação e condenação por parte da FRETILIN. O segundo ponto relaciona-se com o discurso proferido por Adam Malik, negando que o governo indonésio possuía interesse no território. Santos (2007, p. 294) relembra essa afirmação de Malik sobre a Indonésia “não ter qualquer ambição sobre o território”.

A partir disso, conclui-se também que, inicialmente, a Indonésia mantém-se favorável à descolonização em discurso para a FRETILIN. No entanto, articula-se desde o início do processo a favor da anexação, mesmo que ainda de forma sorrateira, postura que se acentuaria ao longo de 1975. Imediatamente após sua fundação, a ASDT já se mobiliza internacionalmente para garantir apoio à descolonização e à independência,

---

<sup>78</sup> Em seu livro, Santos (2007) cita a repercussão de seu discurso na ONU. Segundo ele, não foi mencionada a fala “continuar com Portugal ou integrar-se à Indonésia” como únicas possibilidades para Timor português. Santos (2007, p. 317) afirmou ter dito que “<<Acontecerá pois, muito provavelmente nos meados do próximo ano, uma forma de apuramento da vontade genuína, actual e livre do povo de Timor>>” e que “<<Timor teria uma Assembleia Constituinte eleita no prazo de cinco meses>>”. O autor afirma que suas falas, acima citadas, contrariam a ideia de que Timor teria apenas a opção de permanecer ligado a Portugal ou ser anexado à Indonésia. No entanto, isso gerou grande repercussão no território timorense, indicando que a afirmação “continuar com Portugal ou integrar-se à Indonésia” foi dita. Lemos Pires enviou um telegrama para Santos pedindo esclarecimentos sobre a fala de “continuar com Portugal ou integrar-se à Indonésia”.

visando a garantias dos territórios vizinhos que representariam alguma ameaça ou apoio pela proximidade. Nesse ponto, a figura de Ramos-Horta como responsável pelas relações exteriores é fundamental para essa mobilização.

Logo que a possibilidade da integração ganha espaço nos debates, principalmente em setembro de 1974, com a declaração do primeiro-ministro australiano, a FRETILIN busca apoio militar, financeiro e diplomático na potência chinesa. Isso demonstra alguma influência do grupo da Casa dos Timorenses, mas em geral também confirma a inserção da FRETILIN numa escala global no contexto das descolonizações durante a Guerra Fria. A FRETILIN se mostra sempre atenta aos contextos e acontecimentos dos territórios portugueses em África, principalmente observando os movimentos de libertação, que desde o início são fontes de inspiração para a Frente.

Dessa forma, a FRETILIN demonstrou, conforme toda a análise já exposta, que seus líderes possuíam protagonismos, transitando em diferentes ambientes em busca de apoio. Estavam inseridos no contexto das disputas pelo Terceiro Mundo na Guerra Fria, principalmente entre a Indonésia e Portugal, e, a partir disso, articulavam-se internacionalmente buscando apoio vantajoso à sua causa. Mobilizavam-se em escala global, seja na busca por apoio concreto ou ideológico, formando uma rede que passava pela própria Indonésia, bem como por Austrália, Portugal, China, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, e seus respectivos movimentos de libertação e líderes (FRELIMO, MPLA e PAIGC), transitando também por influências suecas, alemãs e portuguesas para a social-democracia. No decorrer do ano de 1975, a rede aumentará ainda mais devido aos acontecimentos conturbados do período, como será abordado a seguir.

## 4 ANTES DA INVASÃO: NEGOCIAÇÕES E CONFRONTOS

Em 1975, o território de Timor português passa por uma série de acontecimentos que envolvem diferentes agentes dentro do processo de descolonização. Ao longo do ano, a descolonização de Timor apresenta-se com maior efetividade, principalmente por parte do administrador do processo: Portugal. Nesse segundo ano de descolonização, as ações para debater o futuro do território são concretas, com reuniões e apresentações de propostas pelos protagonistas no debate (FRETILIN, UDT, APODETI e Portugal). Além disso, há outros agentes em cena, como o governo Indonésio, movimentos de libertação em África, os governos dos Estados Unidos, do Reino Unido, da Austrália e, evidentemente, de Portugal, à época com processo revolucionário em curso<sup>79</sup>.

A partir disso, com o benefício de um olhar retrospectivo, sabe-se que esse processo histórico culminará, em dezembro de 1975, na invasão pela Indonésia (que permanecerá no território até 1999). Vale salientar que, nos primeiros atos do processo, os atores sociais obviamente não sabiam de seu futuro. O objetivo deste capítulo é mostrar o desenrolar desse percurso político ainda inconcluso, analisando as opções abertas e as articulações estabelecidas. Para isso, utilizaremos como fonte principal as edições do periódico “Timor-Leste: jornal do povo mau bere”, comunicados lançados pela FRETILIN e pela UDT, e também relatórios elaborados por lideranças da FRETILIN ao longo de 1975.

Seguindo a proposta de analisar a FRETILIN no contexto da História Global, este capítulo divide-se em quatro escalas de análise, tendo como pano de fundo os acontecimentos já citados e que serão abordados a seguir. Primeiramente, consideraremos a atuação de Portugal no processo de descolonização em 1975. No segundo momento, olharemos para o papel da Indonésia. Em seguida, abordaremos outros agentes que se envolvem nos acontecimentos em 1975, como os movimentos de libertação em África, a Austrália, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), e outros países e movimentos. Por último, fecharemos a análise tratando do período em que a FRETILIN

---

<sup>79</sup> Vale ressaltar aqui o contexto português dentro do processo revolucionário da Revolução dos Cravos. Após a saída de Spínola, em setembro de 1974, uma nova fase se instala. Rezola (2017, p. 16) afirma que, “Estando já decidida a descolonização, novos temas dominam a ordem do dia, destacando-se a institucionalização do MFA (de maneira que lhe fosse assegurado um lugar no aparelho de Estado), a realização de eleições [...]”, etc. A terceira fase corresponde a um período em que a revolução acelera as movimentações e se cria o Conselho da Revolução. Segundo Rezola (2017, p. 16), “É no decurso desta terceira e última fase da Revolução, que culmina no 25 de novembro de 1975, que todas as posições se radicalizam, parecendo precipitar o país para uma guerra civil”. Vale ressaltar que é nesse contexto final de 1975 que as independências das colônias se confirmam.

controlou a maior parte do território timorense, bem como da invasão do território pela Indonésia após a proclamação da Independência de Timor-Leste pela FRETILIN.

#### 4.1 PORTUGAL E A DESCOLONIZAÇÃO

Para analisar a atuação de Portugal na descolonização de Timor, é necessário retomar resumidamente o papel do governo português no ano de 1974. Junto disso, vale ressaltar alguns pontos do contexto vivido por Portugal após o 25 de abril de 1974<sup>80</sup>. Para isso, destacamos três pontos centrais sobre a atuação do governo luso em prol da descolonização de Timor. O primeiro é a liberação da formação de associações em Timor português para debaterem sobre o futuro, o que possibilitou a fundação da ASDT/FRETILIN e de outros dois principais grupos, UDT e APODETI, com três visões diferente para se pensar o destino do território. O segundo ponto envolve o fato de o governo português ter considerado a possibilidade da anexação do Timor à Indonésia<sup>81</sup>, mesmo que de forma sutil, dando à Indonésia alguma legitimidade para defender a anexação. O último ponto diz respeito à troca do governo em Timor português, com a chegada de Lemos Pires, em finais de 1974, que tratou de debater a descolonização diretamente com as associações em 1975.

No que diz respeito às relações entre Indonésia e Portugal, Almeida Santos (2007, p. 299) relata que, em 16 de outubro de 1974, “uma delegação da Indonésia [...] deslocou-se a Lisboa para conversações com o Governo português, tendo sido recebida pelo Presidente da República, pelo primeiro-ministro, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e por Melo Antunes”. Santos (2007, p. 299) ainda relata que a delegação indonésia afirmou que as “únicas formas aceitáveis para o futuro de Timor seriam a ligação com Portugal ou à Indonésia”, solicitando também que não se manifestasse publicamente a possibilidade de independência de Timor<sup>82</sup>.

---

<sup>80</sup> A análise geral já foi feita anteriormente, no primeiro capítulo.

<sup>81</sup> Oliveira (2007) expõe em seu trabalho a trama que envolve relações entre os governos português e indonésio no que se refere ao Timor. O autor apresenta as movimentações entre representantes dos dois governos em conversações sobre o território timorense.

<sup>82</sup> Destaca-se também a ida de Almeida Santos à Indonésia, programada no mesmo contexto da viagem a Timor português. Santos (2007, p 307) afirma que teve encontros com o presidente Suharto e Adam Malik, que disseram não alimentar “quaisquer ambições territoriais sobre o Timor português”. Os líderes indonésios afirmaram respeitar a vontade do povo timorense sobre seu futuro. Santos (2007, p. 308) relata que: “A despeito de reconhecer que a integração de Timor à Indonésia poderia ser justificada por razões étnicas, geográficas e até econômicas, o presidente asseverou-me que o seu país sobrepunha a todas essas razões o respeito pela vontade das populações, na linha do princípio da autodeterminação”.

Ao encontro disso, Santos (2007) ainda cita escritos de Lemos Pires sobre essa relação com a delegação indonésia: “a delegação indonésia encontrou uma posição mais favorável do que esperava, isto é, Portugal não hostilizava a integração na Indonésia e, por outro lado, não julgava viável uma independência” (PIRES, 1991 *apud* SANTOS, 2007, p. 300). Em outubro de 1974, a ida de Almeida Santos (2007) a Timor como Ministro da Coordenação Interterritorial e a chegada de Lemos Pires como novo governador indicaram alguma iniciativa a favor da descolonização. No entanto, nesse contexto de finais de 1974, também é possível observar uma inclinação de Portugal a incluir a Indonésia nas discussões sobre o futuro de Timor português e uma descrença na independência de Timor.

Pode-se considerar que atuação de Portugal teve significativa importância, mas o debate insuficiente/limitado com as associações em 1974 permitiu que esses grupos, principalmente a FRETILIN, tivessem um terreno relativamente livre para consolidar-se no território e construir apoio popular. Vale ressaltar também que Portugal passou por significativas transformações com a Revolução dos Cravos, e o ano de 1974 foi consideravelmente turbulento para o novo governo que estava se estabelecendo na metrópole<sup>83</sup>. Mesmo que a grande pauta da descolonização fosse prioridade, a colônia mais distante, e a que menos dava lucros, teve menor atenção do governo português nesse momento.

Resolver a questão da descolonização era prioridade para o novo governo português. No entanto, nos primeiros meses após o 25 de abril, sob a presidência de Antônio de Spínola<sup>84</sup>, a questão colonial gerou atritos entre o próprio presidente e o Movimento das Forças Armadas (MFA). Spínola, antes do golpe, defendia que a solução para a guerra colonial era política e não militar. Mas, ao assumir a presidência, após o golpe de 25 de Abril, resistiu em afirmar a autodeterminação dos povos, um ponto essencial para o MFA. Essa divergência entre MFA e Spínola sobre a questão colonial resulta na renúncia de Spínola em setembro de 1974.

---

<sup>83</sup> Ressalta-se o contexto da primeira fase do processo revolucionário português, cujo marco foi o confronto e a tensão entre o MFA e Spínola, bem como a questão da descolonização.

<sup>84</sup> Spínola tomou posse em 15 de maio, sendo o primeiro Presidente nomeado após o 25 de abril. Atuou na guerra colonial em Angola no início dos anos de 1960. Em finais da mesma década, foi Governador e comandante das Forças Armadas na Guiné. Desenvolveu a ideia de que a situação de guerra nas colônias não seria resolvida pela via militar, mas sim política. Publicou um livro sobre isso, “*Portugal e o Futuro*”, ainda antes da Revolução dos Cravos (SPÍNOLA, 1974).

Vale ressaltar que, no tocante às outras colônias portuguesas, em agosto de 1974, foi assinado um acordo entre o governo português e o PAIGC, o Acordo de Argel, reconhecendo a independência da Guiné Bissau e de Cabo Verde. Em setembro de 1974, o governo português fez a mesma movimentação com a FRELIMO, assinado o Acordo de Lusaka, que garantia a independência de Moçambique para o ano seguinte. O mesmo ocorreu com São Tomé e Príncipe. Ou seja, a partir disso, restariam apenas Angola e Timor português. Entre os dois, a prioridade de Angola é evidente. Nesse sentido, o Acordo de Alvor é assinado em janeiro de 1975. Resta, assim, o caso timorense para o governo português resolver.

Sobre esse contexto português, há dois pontos importantes a serem destacados que se relacionam com o Timor. O primeiro é a acusação por parte da FRETILIN, em 1975, de que nesses primeiros meses após o golpe de 25 de abril, sob a presidência de Spínola, a UDT se apoiava em teses spinolistas legitimadas por Nívio Herdade<sup>85</sup>, então governador da colônia, que, segundo a FRETILIN, seria spinolista. O relatório de Lobato (1975a) afirma que, com a chegada de Lemos Pires, novo governador a substituir Herdade, em novembro de 1974, pouco mais de um mês após a saída de Spínola da presidência, iniciaram-se as conversações com os partidos de Timor.

É importante destacar também que havia, dentro da UDT<sup>86</sup>, setores spinolistas que estavam em harmonia com o então governo de Spínola na metrópole durante o período em que o presidente ficou no cargo. A FRETILIN declara que, nesse período inicial, em 1974, as relações com o governo português deterioravam-se a cada dia. Ao que parece, o governador Herdade promovia à ASDT/FRETILIN algumas suspensões, como a interrupção dos “programas radiofônicos, veda os estúdios da emissora de Díli à emissão de comunicados dos partidos sem autorização prévia”, o que atingiria a FRETILIN (LOBATO, 1975a, p. 2). Não fica claro se o governador daria algum privilégio à UDT, mas, em alguma medida, buscava frear a FRETILIN.

Dito isso, observa-se que o governo português em Timor não progrediu no processo de descolonização enquanto Spínola ficou no poder, de abril a setembro de 1974, já que o General tinha alguma resistência à autodeterminação das colônias.

---

<sup>85</sup> Herdade nasceu em 1922 e governou o Timor português de 15 de julho de 1974 até 18 de novembro de 1974 (WORLD STATESMEN).

<sup>86</sup> Vale destacar que a possibilidade de Timor português permanecer ligado a Portugal (opção defendida pela UDT), tanto permanentemente quanto a longo prazo, não perdurou como alternativa viável no processo de descolonização desde cedo (FEIJÓ, 2022a).



Possivelmente, tanto Herdade quanto membros da UDT tinham uma inclinação ao spinolismo. Vale ressaltar que, como já discutido no capítulo anterior, o setor spinolista da UDT não permanece na liderança da associação por muito tempo (RAMOS-HORTA, 1994), o que abre espaço para discutir uma coligação com a FRETILIN (mesmo que não tenha sido concretizada em 1974). E, ao mesmo tempo em que Spínola sai do poder, em setembro, pouco tempo depois o governador de Timor é substituído, troca-se Nívio Herdade<sup>87</sup> por Lemos Pires, que já estabelece diálogos com todos os grupos timorenses.

A partir disso, ocorre um progresso das discussões sobre a descolonização dentro de Timor português em 1975, e também se concretiza a coligação entre FRETILIN e UDT logo em janeiro do mesmo ano. Vale destacar que, também em setembro de 1974, Whitlam, primeiro-ministro australiano, afirmou apoio a uma possível anexação do Timor português à Indonésia, e isso gerou uma aproximação entre a UDT e a FRETILIN para formar a coligação. No entanto, a aproximação efetiva entre os dois grupos só ocorreu no ano de 1975. Ramos-Horta afirma que, a partir da primeira tentativa de fusão, que não deu certo, ele manteve-se disposto a deixar aberta a possibilidade de uma coligação dentro da FRETILIN, mantendo contato com membros da UDT e discutindo com os membros da FRETILIN sobre as possibilidades de alguma aproximação entre os grupos (RAMOS-HORTA, 1994).

Em 20 janeiro de 1975, a FRETILIN uniu-se à UDT, e ambas lançaram um comunicado conjunto anunciando a coligação. Segundo Ramos-Horta (1994, p. 101), a articulação dentro da FRETILIN a favor da coligação se deu da seguinte maneira:

Quando os contactos com a ala moderada da UDT amadureceram, decidi então, cuidadosamente, pôr as cartas na mesa numa reunião da FRETILIN. A direcção estava toda presente. Estructurei mentalmente a minha argumentação sobre a necessidade e vantagens de uma coligação: necessidade por factores externos, ganhar apoio em Lisboa, apaziguar Camberra, desarmar Jacarta; internamente, isolar a APODETI e, importante para a FRETILIN, penetrar em áreas da UDT até aí impenetráveis. A ideia de através da coligação podermos trabalhar nas áreas da UDT como Maubisse, Ainaro, Maubara, não desagradava ao sector radical da FRETILIN.

---

<sup>87</sup> Almeida Santos (2007, 304) afirma que Herdade enviou mensagens para o governo em Lisboa relatando a difícil situação na colônia. Em alguns trechos da mensagem, lê-se: “Situação muito difícil face aos novos condicionalismos, e extremas dificuldades da província. Têm de encontrar aí pessoa competente para conduzir parte política, para não dar asneira. Nota-se falta de apoio da Metrópole e receia-se abandono total”. Segue o relato dizendo que: “Insisto que não sei trabalhar assim. [...] declaro sinceramente que não estou em condições de cumprir a minha missão. Falta-me experiência política indispensável”. O relato apresenta dificuldades identificadas por Herdade em Timor português, demonstra um cenário complexo e crítico da situação no território timorense, e contém a afirmação de que Herdade não conseguia administrar o contexto timorense.

Dessa forma, buscando unificar dois movimentos de significativa relevância dentro de Timor português, e visando a expandir influência dentro do território<sup>88</sup>, a FRETILIN decidiu-se pela coligação. O texto lançado, intitulado “Comunicado Conjunto”, apresenta elementos anticoloniais já no primeiro parágrafo. Ressalta os “cinco séculos [...] sob domínio colonial” e apresenta termos como “opressão”, “subjugação”, “exploração” e “rapina das riquezas”, relacionados ao colonialismo em Timor português. Também se refere a guerras traçadas entre a população timorense e a administração colonial:

[...] os nossos antepassados, por várias vezes se ergueram em armas em defesa dos seus direitos. Os vários levantamentos e sublevações ao longo dos cinco séculos de cominação colonial provam inequivocamente e irrefutavelmente que o nosso povo sempre desejou e lutou pela Independência (COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT, 1975a).

Os acontecimentos referentes às revoltas que ocorreram no período colonial também são retomados na documentação de 1974, tanto em algumas edições do Nacroma, quanto no Programa e Manual Político da FRETILIN. Possivelmente, esse argumento tem como objetivo demonstrar que a população timorense nunca aceitou efetivamente o sistema colonial português<sup>89</sup>. Um dos motivos pode ser justamente o fato de não ter ocorrido no Timor português uma guerra anticolonial como houve em outras colônias portuguesas, como Moçambique e Angola.

No entanto, esse argumento possui um contraste com afirmações da FRETILIN que defendem uma independência sem pegar em armas. Com isso, é possível constatar que, em geral, esse resgate das lutas dos antepassados tem um objetivo político e social. O primeiro serve à elaboração de um discurso anticolonial contra a administração portuguesa, e o segundo buscava fortalecer o ideal da independência para a população, visando também a uma união da população contra o colonialismo, ao mostrar que os antepassados se colocaram contra o domínio colonial através de revoltas armadas.

Outro ponto importante presente no documento que dá conta da coligação e ainda se relaciona com um discurso anticolonial é a afirmação de que:

[...] o nosso povo não triunfou nessas tentativas de libertação, foi não só por causa da superioridade bélica do inimigo mas sobretudo por causa do divisionismo que existia entre os diversos reinos, divisionismo esse que o

---

<sup>88</sup> De fato, a coligação rendeu à FRETILIN a expansão da sua influência no território timorense, e seus membros puderam avançar nas atividades de base da Frente (RAMOS-HORTA, 1994).

<sup>89</sup> Essas revoltas ou sublevações a que a FRETILIN faz referência ocorreram, em sua maioria, entre o final do século XIX e o início do século XX. Entre elas: “Kamenasse-Kailako (1719/1726), Luka (1775/1882), Kova-Kotubaba (1865/1912) e Manu-Fahi (1895/1912)” (Serrano; Waldman, 1997, p. 44).

colonialismo português sempre soube muito bem explorar (COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT, 1975a).

Dessa forma, a FRETILIN e a UDT justificam o motivo pelo qual decidiram-se pela coligação. Através de um argumento anticolonial, os dois grupos buscaram uma justificativa para a união, visando a formar uma frente ainda mais ampla na luta pela independência.

Figura 14 – Comunicado Conjunto UDT-FRETILIN.

(119)

Appendix III

COMUNICADO CONJUNTO

Da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) e da União Democrática Timorense (UDT)

Há cerca de cinco séculos a nossa terra vem vivendo sob o domínio do colonialismo português. Estes cinco séculos da nossa história representam desenrolar dum drama cheio de guerras, de opressão e subjugação e de exploração e rapina das riquezas do nosso povo. Por isso, os nossos antepassados, por várias vezes se ergueram em armas em defesa dos seus direitos. Os vários levantamentos e sublevações ao longo dos cinco séculos de dominação colonial provam inequivocamente e irrefutavelmente que o nosso povo sempre desejou e lutou pela Independência.

Porém, se o nosso povo não triunfou nessas tentativas de libertação, foi não só por causa da superioridade bélica do inimigo mas sobretudo por causa do divisionismo que existia entre os diversos reinos, divisionismo esse que o colonialismo português sempre soube muito bem explorar.

Considerando que o exercício do poder colonial na nossa terra somente resultou na exploração das nossas riquezas, opressão do nosso povo, obscurantismo secular, asfixia da nossa cultura, miséria, fome, doença e morte prematura;

Considerando que todos estes males somente poderão ser combatidos com a erradicação total da sua causa principal - o Colonialismo;

Considerando que só poderemos libertar-nos do colonialismo se unirmos todos os nossos esforços para a prossecução do nosso objectivo comum - a Independência Nacional;

A Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) e a União Democrática Timorense (UDT) acordam constituir uma coligação assente nos seguintes pontos:

1. Independência total para o Povo Timor-Leste ou Timor-Dili, designação esta adoptada pela UDT
2. Repúdio da Associação Popular Democrática de Timor (APODETI) por defender ideais integracionistas e neo-colonialistas, contrárias aos verdadeiros interesses do povo de Timor -Leste e à Carta das Nações Unidas.
3. Rejeição da integração em qualquer potência estrangeira, nomeadamente na Indonésia, mas, no futuro, após a independência, serão encetados todos os esforços no sentido de se promoverem relações de amizade, boa vizinhança e cooperação com todos os países do mundo, incluindo a Indonésia.
4. Repúdio do colonialismo, neo-colonialismo e imperialismo; introdução de novas estruturas políticas, económicas, culturais e sociais verdadeiramente democráticas, em substituição das caducas estruturas coloniais, para a Reconstrução e Desenvolvimento do País.
5. Reconhecimento de Portugal como único interlocutor válido no processo de descolização; estabelecimento de acordos de cooperação em todos os sectores e a todos os níveis para benefício dos povos de Timor-Leste ou Timor-Dili e de Portugal; adopção da língua portuguesa como língua oficial no Timor-Leste ou Timor-Dili.
6. Recurso a O.N.U. para acompanhar Portugal no processo de descolização com vista à Independência nacional para o Povo de Timor-Leste ou Timor-Dili. A Coligação reserva-se, no entanto, o direito de seleccionar os países membros que deverão tomar parte na comissão de supervisão, estando já assente que não deverão participar as grandes potências, países da ASEAN e outros sob a influência da Indonésia, incluindo a Austrália.

O documento segue afirmando que a independência só poderia ser conquistada através da erradicação total do colonialismo. Isso envolve, conforme os pontos que constituem a coligação, o “repúdio à APODETI”, que, segundo o documento, possui ideais “integracionistas e neocoloniais” por defender a integração à Indonésia. O documento reitera que não é aceitável a integração do território timorense a qualquer potência estrangeira. Os últimos pontos destacados que dão conta da coligação referem-se ao papel de Portugal no processo (COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT, 1975a).

As reivindicações da FRETILIN e da UDT quanto ao desempenho do governo português no processo de descolonização referem-se ao “reconhecimento de Portugal como único interlocutor válido no processo de descolonização”, assim como à participação da ONU em acompanhar Portugal no processo visando à independência. Defende-se ainda que se forme um Governo de Transição que inclua o governo português, a FRETILIN e a UDT (COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT, 1975a).

Ainda, segundo Feijó (2022b, p. 6), o plano de descolonização defendido pela coligação sugeria:

[...] a manutenção do esquema governativo vigente e a constituição de um conselho integrado por ambos com um mandato de dois anos; após esse período, preconizavam a nomeação de um Alto-Comissário para a Transição, com um conselho de governo, que poderia durar três anos, sendo este período renovável por tempo idêntico, seguindo-se a eleição de uma Assembleia Constituinte dentro de oito anos para decidir sobre o futuro de Timor; e manutenção de uma política de paz e boa vizinhança com a Indonésia baseada nos princípios da não agressão e não ingerência.

O documento que constituiu a coligação foi lançado em Díli e assinado pelos presidentes da FRETILIN, Francisco Xavier do Amaral, e da UDT, Francisco Lopes da Cruz. É importante ressaltar que, um dia após a emissão do documento, em 21 de janeiro de 1975, Ramos-Horta (1975a) lança uma versão em inglês do comunicado conjunto assinada por ele mesmo. Não é possível identificar com exatidão os locais onde tal documento circulou ou o intuito de Ramos-Horta ao fazer uma versão em inglês do documento. No entanto, devido a sua atuação como secretário de relações exteriores, há indícios de que esse documento tenha chegado a algum grupo ou indivíduo na Austrália, com o qual Ramos-Horta tenha estabelecido algum apoio ou relação<sup>90</sup>.

---

<sup>90</sup> O que reforça essa afirmação é o relato de Ramos-Horta (1994, p. 102) que diz: “Sempre com o olho sobre Camberra, esperava que a coligação iria reforçar a posição dos nossos amigos australianos que advogavam um Timor Leste independente”. Além disso, encontramos a versão do documento em um grupo de solidariedade específico na Austrália, que será abordado adiante.

A resposta do governo português à coligação foi sentida com certo otimismo pela FRETILIN, já que chegou a Díli a informação de que Almeida Santos<sup>91</sup> (ministro da Coordenação Interterritorial) enviou felicitações pela iniciativa, assim como o governador Lemos Pires também demonstrou satisfação (RAMOS-HORTA, 1994). Contudo, as autoridades portuguesas ainda se preocupavam com o diálogo junto à APODETI<sup>92</sup>, que reivindicava que a negociação sobre o futuro do território deveria se dar entre Portugal e a Indonésia. Almeida Santos afirma que era necessário manter a APODETI no debate da descolonização e que o governador deveria informar ao cônsul indonésio que o governo português não iria tomar decisões sem contatar o governo indonésio<sup>93</sup> (FEIJÓ, 2022).

Dentro da coligação FRETILIN-UDT, Ramos-Horta (1994) afirma que as negociações não foram fáceis entre os membros dos dois grupos. As conversações sobre a ocupação de determinados cargos no “futuro” governo geraram problemas na coligação, e levaram Ramos-Horta a contatar Lemos Pires sobre o ocorrido. O governador aconselhou que os membros da coligação não se preocupassem com essas atribuições ainda. Dessa forma, esse problema foi superado, e restou à coligação lidar com a insatisfação da APODETI pela união entre a FRETILIN e a UDT. Dentre as ações da APODETI e do governo indonésio que minariam a coligação, cita-se as tentativas de corromper membros da UDT. Segundo Ramos-Horta (1994), o próprio presidente da UDT, Lopes da Cruz, recebeu dinheiro de indonésios que buscavam aproximar-se de seu movimento. Essa manobra da APODETI e do governo indonésio resultaria no rompimento da coligação, que abordaremos adiante.

Ainda em janeiro de 1975, precisamente no dia 27, a FRETILIN lança um comunicado no qual afirma sua confiança no MFA e no governo português como administradores do processo de descolonização. O documento é uma resposta a um comunicado emitido por Lemos Pires no dia anterior. Os trechos presentes no documento da FRETILIN assinado por Ramos-Horta que citam o comunicado de Lemos Pires referem-se às afirmações do governador sobre o futuro do território ser decidido de acordo com a concordância da população, rejeitando qualquer pressão que possa ser imposta a

---

<sup>91</sup> Almeida Santos (2007, p. 302) afirma que, em sua viagem em outubro de 1974, sugeriu à FRETILIN e à UDT que fizessem uma coligação: “aconselhei os dirigentes destas associações a coligarem-se. [...] Acolheram bem a minha sugestão e prometeram pensar nisso. Pensaram e, mais tarde, coligaram-se”.

<sup>92</sup> Ramos-Horta (1994) afirma que Lemos Pires sugeriu que a FRETILIN fizesse também uma coligação com a APODETI.

<sup>93</sup> Vale ressaltar que, em 9 março de 1975, o governo português teve uma reunião com representantes da Indonésia sobre a descolonização de Timor português (FEIJÓ, 2022).

esse processo. Lemos Pires também afirma que somente as Forças Armadas Portuguesas garantem que o povo timorense possa escolher seu futuro de forma livre. Em resposta, a FRETILIN comunica que confia e apoia a fala de Lemos Pires e o MFA (FRETILIN, 1975b).

Apenas em abril<sup>94</sup> o governo português apresenta uma iniciativa concreta para a descolonização de Timor. Segundo Feijó (2022b), no mês de abril, todos os territórios portugueses em África já possuíam acordos de descolonização<sup>95</sup>. O governador Lemos Pires anuncia então a criação da Comissão de Descolonização de Timor (CDT), contatando os três movimentos principais em Timor português. A partir da formação da CDT, os três movimentos apresentaram pontos para a descolonização. A APODETI reivindicou principalmente a realização de eleições. A UDT e a FRETILIN afirmaram querer a independência, e apresentaram seus planos para um governo transitório e a formação de uma Assembleia Constituinte. A FRETILIN ainda frisou o desejo de dissolução da APODETI. Segundo Feijó (2022b, p. 7), a FRETILIN reivindicava que:

Qualquer decisão quanto ao futuro do território só deveria ser tomada por um Estado independente, que teria liberdade para procurar formas de associação com a Indonésia, e daí derivava que a eleição da Assembleia Constituinte deveria conduzir à independência. O governo transitório deveria ser composto por 1/3 de portugueses, 1/3 de membros da UDT e 1/3 de membros da FRETILIN. Quanto a prazos para essa independência, admitiu que dois anos eram uma hipótese razoável, articulada com possível presença mais dilatada da administração portuguesa.

Em 18 março de 1975, a coligação FRETILIN/UDT lança um comunicado conjunto em inglês, apresentando suas reivindicações para o processo de descolonização. Inicialmente, reafirma a defesa de que a independência é o único caminho possível para o Timor português, afirmando “INDEPENDENCE OR DEATH!” (COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT, 1975b). O documento também traz as propostas defendidas pela coligação para a independência: a formação de um governo de transição com igual representação do governo português, da FRETILIN e da UDT; um período mínimo de três anos para o governo de transição, podendo ser estendido por mais tempo; e eleições gerais para formação de uma Assembleia Constitucional<sup>96</sup>. Em geral, é possível observar

---

<sup>94</sup> Destaca-se o contexto português em abril de 1975, em que houve eleições para a Assembleia Constituinte portuguesa. O Partido Socialista português saiu vitorioso nas eleições, seguido do Partido Social-Democrata, o que resultou também numa significativa derrota para o Partido Comunista Português.

<sup>95</sup> Acordo de Argel, para Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, Lusaka, para Moçambique, e Alvor, para Angola.

<sup>96</sup> Há ainda indicação de que o governo de transição ficaria responsável por implementar um programa de reconstrução e desenvolvimento no país. E também deveria se esforçar para promover cooperação com os países do mundo, principalmente Austrália e Indonésia (COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT, 1975b).

que as reivindicações da FRETILIN nesse documento permanecem nas discussões com o CDT, apenas com algumas alterações pontuais.

O interesse de Lemos Pires nesse processo era consolidar uma agenda ou plano de descolonização. Ao longo das conversações, chegou a Díli o major Vítor Alves<sup>97</sup>, um representante do governo em Lisboa, para dialogar com a CDT, o governador, os três movimentos e o cônsul indonésio. O governo português ansiava pela realização de uma cimeira com os representantes dos três grupos e do próprio governo. Vítor Alves conquistou o apoio dos três grupos para realizar a cimeira, que tinha como objetivo a formação concreta do processo de descolonização. Também ficou estabelecido que:

[...] havia agora abertura para constituir um governo transitório em outubro de 1975, seguindo-se eleições um ano depois. A coligação avançaria também uma data indicativa para uma possível independência: outubro de 1985. Pareciam estar lançadas bases suficientes para a realização da cimeira, e para que dela saísse um documento capaz de ser aceite por todas as partes (FEIJÓ, 2022b, p. 9).

Com isso, seguiram-se os preparativos para realização da cimeira em Macau, marcada para acontecer na primeira quinzena de junho de 1975. Dessa forma, o cenário que se apresenta em Timor português tem um avanço relativo à efetividade do processo de descolonização a partir da confirmação da realização da cimeira em Macau. No entanto, a relação entre os movimentos políticos timorenses encontrava-se instável. Segundo Ramos-Horta (1994, p. 103), ainda em abril de 1975, a UDT estava sendo corrompida por forças da Indonésia: “a UDT estava minada por dentro. Lopes da Cruz estava feito com os indonésios e instigava à rotura da coligação”.

Outro ponto importante de destaque nesse período “pré-cimeira” é a resistência da FRETILIN em aceitar a APODETI nas discussões do processo de descolonização. A administração portuguesa almejava manter diálogo com os três movimentos timorenses, mas a posição da FRETILIN criava certa instabilidade no processo de descolonização. Em 7 de maio de 1975, a coligação lança outro comunicado afirmando que “rejeita a participação de qualquer associação ou partido político nas conversações, mesmo que oportunisticamente venha defender a Independência”, referindo-se à APODETI. Em outro parágrafo, afirma que “a Coligação FRETILIN-UDT exige a dissolução pura e simples de qualquer associação ou partido político não nacionalista” e essa “é a condição

---

<sup>97</sup> Vitor Alves foi um militar português atuante no Conselho da Revolução em 1975.

única para o início das conversações com o Governo Português” (COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT, 1975c).

Vale ressaltar também que o governo português não deixava de manter diálogo com a Indonésia, fato que era de conhecimento da FRETILIN, como se nota no relatório de Nicolau Lobato (1975a, p. 4), que cita a relação de Lemos Pires com “altas individualidades” da Indonésia entre março e abril de 1975, e, a partir desse contato, chegou a Díli uma “missão chefiada pelo coronel Suharto” com objetivo de sondar os acontecimentos no território timorense. Observa-se com isso que o governo indonésio também era um agente importante dentro das discussões do processo de descolonização de Timor português, relacionando-se até com a UDT. Segundo Ramos-Horta (1994, p. 103):

Em fins de maio, depois de uma visita do Lopes da Cruz e Mouzinho a Jacarta, a cúpula da UDT reuniu-se uma noite em casa do seu chefe. A reunião havia sido convocada para analisar as violações, por parte da FRETILIN, das cláusulas do acordo de coligação que proibiam agressões físicas e ideológicas. Razão imediata era uma sova que o membro do Comité Central da UDT, O Vasco Senanes, havia levado em Aileu.

Em 27 de maio de 1975, a UDT lança um comunicado dando fim à coligação. No entanto, nos dias que antecedem o rompimento da coligação, Nicolau Lobato (1975b) envia um relatório para o Comitê Central da FRETILIN em Díli informando de suas movimentações em Lisboa. Lobato afirma que, estando em Lisboa, buscou exigir a dissolução da APODETI, vista como uma ameaça à independência, visando a conquistar algum apoio em Portugal. No dia 20 de maio, Lobato afirma ter conquistado apoio do PCP para a FRETILIN: “O PCP vai pressionar o Governo Português a nosso favor, a nível de Partido e a nível de Governo como membro da coligação” (LOBATO, 1975b, p. 1)<sup>98</sup>.

Mesmo com uma mobilização da FRETILIN em Portugal em busca de apoio à independência no processo de descolonização, a coligação com a UDT estava fragilizada, e a interferência do governo indonésio no processo de descolonização contribuiu para que a coligação terminasse. Em 27 de maio de 1975, a UDT lança um comunicado assinado por Francisco Lopes da Cruz, presidente da UDT, anunciando o fim da coligação. No documento, constam as motivações que levam ao rompimento, entre eles a afirmação de que “os princípios enunciados no documento-base” da coligação foram

---

<sup>98</sup> Não é possível confirmar que o PCP tenha dado algum apoio como afirmou LOBATO (1975b). No entanto, o contato com o partido português aponta para alguma relação entre a FRETILIN e o partido, demonstrando a articulação internacional da FRETILIN.



“sistematicamente e escandalosamente desvirtuados pela FRETILIN” devido à “agressão física” constatada pela UDT por membros da FRETILIN<sup>99</sup> (UDT, 1975, p.1).

Figura 15 – Comunicado UDT.

**UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE**

**COMUNICADO**

A segurança das populações e a defesa intransigente da Independência de Timor-Dili foram as razões fundamentais que levaram a UDT e a FRETILIN a assinarem a Coligação.

Considerando, porém, que

1º- os princípios enunciados no documento-base desta coligação tem sido sistemática e escandalosamente desvirtuados pela FRETILIN, passando claramente da agressão ideológica para a agressão física, ao ponto de ter já criado uma situação de insegurança entre as populações;

2º- No seio dos órgãos responsáveis da FRETILIN aceitam indivíduos que colaboraram activa e directamente no sistema repressivo do regime deposto e que se arveram, hoje, em defensores e libertadores do povo, facto esse que leva a União Democrática Timorense a pôr em dúvida a verdadeira intenção da FRETILIN;

3º- a actuação política da FRETILIN tem vindo a demonstrar uma linha política que pode comprometer obrimentamente a Independência de Timor-Dili, na medida em que põe em perigo a segurança interna e a estabilidade política do contexto geo-político em que estamos inseridos;

4º- os próprios adeptos, filiados e simpatizantes da União Democrática Timorense tem reclamado insistentemente a descoligação pelas mesmas razões;

5º- a União Democrática Timorense tem como objectivo principal a luta pela Independência de Timor-Dili e a promoção social, económica e cultural do povo dentro dum clima de paz, de ordem e de harmonia;

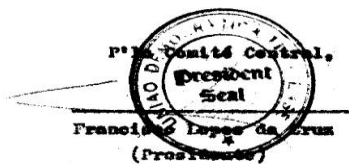
6º- a União Democrática Timorense tem consciência das suas responsabilidades tanto no plano interno como externo;

a União Democrática Timorense declara pública e solenemente que tomou a decisão firme e unilateral de pôr termo à Coligação estabelecida com a FRETILIN, tendo em conta a salvaguarda dos superiores interesses do Povo Timorense e a sobrevivência de Timor-Dili como uma nação verdadeiramente livre e Independente.

Viva o Povo Unido de Timor-Dili!

Viva a União Democrática Timorense!

Sede da União Democrática Timorense, em Dili, 27 de Maio de 1975.\*



Fonte: Comunicado UDT (1975).

<sup>99</sup> Ramos-Horta (1994) cita esse acontecimento como sendo o motivo que a UDT defende para romper a coligação. Como já comentado anteriormente, Ramos-Horta (1994, p. 103) afirma que “[...] certos elementos da FRETILIN estavam envolvidos na origem de alguns incidentes na região de Remexio e Aileu, onde adeptos da UDT foram espancados. No entanto, a FRETILIN também tinha queixas idênticas”.

Há ainda no documento a afirmação de que “No seio dos órgãos responsáveis da FRETILIN aceitam indivíduos que colaboram activa e directamente no sistema repressivo do regime deposto”, e isso põe “[...] em dúvida a verdadeira intenção da FRETILIN”. O ponto mais importante do comunicado é o item que diz:

[...] a actuação política da FRETILIN tem vindo a demonstrar uma linha política que pode comprometer seriamente a Independência de Timor-Díli, na medida que põe em perigo a segurança interna e a estabilidade política do contexto geo-político em que estamos inseridos (UDT, 1975, p.1).

Vale ressaltar o que Ramos-Horta (1994) comenta sobre o contato do presidente da UDT com o governo indonésio. A citação acima permite relacionar o dito “perigo da segurança interna” com uma legitimidade que teria o governo indonésio para invadir o território, a partir da “atuação política da FRETILIN”, ligada, na visão da UDT, ao comunismo ou socialismo, algo com que a Indonésia não compactuava na região. Dessa forma, pode-se constatar que a UDT não concorda com a matriz ideológica da FRETILIN<sup>100</sup>, e possivelmente possuía algum contato com o governo indonésio ou temia que a política da FRETILIN pudesse resultar em uma invasão para reprimir a possibilidade de um novo governo timorense que tenha ligações com o comunismo ou socialismo.

O rompimento da coligação, segundo Ramos-Horta (1994, p. 103), foi visto pelo governo indonésio como “uma vitória”. O cenário que se estabeleceu com o rompimento colocou a FRETILIN e a UDT como rivais, o que teria consequências sérias nos meses seguintes. Ramos-Horta afirma que ainda tentou reverter a situação do rompimento, buscou apoio do governador Lemos Pires, que almejava manter a coligação. No entanto, Ramos-Horta afastou-se de Díli em finais de maio para estudar na Austrália. Segundo ele, parte da FRETILIN ficou satisfeita com o rompimento da coligação e a Frente não se mobilizou para resolver a questão.

A cimeira em Macau se aproximava em finais de junho de 1975, e a FRETILIN decidiu boicotar a reunião. A FRETILIN foi convidada pela FRELIMO a ir a Lourenço Marques para a independência. Foram o presidente Amaral, o vice Lobato e Mari Alkatiri, e a FRETILIN não enviou representantes à cimeira de Macau, que ocorreu concomitantemente à independência de Moçambique (em 25 de junho de 1975). Segundo Ramos-Horta (1994), algumas lideranças da FRETILIN (de uma ala mais “radical”),

---

<sup>100</sup> Ramos-Horta (1994) afirma que a UDT alegou que a FRETILIN era “comunista”.

como Lobato e Alkatiri, não estavam dispostas a discutir em uma reunião em que a APODETI estivesse presente. Dessa forma, a FRETILIN não compareceu. A CDT não estava disposta a alterar a reunião mesmo que a FRETILIN não comparecesse (FEIJÓ, 2022b, p. 9).

De 26 a 28 de junho de 1975, reuniu-se em Macau uma delegação de autoridades portuguesas, lideranças da APODETI e da UDT. Segundo Feijó (2022b, p. 10), estava na mesa de negociações um documento feito por Almeida Santos<sup>101</sup> intitulado “Acordo para a descolonização de Timor”. Após as discussões com as associações, formou-se um novo documento, no qual constava “manter as datas de outubro de 1976” para a eleição e de “1978 para se cessar o vínculo com Portugal”. Manteve-se “o princípio [de] que a autodeterminação de Timor passava por um processo eleitoral, com igualdade de oportunidades para todas as correntes políticas, e que os três movimentos locais deveriam ter assento na governação transitória, [e] foi sufragado pelos presentes” (FEIJÓ, 2022b, p. 10).

O CDT levou o documento resultante da cimeira para o governo português, que aceitou o plano<sup>102</sup>. Em 11 de junho de 1975, o presidente da República de Portugal promulgou a lei 7/75, que dava conta de estabelecer o processo de descolonização para o caso peculiar de Timor. A FRETILIN aceitou o documento resultado da cimeira em Macau. Segundo Ramos-Horta (1994, p. 106), “[...] as conversações de Macau produziram um plano que era do nosso inteiro agrado. Estávamos plenamente confiantes de que em eleições livres a FRETILIN sairia vencedora com uma maioria confortável”.

O plano de descolonização proposto na lei 7/75 não chegou a ser implementado. Pouco tempo depois, em agosto, a FRETILIN e a UDT se confrontaram em uma guerra civil<sup>103</sup>, desestabilizando o processo de descolonização acordado na cimeira de Macau. Segundo Ramos-Horta (1994), no contexto da guerra civil, o governo português, na figura de Lemos Pires, tentou negociar com os partidos a fim de apaziguar a situação, mas não obteve sucesso. Não chegaram a mobilizar forças para amenizar o conflito. Segundo

---

<sup>101</sup> Santos (2007, p. 335-336) apresenta um relato significativo sobre a cimeira de Macau. Afirma que assim que as delegações da UDT e da Apodeti chegaram, “[...] as conversações começaram de imediato. O ambiente pôde ser caracterizado como cordial”. No entanto, “A ausência da Fretilin, por um lado, facilitou o acordo, por outro, fragilizou-o”.

<sup>102</sup> Santos (2007, p. 337) afirma que, “Por fim, as boas palavras e as construtivas promessas. O Estado português declarou a sua intenção de continuar a prestar ao território de Timor, enquanto dela carecesse, a assistência financeira, técnica e cultural ao seu alcance. [...] Enfim, <<a levar a bom termo a descolonização do território de Timor [...]”.

<sup>103</sup> A guerra civil será abordada com maiores detalhes no próximo subcapítulo.

Ramos-Horta (1994, p. 109), no contexto da guerra civil, “alguns elementos da FRETILIN conseguiram apreender o oficial português. [...] Os sargentos e soldados timorenses aderiram à FRETILIN. A partir daí, a desintegração do exército foi rápida”.

Ramos-Horta ainda afirma que:

Lemos Pires e outros oficiais superiores do exército português mantiveram-se impávidos e serenos perante a situação explosiva. Os elementos timorenses que constituíam o exército português foram mantidos nos seus aquartelamentos. Não foram chamados para restaurar a ordem pública. [...] os superiores portugueses não lhes davam ordens para actuar.

Ramos-Horta (1994) ainda afirma que o governo português não possuía um exército capaz de fazer a defesa de Timor, principalmente pensando em uma possível invasão pela Indonésia. Dessa forma, o governo português<sup>104</sup> em Timor não estava preparado para reprimir ou resolver a guerra civil. Isso contribuiu para se pensar as razões que o governo português possa ter tido em não atuar no conflito. Após o fim da guerra civil, a FRETILIN passou a dominar a maior parte do território de Timor, proclamando a independência em 28 de novembro de 1975. Uma semana depois, o governo indonésio inicia a invasão no território. Entre a guerra civil e a invasão, no segundo semestre de 1975, a atuação de Portugal é praticamente nula no Timor. Não é possível constatar nenhuma iniciativa eficaz para resolver os conflitos no território. Vale ressaltar que, segundo Feijó (2022b), o que se sucede a partir da cimeira de Macau coincide com a crise do IV Governo Provisório em Portugal.

Vivendo uma crise interna e externa em colônias de maior importância, como Angola, o governo português não deu a atenção necessária à colônia mais distante. Se há indício de que o governo português aceitava a possibilidade de anexação de Timor à Indonésia, a ausência de medidas para evitar isso em finais de 1975 não foi apenas um descuido por parte de Portugal. De fato, o governo português negligenciou o processo de descolonização de Timor, devido ao seu contexto interno de crise a partir da Revolução dos Cravos, por conta da emergência de descolonização de colônias prioritárias, como Angola e Moçambique, e também devido a uma possível insignificância que a colônia mais distante possuía para Portugal. De qualquer forma, o papel de Portugal nesse processo é decisivo para os acontecimentos futuros em Timor.

---

<sup>104</sup> Ressalta-se o contexto interno de Portugal nesse período, com o país em processo de radicalização política em novembro de 1975, culminando na dissolução do Comando Operacional do Continente (COPCON), fim do Processo Revolucionário em Curso (PREC), e a vitória dos moderados do Grupo dos Nove (formado pelas Forças Armadas de Portugal) em 25 de novembro de 1975.

## 4.2 A INDONÉSIA E A AMEAÇA DE INVASÃO

O ano de 1975 coloca a Indonésia no centro do processo de descolonização de Timor português. Inicialmente, é preciso relacionar a importância do governo indonésio nesse processo com o governo português. Mesmo que de forma sutil, o governo português mantém conversações com a indonésia sobre o futuro do território, e, se Portugal chega mais próximo de efetivar o processo de descolonização em 1975, a ameaça e o interesse da Indonésia em invadir e anexar o território também aumenta no mesmo ano. Neste subcapítulo, o foco é analisar a articulação entre a FRETILIN e a Indonésia, levando em consideração também a atuação do governo português.

Segundo Ramos-Horta (1994), a grande mobilização da Indonésia para conquistar a anexação se deu através de propaganda. Isso era combatido pela FRETILIN, como pode-se constatar na documentação do início de 1975. No documento que anuncia a coligação, a FRETILIN e a UDT afirmam o repúdio à APODETI e a “rejeição da integração em qualquer potência estrangeira, nomeadamente Indonésia” (COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT, 1975a, p. 1). A documentação que segue no início de 1975, como um comunicado de Ramos-Horta (1975a), reafirma a repulsa à anexação. O comunicado de da coligação de 5 de março afirma que: “Our mother country has passed from a forgotten colony to be the focus of world attention, due to the massive campaign of the Press, Radio and TV, about the threat of an Indonesian invasion over East Timor”<sup>105</sup> (COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT, 1975e).

No mesmo documento, afirma: “Independence or Death!”, referindo-se à ameaça de invasão da Indonésia sobre o Timor português. Ainda, afirma que após a independência de Timor, pretendem manter uma relação de cooperação com a Indonésia. O documento assinado por Ramos-Horta e Domingos de Oliveira (representante da UDT) apresenta um percentual de 95% de pessoas que desejam a independência, contrariando uma possível adesão da população à aceitação da anexação (COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT, 1975e)<sup>106</sup>. Nesse início, a FRETILIN recusa a possibilidade da anexação, e, com isso, a APODETI rejeita participar de qualquer conversação sobre o futuro do território, já que a associação tem ligações com o governo indonésio e defende a integração. Porém, ao

---

<sup>105</sup> “Nosso país mãe passou de uma colônia esquecida para ser o foco das atenções mundiais, devido à massiva campanha da imprensa, rádio e TV sobre a ameaça de uma invasão de Timor-Leste pela Indonésia” (COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT, 1975e, tradução nossa).

<sup>106</sup> Novamente, cogita-se a possibilidade de o documento ter como destino algum simpatizante pela causa na Austrália.

mesmo tempo, defende que um Timor independente deve ter relações amistosas e de cooperação com a Indonésia.

A tática da Indonésia e da APODETI em obter algum apoio popular é descrita por Lobato (1975a, p. 3), afirmando que eles agitavam “[...] o boato de invasão iminente”, e também aliciavam “[...] o povo com a distribuição de aparelhos receptores de rádio, açúcar, petróleo, viagens à Indonésia e gratificações aos membros activistas”. Afirma também que o governo indonésio aliciava timorenses para serem treinados “para futuras infiltrações a fim de desencadear terrorismo no seio da população”, e que isso geraria sensação de insegurança na população e assim legitimaria uma invasão. Lobato cita ainda a tentativa da APODETI de “explorar contradições entre a UDT e a FRETILIN”. Outra alegação de Lobato (1975a, p. 3) é que:

[...] as novas declarações de Adam Malik contradizem a sua mensagem de junho/74<sup>107</sup>. Declarando embora a sua não interferência, o Governo Indonésio mantém através da Rádio-Kupang às 18.00 horas locais todos os dias, um programa radiofónico em que ataca a FRETILIN, acusando-a, entre outras coisas, de comunismo como faz a APODETI. A rádio-Kupang é alcunhado em Díli de Rádio-APODETI<sup>108</sup>.

Além disso, afirma que “recrutam [ilegível] muitos timorenses traidores para espionagem e procedem-a infiltração de armamento”. Ainda segundo Lobato (1975a, p.3), José Osório Soares<sup>109</sup>, liderança importante da APODETI, afirmou a uma TV portuguesa em Díli que estava comprometido com o governo indonésio. Há ainda a constatação de que o cônsul indonésio Tomodok (já citado no capítulo anterior) apoiava a APODETI. Segundo Lobato, o cônsul “abusa da sua imunidade diplomática, disponibilizando viaturas do consulado para actividades noturnas muito suspeitas e chega a afirmar, em entrevistas, que, ‘se as eleições forem honestas’, a APODETI vencerá” (LOBATO, 1975a, p. 3).

Nessa documentação, ainda é importante ressaltar que Lobato acusa Lemos Pires de ter criado um plano de descolonização reformista, que fazia do governo português o único responsável no processo, e às associações caberia apenas expressar opiniões. Isso vem acompanhado de uma crítica da FRETILIN ao governo português, que considera a

---

<sup>107</sup> Essa declaração de Malik foi apresentada no capítulo anterior, em que o Ministro afirma o respeito à independência de Timor caso isso acontecer.

<sup>108</sup> Vale ressaltar que Kupang é uma cidade no extremo-oeste da ilha de Timor, a qual pertence à Indonésia.

<sup>109</sup> José Osório Soares nasceu em 1947, em Timor português. Foi uma liderança importante da APODETI, tendo participado da fundação da mesma. Soares também atuou em Timor após a invasão, tendo cargos importantes no governo indonésio. Foi o último governador da província de Timor sob domínio indonésio.

APODETI como participante do debate e mantém relações com o governo indonésio (LOBATO, 1975a). Comenta-se ainda no documento sobre a viagem de Lemos Pires a Jacarta, em que o governador se encontrou com lideranças indonésias. Lemos Pires afirmou que o governo indonésio não possuía nenhum interesse em invadir o Timor português. Após sua visita a Jacarta, uma missão indonésia foi até Díli. Os representantes indonésios reforçaram o respeito à independência e convidaram a FRETILIN para visitar Jacarta (LOBATO, 1975a).

Essa visita resultou em um relatório elaborado por Ramos-Horta e Alarico Fernandes, encarregados das relações externas da FRETILIN. Os dois estiveram em Jacarta em abril de 1975, e o relatório é datado de 1 de maio de 1975. O primeiro ponto de destaque do documento é referente à questão geográfica de Timor. Com isso, observa-se a tentativa de aproximar o Timor português dos países do Pacífico Sul (como Austrália, Papua Nova Guiné, Nova Zelândia, Fiji, Samoa, etc), distanciando-se da Indonésia. A proposta de Ramos-Horta e Fernandes com essa reflexão é aproximar historicamente o Timor-Leste desses territórios do Pacífico Sul, buscando diferenciá-lo da Indonésia, em aspectos culturais e étnicos. Essa aproximação traria vantagens, pois, segundo os autores do documento, são “países mais ricos (Austrália e Nova Zelândia), mais progressistas, [e] serve de argumentação válida contra a tese de que o Timor-Leste deve integrar-se à Indonésia por razões de continuidade geográfica, origem étnica e cultural comuns” (FERNANDES; RAMOS-HORTA, 1975, p. 1). Os autores pedem que a FRETILIN estude esse assunto, e que sejam feitas pesquisas para legitimar a ideia<sup>110</sup>.

---

<sup>110</sup> Em alguma medida, isso pode indicar uma estratégia das lideranças da FRETILIN no sentido de explorar divergências dentro do bloco alinhado aos EUA. Afinal, Indonésia e Austrália são aliados, mas um é islâmico e o outro não. A FRETILIN ressalta divergências entre ambos os países para buscar se afastar da Indonésia. Isso vai ao encontro do que propõe a perspectiva da Guerra Fria apresentada no primeiro capítulo, em que os atores históricos sabiam explorar nuances, fissuras, alianças, tentando fomentar tudo em favor próprio.

# FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR-LESTE INDEPENDENTE

PRIVADO

RELATORIO DA VISITA A JAKARTA ( INDONESIA )  
DO SECRETARIO GERAL DO COMITE CENTRAL, ALARICO FERNANDES,  
E J. M. RAMOS HORTA, ENCARREGADO DAS RELACOES EXTERNAS

O relatório que se segue deve ser lido e analisado pelo Comité Central e servir de motivo para uma discussão sobre a Política Internacional em que o Timor-Leste está envolvido, com especial referência para a área geográfica em que se localiza.

Antes de mais, falar de área geográfica, põe-se logo a seguinte pergunta: qual área geográfica? O Sudeste Asiático? Na realidade, se o Timor-Leste é uma continuidade geográfica do grande arquipélago da Indonésia e se esta está no Sudeste-Asiático, logo o Timor-Leste é um elemento desta mesma área geográfica. Podemos, entretanto, a pergunta: o Timor-Leste não fará parte antes do grupo de Países do Sul do Pacífico? Embora, tendo em consideração o facto de esta meia-ilha estar incrustada no vasto arquipélago da Indonésia, atrevemo-nos a dizer que o Timor-Leste aproxima-se mais do Pacífico Sul, de que fazem parte a Austrália, Nova Zelândia, Samoa, Fiji, Nauru, etc. Saliente-se ainda o facto de a própria Nova Guiné Papua ( Australiana ), sendo embora uma continuidade geográfica do arquipélago da Indonésia, pois faz fronteira com a West Irian ( Irian Barat ), ~~como se vê~~, reclama-se pertencente ao grupo de países do Pacífico Sul.

Existe argumentação para fundamentar que o Timor-Leste deve inscrever-se no clube ~~de~~ países do Pacífico Sul? Embora os nossos conhecimentos de História, Antropologia e Sociologia não permitam aprofundar sobre o assunto, cremos que os primeiros povos que habitaram a ilha, vieram, seguindo uma corrente migratória descontínua, da Nova Guiné Papua, Samoa, Fiji e mesmo Nova Zelândia ( maoris ). A este propósito, sugerimos que o Comité Central deve debruçar-se mais sobre a História do Timor-Leste. Põe-se a seguinte pergunta: sendo, no entanto, a Indonésia um País do Sudeste-Asiático e o Timor-Leste uma continuidade geográfica do seu arquipélago, <sup>o</sup> não faz fronteira com o Timor Indonésio, não será contraproducente argumentarmos que devemos pertencer aos países do Pacífico Sul e não ao Sudeste-

Fonte: Fernandes; Ramos-Horta (1975)

<sup>111</sup> A continuação do documento está no Anexo 1 ao final do trabalho.



O documento segue apresentando a dinâmica da viagem. A FRETILIN promoveu algumas acusações sobre campanhas anti-indonésia na Austrália, as quais foram rebatidas por Ramos-Horta. Fora esse momento de troca de acusações, Ramos-Horta relata que foi instalado em um hotel de luxo, como forma de impressioná-lo. Somam-se a isso as visitas que fez, junto com Fernandes, a fábricas e montadoras. Ramos-Horta também visitou um Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais e, nas conversas que teve, diz ter concluído que a Indonésia planejava uma invasão, mas era algo que ainda estava sendo debatido. Não tendo certeza sobre a invasão, Ramos-Horta afirma que a tática do governo era promover “campanha anticomunista; campanha contra a FRETILIN” (FERNANDES; RAMOS-HORTA, 1975, p. 4).

Há ainda dois pontos de destaque no documento. O primeiro é o relato de que o governo indonésio tem preocupações com o cenário internacional:

[...] a situação na Indochina agrava-se. Os comunistas tomam o poder. Desaparece o chamado *unbrella* americano... A presença americana na Indochina era uma segurança para o bloco dos países da ASEAN. A retirada americana, a queda de Lon Nol<sup>112</sup> e Van Thieu<sup>113</sup> oferecem às forças revolucionárias da Indochina a conquista completa do poder. Entretanto, a Malásia, Filipinas e Tailândia preocupam-se com as actividades dos guerrilheiros nas suas fronteiras. Apressam-se a normalizar as relações com os novos Governos e com a China Popular. A Indonésia preocupa-se com a evolução dos acontecimentos na Indochina. [...] Nos círculos oficiais em Jakarta receia-se que a Fretilin e os movimentos separatistas das Molucas do Sul, West Irian, Kalimantan [Bornéu], etc. possam formar uma acção coordenada para realizar acção subversiva contra o regime da Indonésia (FERNANDES; RAMOS-HORTA, 1975, p. 5).

Segundo os autores do relatório, “Tudo isso [...] explica o porquê da mudança radical na posição do Governo indonésio em relação ao Timor-Leste” (FERNANDES; RAMOS-HORTA, 1975, p. 5). Essa citação apresenta um cenário internacional excelente para se pensar como o contexto da Guerra Fria afetou os acontecimentos em Timor. Primeiro, é importante afirmar que a FRETILIN tinha ciência dos acontecimentos internacionais. E segundo, a ameaça que a FRETILIN representava à Indonésia é um dos fatores de relevância para explicar o interesse pela anexação. Os acontecimentos na Indochina no período fazem com que o governo indonésio, alinhado aos países de

---

<sup>112</sup> Lon Nol foi um político cambojano, ditador de 1972 a 1975, e tinha apoio americano no contexto da Guerra Fria.

<sup>113</sup> Van Thieu foi presidente do Vietnã do Sul de 1965 até 1975. Lutou pela libertação do Vietnã do colonialismo francês, mas abandonou o movimento anticolonial “vietnamita” quando esse se aproximou da URSS. Possuía ligações com os EUA.

Primeiro Mundo<sup>114</sup>, mobilize-se para evitar que a FRETILIN assumira o controle da região. A possibilidade de a FRETILIN aliar-se ao Segundo Mundo ou permanecer neutra na Guerra Fria não seria aceita pela Indonésia.

O último ponto de destaque do documento diz respeito à “nova tática” constatada por Ramos-Horta e Fernandes. Segundo os autores:

[...] o Governo indonésio prepara nova ofensiva... cultural e econômica. Programam-se visitas de dirigentes de partidos, destacados funcionários, liurais, estudantes, padres, etc. Programam-se intercâmbios culturais. Bailarinas de Bali. Conjuntos musicais. Projecção de filmes sobre a Indonésia, o lado bom – edifícios altos, largas avenidas, grandes [ilegível] aviões, grandes barcos, fábricas, universidades, etc. Para o ano, a Indonésia vai possuir TV via satélite, com possibilidade de ser vista em Díli – segundo nos foi dito. Programa-se a oferta de aparelhos de TV ou venda a preços acessíveis.

Esse último trecho de citação apresenta a possibilidade de um investimento do governo indonésio em promover o próprio país visando à adesão da população à anexação. Isso vai ao encontro do que já foi dito sobre a articulação da Indonésia em promover propagandas a seu favor e contra a FRETILIN. Nesse momento, percebe-se de forma clara o interesse indonésio pela anexação, mas a tática para isso é através de propaganda e convencimento para ganhar adeptos. É possível que ainda se considerasse uma anexação pela força como a última opção.

No decorrer de maio e até a cimeira em Macau, a FRETILIN apenas reforça, na documentação<sup>115</sup>, a recusa de aceitar que a APODETI participe das conversações sobre o futuro do território. Isso no contexto em que o governo português tomou medidas mais eficientes no processo de descolonização. Vale ressaltar também que o governo indonésio e a APODETI estiveram à espreita dos acontecimentos em Timor, principalmente o governo indonésio, ao manter diálogo com o governo português. A grande oportunidade para o governo indonésio desestabilizar o processo foi com o rompimento da coligação. Mesmo que possivelmente tenham influenciado o próprio rompimento, os indonésios também aproveitam o que acontece depois, a guerra civil.

---

<sup>114</sup> Lembrando que, segundo Bevins (2022), o Terceiro Mundo consiste nos territórios que estavam majoritariamente sob o domínio colonial nos séculos XIX e XX e possuíam economias muito mais frágeis que as potências de Primeiro ou Segundo Mundo (o primeiro composto pelas nações ricas como Estados Unidos, Canadá, países da Europa Ocidental, a Austrália e o Japão; o segundo composto pela União Soviética e territórios que haviam sido incorporados).

<sup>115</sup> Afirmação presente nos documentos Coligação FRETILIN-UDT (1975c), Coligação FRETILIN-UDT (1975d) e LOBATO (1975b).

Segundo Ramos-Horta (1994), em junho de 1975, a UDT estava em conflito interno. Parte dos membros tinham sido corrompidos pelo governo indonésio, inclusive o presidente Lopes Cruz. Ramos-Horta (1994, p. 106) afirma que “Se Domingos Oliveira e João Carrascalão eram nacionalistas convictos, imunes a qualquer tentativa de corrupção, outros elementos-chave, encabeçados pelo Lopes da Cruz, estavam completamente vendidos a Jacarta”. O autor ainda comenta sobre uma viagem de Lopes da Cruz a Jacarta em junho de 1975, em que planejava junto ao governo indonésio a neutralização de membros da UDT que não aceitavam a ligação com a Indonésia.

Ramos-Horta ainda apresenta o plano político do governo indonésio com a UDT. Segundo ele:

Domingos Oliveira e João Carrascalão deslocaram-se por sua vez à Indonésia na primeira semana de Agosto de 1975, onde se reuniram com altos militares indonésios. [...] encontraram-se com o ministro de Defesa da Malásia, o qual disse em tom de ameaça que os países da ASEAN não tolerariam que a FRETILIN tomasse o poder em Timor Leste (RAMOS-HORTA, 1994, p. 107).

Conforme Ramos-Horta (1994), o objetivo era amedrontar as lideranças e convencê-los de que era necessário neutralizar a FRETILIN. Isso ocorreria através da força por parte da UDT e, dessa forma, não seria necessário o uso da força por parte da Indonésia. Com isso, a UDT decidiu-se por um golpe para neutralizar a FRETILIN. O golpe da UDT resultou em uma guerra civil no Timor em 11 de agosto de 1975. Possivelmente o golpe da UDT contasse com apoio externo:

Nos dias que se seguiram ao golpe, mensagens de Lopes da Cruz foram interceptadas. Chamava Guam, a grande base americana perto das Filipinas com instruções para que armamento fosse desembarcado na costa sul. Mais tarde, após a derrota da UDT, descobriram-se cópias de telegramas do Lopes da Cruz enviados para certos homens de negócios no Japão e em Taiwan informando-os do golpe (RAMOS-HORTA, 1994, p. 108).

Ainda não é possível constatar na documentação como se deu a articulação da tentativa de golpe da UDT e se realmente houve apoio externo. No entanto, a possibilidade de apoio deve ser levada em consideração. A articulação da Indonésia pela invasão possuiu apoio externo, principalmente dos EUA e do Reino Unido, conforme abordaremos no último subcapítulo. No entanto, se pensarmos que o golpe teve alguma influência da Indonésia, é possível que também outros governos tenham tido alguma ligação.

O golpe foi uma demonstração de força nas ruas de Timor português, integrantes da UDT tomaram a rádio local e a estação das telecomunicações, aeroporto e esquadra da

polícia. Segundo Ramos-Horta (1994), a FRETILIN reagiu rápido ao golpe, conseguindo apoio dos soldados e sargentos timorenses e acabou desintegrando o exército. A guerra civil que se estabeleceu a partir daí foi breve, mas teve episódios de grande violência. Tendo durado algo em torno de três semanas, em setembro de 1975 a FRETILIN já havia dominado a capital Díli e a UDT já tinha sido retirada de seus últimos pontos de controle. A extrema violência do conflito foi praticada por ambos os lados, e deixou um saldo aproximado de duas a três mil mortes, segundo Ramos-Horta (1994).

O que segue com o fim da guerra civil é o período em que a FRETILIN passou a administrar a maior parte do território. Esse tópico será abordado no último subcapítulo, como evento que antecedeu a invasão. Quando a FRETILIN decide proclamar a independência de Timor-Leste em finais de novembro, a Indonésia responde com a invasão. O importante a destacar até aqui é a forma como a Indonésia se articulou em torno de Timor português em 1975, especificamente até o momento do golpe da UDT. A Indonésia se manteve à espreita sobre os passos dados no que diz respeito à descolonização, tanto com Portugal como dentro do território. O governo indonésio investiu em propaganda para conseguir desacreditar a FRETILIN e conquistar apoio da população timorense para a anexação. Constata-se que a Indonésia esteve promovendo medidas mais incisivas pela anexação ao longo de 1975, sondando o terreno para prever a necessidade de uma invasão pela força. Possivelmente o primeiro uso da força tenha partido da UDT contra a FRETILIN e a independência do território. Não tendo sucesso em suas táticas iniciais, nem com conversações com o governo português, a saída para o governo indonésio foi o uso da força em finais de 1975. Mas constata-se que, em 1975, o objetivo da Indonésia era anexar o Timor-Leste, e para isso articulou-se tanto internamente como externamente.

#### 4.3 OUTRAS CONEXÕES: PAÍSES, MOVIMENTOS POLÍTICOS E DA SOCIEDADE CIVIL

Ao longo do ano de 1975, a FRETILIN estabeleceu conexões com outros agentes além de Portugal e da Indonésia. Na documentação consultada, constata-se possíveis redes com os movimentos de libertação em África e também grupos australianos, tanto do governo quanto da sociedade civil. Neste tópico, a atenção será voltada a essas redes. As relações entre a FRETILIN e esses agentes, no período da descolonização, podem ser

observadas desde o início de 1975 até o período em que a FRETILIN passa a dominar a maior parte do território timorense, a partir do fim da guerra civil.

O primeiro indício da formação dessas redes se dá a partir da coligação da FRETILIN com a UDT. Ramos-Horta produz uma versão em inglês do comunicado que dá conta da coligação, e, sendo responsável pelas relações exteriores da FRETILIN, cogita-se que esse documento foi enviado à Austrália. O que fundamenta essa afirmação é que Ramos-Horta (1994, p. 102) declara que: “Sempre com o olho sobre Camberra, esperava que a coligação iria reforçar a posição dos nossos amigos australianos que advogavam um Timor Leste independente”. Na documentação consultada, não é possível identificar os “amigos australianos” que apoiavam a causa da FRETILIN. Mas vale lembrar que Ramos-Horta (1994, p. 96) comenta que, no contexto de formação da ASDT em 1974, “Uma amiga australiana enviava-me algum dinheiro”, o que possibilitava que ele se dedicasse integralmente aos trabalhos iniciais da ASDT.

Outra constatação que corrobora a relação da FRETILIN com indivíduos australianos é o relato de Helen Hill (2013)<sup>116</sup> sobre sua trajetória acadêmica com o caso de Timor-Leste. Helen Hill é uma pesquisadora que desenvolve estudos sobre o Timor-Leste. Segundo seu relato, o interesse em estudar o caso de Timor português – pensando nas transformações promovidas em Portugal a partir da Revolução dos Cravos – ainda em 1974, a levou a conhecer Ramos-Horta quando este estava em Melbourne, em uma de suas primeiras viagens ao sul da Austrália. Nesse encontro, Hill tomou conhecimento da ASDT e foi convidada por Ramos-Horta a visitar o Timor português. O relato que segue apresenta um panorama interessante das relações entre a Austrália e a situação em Timor português em 1974:

I became excited that I would actually know someone there when I arrived and set about to prepare. Two Australians I knew had already made their way to Portuguese Timor: Denis Freney, founder of the Sydney-based Campaign for Independent East Timor (CIET) and LaTrobe University student Grant Evans of the Australian Union of Students. Former Australian Consul James Dunn had already been back to Dili and written a report for the Parliament (Dunn 1974) and I had met him in Canberra. In September the ASDT, influenced by the African liberation movements, changed its name to Frente Revolucionária de Timor Leste Independente – FRETILIN<sup>117</sup> (HILL, 2013, p. 273).

---

<sup>116</sup> Helen Hill é uma pesquisadora interessada em estudos que envolvem o Timor-Leste e as ilhas do Pacífico. Possui um currículo longo que pode ser consultado no site da Universidade Victoria de Melbourne, onde trabalha. Disponível em: <https://www.vu.edu.au/contact-us/helen-hill>. Acesso em 10/11/2022.

<sup>117</sup> “Eu fiquei animada porque realmente conheceria alguém de lá quando eu chegasse e comecei a me preparar. Dois australianos que eu conhecia já haviam chegado ao Timor Português: Denis Freney, fundador da Campanha para Timor Leste Independente (CIET) em Sydney, e Grant Evans, estudante da Universidade

Essa citação apresenta alguns pontos a serem destacados. Primeiro, sobre uma possível mobilização do governo australiano, na figura do cônsul, em ir até Díli e produzir um relatório sobre a questão<sup>118</sup>. O segundo ponto diz respeito à afirmação de Hill sobre influências dos movimentos de libertação africanos na FRETILIN, que reforça o que já foi discutido no capítulo anterior. O terceiro e último ponto é a indicação de que outros dois indivíduos australianos se envolveram na questão de Timor português, reforçando a possibilidade de que grupos de cidadãos australianos apoiavam a causa da FRETILIN. De fato, a organização citada por Hill (2013), da qual ela também fazia parte, a Campaign for Independent East Timor (CIET), tinha contato com a FRETILIN em 1975. Os boletins produzidos pelo CIET afirmam que havia um contato entre membros da FRETILIN e ativistas australianos (CIET, 1975)<sup>119</sup>.

Ainda no contexto de 1974, o nome de Helen Hill encontra-se na primeira edição do *Nacroma* (1974a, p. 3), que apresenta um artigo escrito por ela: “[...] o conceituado semanário político <<Nation Review>> [...], que se publica em Melbourne, referiu-se a essa colônia (Timor-Díli), em artigo assinado por Helen Hill, professora de Ciências Políticas da Monash University”. O artigo segue apresentando o texto de Hill, que diz: “O Timor português está a acordar de um longo e profundo sono de quase 500 anos”, ainda cita a conversa com Ramos-Horta na reunião que tiveram em Melbourne e também as visitas que Ramos-Horta fez à Indonésia, onde conseguiu a garantia de Adam Malik de respeito ao processo de descolonização. O artigo termina dizendo “O Partido Social-Democrata pretende manter fortes contactos com várias organizações na Austrália. Horta teve conversações com Robert Hawk<sup>120</sup>, membro do Partido Trabalhista e do Parlamento”. Mesmo que trate sobre o ano de 1974, é possível observar as

---

LaTrobe, da União Australiana de Estudantes. O ex-cônsul australiano James Dunn já tinha regressado a Díli e escrito um relatório para o Parlamento, e tinha me encontrado em Canberra. Em setembro, a ASDT, influenciada pelos movimentos de libertação africanos, mudou seu nome para Frente Revolucionária de Timor Leste Independente – FRETILIN” (HILL, 2013, p. 273, tradução nossa).

<sup>118</sup> Não foi possível consultar o relatório, possivelmente o objetivo era relatar o panorama estabelecido em Timor português sobre a descolonização, devido ao fato de a visita se realizar nos primeiros meses do processo. De qualquer forma, é importante ressaltar a mobilização do governo australiano em envolver-se no assunto, de séria pertinência ao governo por se tratar de um território com fronteiras marítimas com a Austrália.

<sup>119</sup> Apresentei um projeto de doutorado, já aceito, que tem como objetivo analisar a relação entre movimentos de solidariedade australianos (entre eles o CIET) e a resistência timorense. Essa relação será mais bem trabalhada na pesquisa futura.

<sup>120</sup> Robert Hawke foi Primeiro-Ministro na Austrália entre 1983 e 1991. No contexto do encontro entre ele e Ramos-Horta, Hawke era líder do Partido Trabalhista Australiano (BRITANNICA, [201-?]).

movimentações de Ramos-Horta como correspondente da FRETILIN no território australiano e sua tentativa de conquistar adeptos à causa da independência.

A viagem de Hill (2013) a Timor português aconteceu apenas no início de 1975. Seu objetivo era fazer um trabalho de campo no território timorense. Hill afirma que viajou junto às lideranças da FRETILIN pelo interior do território e regressou à Austrália almejando retornar ainda em 1975. No entanto, devido à invasão indonésia, não foi possível retornar ao Timor e seu projeto não pode ser concluído. Posteriormente, Hill publicou a obra “Stirrings of Nationalism in East Timor: FRETILIN 1974-1978, The origins, ideologies and strategies of a nationalist movement” (Agitações do Nacionalismo em Timor-Leste: FRETILIN 1974-1978, as origens, ideologias e estratégias de um movimento nacionalista, tradução nossa)<sup>121</sup>.

O trabalho de Hill é de extrema importância para observar as conexões entre a Austrália e a FRETILIN. Seu relato ajuda a indicar algumas articulações das possíveis redes que se formaram entre a FRETILIN e agentes australianos. É possível afirmar que a FRETILIN, principalmente na figura de Ramos-Horta, possuía contatos na Austrália. Em março de 1975, outros dois documentos em inglês foram produzidos em nome da coligação UDT-FRETILIN (COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT, 1975e e COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT, 1975b), para que fossem enviados à Austrália. É possível constatar isso através da primeira edição do boletim produzido pelo CIET, em que consta o documento produzido por Ramos-Horta afirmando a coligação com a UDT (CIET, 1975).

O primeiro relatório de Lobato (1975a, p. 4), produzido em abril de 1975, cita “o apoio do Povo Australiano” a partir da divulgação em uma rádio australiana, tratando sobre uma possível investida da Indonésia nas fronteiras de Timor português. Segundo Lobato (1975a, p.4), “registrou-se a mobilização de tropa javanesa para junto da fronteira”. A partir dessa notícia na rádio australiana, o povo australiano “manifestou-se contra” a investida indonésia:

[...] no mês de março, visitaram Timor-Leste duas delegações importantes, uma constituída de representantes de trade-unions [sindicatos], organizações estudantis e humanitárias, e a outra, de parlamentares, membros do Partido Trabalhista Australiano. Por todas as localidades visitadas, ambas as delegações foram alvo de grandes manifestações em que as massas populares demonstraram inequivocamente o seu desejo e vontade de Independência total.

---

<sup>121</sup> Não foi possível ter acesso à obra de Hill.

Essa repercussão sobre a notícia na rádio australiana é corroborada pela declaração de Hill (2013) de que, a partir da divulgação de uma investida indonésia em território timorense, grupos australianos de estudantes, ativistas e políticos foram para o Timor português. Não é possível desdobrar os acontecimentos a partir de tal visita das delegações australianas, mas isso reforça a possibilidade de que a FRETILIN tenha tido algum apoio da sociedade civil na Austrália.

Ainda em março de 1975, no dia 10, há uma correspondência endereçada para Domingos Oliveira (UDT) e Ramos-Horta (FRETILIN) com origem em Sydney. Tal documento é assinado por Oconnor Thompson Hart Stevenson<sup>122</sup>, e é possível identificar que o autor fala em nome de ex-oficiais australianos. Stevenson (1975) afirma que há um interesse pelo bem-estar de Timor e que, para isso, formaram um grupo informal, o que ele chama de “parte moderada de Timor”, para auxiliar nas comunicações com o governo australiano e outras organizações. Afirma ainda que “somos anticomunistas pró portugueses” e que desejam trabalhar em prol da permanência da presença portuguesa no Timor, para que possa guiar a independência com ajuda financeira e técnica da Austrália. O documento termina com uma recomendação:

Recomendamos fortemente que vocês não se comprometam com nenhum partido político em particular na Austrália, pois o partidarismo pode prejudicar sua causa. Entendemos o seu desejo de fazer o melhor por seu povo e apoiaremos de qualquer maneira razoável (STEVENSON, 1975).

Não foi possível identificar possíveis desdobramentos a partir dessa correspondência. No entanto, fica claro que a FRETILIN, na figura de Ramos-Horta, buscou apoio na Austrália e em certa medida o conquistou. Possivelmente os desdobramentos que ocorreram no território timorense tenham impedido a consolidação do apoio adquirido. A partir do rompimento da coligação e da guerra civil, é provável que a desestabilidade do território tenha comprometido algum apoio conquistado.

O que se pode constatar, ainda nesse período anterior à guerra civil, são possíveis conexões que a FRETILIN estabelece com os movimentos de libertação em África. Isso pode ser observado no relatório de Lobato (1975a, p. 1). Segundo ele, “[...] ao tempo que se formavam movimentos de libertação nos países irmãos [ilegível] Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, também em Timor [ilegível] [movimentos?] nacionalistas que se levantaram em armas contra o colonialismo

---

<sup>122</sup> Não é possível identificar a figura de Stevenson além do que está na fonte.



português”. Essa citação, mesmo que não demonstre uma real ligação entre a FRETILIN e movimento de libertação como a FRELIMO, o MPLA ou o PAIGC, aponta a intenção da FRETILIN em ser um movimento de libertação em Timor como foram os já citados em seus respectivos territórios. É possível afirmar que a FRETILIN buscava inspiração nesses movimentos e era influenciada por eles.

No mesmo documento, Lobato faz um apelo aos países do Terceiro Mundo. No relatório, consta que “Cabe em grande e decisiva parte à Solidariedade e Apoio dos Povos (e respectivos governos) do Terceiro Mundo, em especial dos novos Países surgidos das antigas colônias portuguesas, da O.U.A. e da China Popular, criar estas condições” (LOBATO, 1975a, p. 5). Dessa forma, a FRETILIN ainda articula a busca de apoio envolvendo, além dos movimentos de libertação das colônias portuguesas em África, a China e a Organização de Unidade Africana (OUA)<sup>123</sup>. Vale lembrar que Ramos-Horta já havia pedido apoio à China em 1974. No entanto, nesse momento a ideia é buscar apoio na OUA, responsável por unir os movimentos de independência na África em uma organização e lutar contra o colonialismo. Isso resultaria num forte apoio a nível internacional para a causa de Timor, assim como da China, que apoiou alguns movimentos de libertação na África. Não é possível confirmar se os contatos com esses agentes foram construídos nesse período de abril de 1975, mas é importante destacar a tentativa de articulação que parte da FRETILIN em buscar apoio na África e na China.

Em maio, Lobato apresenta outro relatório com uma movimentação mais concreta em direção aos movimentos de libertação das colônias portuguesas em África. Lobato esteve em Lisboa na busca de apoio para a causa timorense em maio de 1975. Ele afirma que:

Em 21 tive um encontro com um membro do MPLA, Ilídio Machado do Comité 4 de fevereiro, que por sua vez me remeteu para o camarada Henrique Tarreira, que é a 4ª pessoa do MPLA, de passagem por Lisboa. Estive esta tarde, (dia 23) com este a quem entreguei as mensagens dirigidas ao MPLA e ao Povo de Angola e conversamos sobre o paralelismo que havia entre os casos de Angola e Timor. Nós concordamos em que o Governo deverá evitar o mesmo erro cometido em Angola, devendo para isso a FRETILIN exigir a dissolução da APODETI. Pedimos-lhe portanto a acção do PMPLA neste sentido (LOBATO, 1975b, p. 1).

---

<sup>123</sup> A Organização da Unidade Africana foi fundada em 1963, por iniciativa de 30 líderes de Estados africanos. O objetivo era lutar pela independência dos territórios africanos e contra o colonialismo (COSTA, 2015).

O documento ainda segue relatando sobre um contato de Lobato e Abílio Araújo com Maximiano, um representante da embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa:

Relatei-lhe a nossa situação e manifestei o desejo e a urgência de ir à Guiné-Bissau para contactar com o PAIGC. Ele sugeriu-me que escrevesse uma carta ao camarada Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau, Luís Cabral, a qual seguiu no mesmo dia em mão própria. [...] Araújo [...] teve a oportunidade de contactar com o camarada da mesma embaixada e 1º Secretário da Comissão Permanente da Guiné-Bissau na ONU, José Pereira Baptista. Ele aventou a possibilidade de intervirmos na 30ª Assembleia Geral da ONU a realizar em Setembro [...] teremos de ir até New York contactar a Embaixada A. Salim, da Tanzânia, que é o presidente do Comité de Descolonização a fim de incluir ‘o caso Timor-Leste e a FRETILIN’ na agenda de trabalhos da próxima Assembleia Geral. [...] O que é preciso é obter o apoio da Argélia porque para onde ela vira, vai toda a [ilegível] dos países não alinhados (LOBATO, 1975b, p. 2).

Há ainda uma indicação no relatório de que, no dia 26 de maio, Lobato (1975b) tentaria contatar a embaixada de Cuba<sup>124</sup> em Lisboa. Não é possível confirmar se de fato isso foi feito. Também há uma carta enviada por Lobato ao Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, contendo cumprimentos e uma explanação dos acontecimentos em Timor português relacionados com as iniciativas do governo luso em efetivar o processo de descolonização através da cimeira em Macau, assim como a dinâmica entre as associações políticas timorenses, APODETI e UDT. O que Lobato pede é um encontro com o embaixador, e afirma que vai buscar contatar ainda a Embaixada da Argélia e o governo de Guiné-Bissau. Ainda afirma ter contactado o primeiro-ministro Joaquim Chissano, da FRELIMO, e que não teve “a oportunidade de contactar o camarada Presidente Samora Machel e o Presidente Julius Niereere da Tanzânia” (LOBATO, 1975b, p. 11).

O contexto da FRETILIN a nível internacional no período pós-formação da coligação até o rompimento, em 27 de maio de 1975, apresenta a Frente articulando-se principalmente com movimentos de libertação de países africanos, e também grupos na Austrália. Até o rompimento da coligação, o cenário apresentava-se estável em Timor, observamos que Lobato vai a Portugal e consegue estabelecer alguns diálogos iniciais. O grande passo que a FRETILIN tentaria dar em prol de levar a causa da independência a nível internacional seria sua presença na 30ª Assembleia Geral da ONU, que ocorreria

---

<sup>124</sup> Ressalta-se que soldados cubanos foram articulados para ir a Angola apoiar o MPLA. Cuba já havia demonstrado inclinação a apoiar Angola, possivelmente Lobato tinha conhecimento disso.

nos meses seguintes. É importante ressaltar também que era de conhecimento da FRETILIN a importância do apoio da Tanzânia e da Argélia<sup>125</sup>.

Nesse período, a FRETILIN demonstra sua capacidade de se articular internacionalmente, tanto na África como na Austrália. Existiu uma articulação, ainda que incipiente, como apresentando neste subcapítulo. No entanto, o que contribui para que o cenário de certa estabilidade se inverta é o fim da coligação seguido da guerra civil. Dessa forma, a construção dos contatos que a FRETILIN estava promovendo, num cenário de estabilidade no território timorense, acabou sendo interrompida. O cenário de estabilidade foi substituído por uma situação em que a FRETILIN passou a controlar e administrar o território. Esse período e os desdobramentos desse contexto serão abordados no próximo subcapítulo.

#### 4.4 A INVASÃO E A INDEPENDÊNCIA ADIADA

Neste último subcapítulo, abordaremos o período entre o fim da guerra civil, em 20 de agosto de 1975, quando a FRETILIN passa a dominar a maior parte do território timorense, e a invasão pela Indonésia, em 7 de dezembro. Levaremos em conta a complexidade desse recorte, analisando a FRETILIN e a participação de todos os agentes já citados até este momento. Além da FRETILIN, a dinâmica desses últimos meses de 1975 incorpora Portugal, Indonésia, Austrália, os movimentos de libertação nas colônias portuguesas em África, etc.

É importante desenvolver o contexto que se estabelece no fim da guerra civil, em que a FRETILIN passa a dominar uma significativa parte do território de Timor. Durante a guerra civil e já alinhada com a Indonésia, a UDT fundou o Movimento Anticomunista (MAC), o qual englobava a APODETI e outros movimentos timorenses conservadores, como o KOTA. O objetivo da MAC era combater os setores considerados comunistas dentro da FRETILIN. Em resposta ao golpe da UDT, a FRETILIN anunciou uma “revolta geral armada”. Como consequência disso, Silva (2011, p. 185) afirma que:

Timorese soldiers in the Portuguese Army [...] joined FRETILIN, and took over the military training centre, which became the Centre of Instruction of the Independent Territorial Command of Timor which functioned during the

---

<sup>125</sup> Burton (2019) aponta Der es Salaam como um “hub” ou polo de descolonização no contexto da Guerra Fria, sendo um centro de encontro fundamental para os movimentos de descolonização e independência do Terceiro Mundo. Nesse mesmo sentido, Prashad (2022) aponta a importância de Argel na dinâmica do Terceiro Mundo.

counter coup d'état on August 20, 1975, when, with all other means exhausted, the new force, FALINTIL, launched its counter-attack against UDT<sup>126</sup>.

Sendo assim, a FRETILIN forma as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) em 15 de agosto de 1975. A FALINTIL surgiu da Organização Popular de Segurança (OPS), que era uma espécie de “sistema de segurança” ou um exército da FRETILIN. No contexto da guerra civil, a FRETILIN incorpora membros e armamento do exército português à FALINTIL. A reação da FRETILIN resultou na vitória do conflito, e fez com que as forças da UDT recuassem para oeste, na fronteira com o Timor indonésio. A partir disso, os conflitos entre as forças indonésias e as da FRETILIN iniciaram na fronteira. Em geral, as forças indonésias eram vitoriosas nos conflitos na fronteira, o que aumentava a preocupação da FRETILIN com uma iminente invasão. Essa ameaça iminente de invasão foi um dos motivos que levaram a FRETILIN a declarar a independência em 28 de novembro de 1975 (DA SILVA, 2011).

No período em que administrou o território, de setembro a dezembro de 1975, a FRETILIN lançou um periódico chamado “Timor-Leste: Jornal do povo Mau Bere”. O periódico possui dez edições, publicadas especificamente de 27 de setembro até 4 de dezembro<sup>127</sup> (três dias antes no início da invasão). A partir desse periódico, analisaremos a dinâmica da FRETILIN com os agentes já citados anteriormente, abordando as redes, caso por caso, ao longo dos meses de setembro a dezembro. Por fim, através da bibliografia, abordaremos brevemente o cenário da invasão por parte da Indonésia.

O primeiro caso a ser abordado diz respeito à relação entre a FRETILIN e o governo português. Para isso, é importante ressaltar que, em geral, na primeira edição de Timor-Leste<sup>128</sup> (1975a), a FRETILIN apresenta notícias sobre os desdobramentos do conflito em Timor (entre a UDT e a FRETILIN) e a forma como a Frente estava administrando o território. O principal foco é em desmoralizar e desacreditar a UDT, que aparece agora como um inimigo vencido e responsável pela guerra civil e suas consequências (como mortes e desestabilização do processo de descolonização). Esse

---

<sup>126</sup> “Soldados timorenses do Exército Português [...] juntaram-se à FRETILIN e tomaram o centro de treinamento militar, que se tornou o Centro de Instrução do Comando Territorial Independente de Timor que funcionou durante o contragolpe de 20 de Agosto de 1975, quando, esgotados todos os outros meios, a nova força, FALINTIL, lançou o seu contra-ataque contra a UDT” (SILVA, 2011, p. 185, tradução nossa).

<sup>127</sup> O periódico era publicado a cada sete dias, com uma média de seis páginas por edição.

<sup>128</sup> O periódico Timor-Leste apresenta como edição a “Secção de Informação e Propaganda da FRETILIN”. Não é possível identificar algum indivíduo responsável pela direção do periódico.

cenário é importante para entender a relação do governo português com a FRETILIN, já que a Frente tem controle da maior parte do território.

Aborda-se nessa primeira edição a ida de Lemos Pires a Lisboa. Lê-se no artigo que “[...] o Coronel Lemos Pires que desde o passado dia 24 de Agosto se encontrava refugiado na ilha de Ataúro, seguiu recentemente de avião para Lisboa, presumindo-se tal deslocação haja sido determinada pelo governo português” (TIMOR-LESTE, 1975a, p. 5). Segundo Galdino (2012), no contexto da guerra civil, o governo português transferiu-se para a ilha de Ataúro. Constata-se que, pouco tempo depois, o governador de Timor português retira-se do território timorense. Dessa forma, a ausência do governo português deu ainda mais autonomia para a FRETILIN. No entanto, Ramos-Horta (1994, p. 112) reforça que as propriedades portuguesas em Timor foram respeitadas, “[...] a residência oficial do governador, as suas viaturas, não foram tocadas”.

Ainda na primeira edição, observamos afirmações da FRETILIN em querer dialogar com o governo português para resolver a questão da descolonização, assim como efetivar a independência do território. O periódico apresenta uma seção chamada “Declaração de Imprensa”, na qual relata pontos discutidos em uma reunião do Comitê Central da FRETILIN. Destaca-se o pedido da FRETILIN para receber uma delegação com representantes de Portugal, Austrália e Indonésia com o objetivo de “eliminate rumours and misunderstandings and to promote friendship and co-operation amongst the people of the region”<sup>129</sup> (TIMOR-LESTE, 1975a, p. 6). As edições seguintes reforçam a disposição da FRETILIN de promover conversações com o governo português, como veremos adiante.

Outro ponto importante na relação entre o governo português e a FRETILIN são as críticas direcionadas à postura do governo português no processo de descolonização nesse contexto final do ano de 1975. Na segunda edição, lê-se que “Lemos Pires [...] prevaricou das normas acordadas no pseudo-processo de descolonização de Timor que teve como fulcro a cimeira de Macau”. Ainda, afirmam que “[...] Portugal não se pronuncia. A FRETILIN reconhece, ainda e neste momento, a soberania portuguesa neste infeliz território. Portugal está a querer fugir da responsabilidade” (TIMOR-LESTE, 1975b, p. 1). A citação corrobora o que a bibliografia em geral apresenta sobre a

---

<sup>129</sup> “[...] eliminar rumores e declarações mal-entendidas e promover a amizade e cooperação entre as pessoas da região” (TIMOR-LESTE, 1975a, p. 6, tradução nossa).

“ineficiência” do governo português em administrar a situação vigente após o golpe da UDT, assim como reforça a disposição da FRETILIN de dialogar com o governo português.

A capa da terceira edição, de 11 de outubro, apresenta uma troca de correspondências entre a FRETILIN e o governo português. Seguindo a linha de que a FRETILIN reconhece o governo português como interlocutor da descolonização, propõe-se uma reunião em Timor para negociações sobre o processo. Nas edições seguintes, observamos alguns desdobramentos dessa correspondência. A FRETILIN também acusa Lemos Pires de estar associado à UDT, e comenta que o coronel pretende regressar a Díli. As edições que seguem mantêm críticas e acusações à atuação de Portugal e de Lemos Pires no processo de descolonização (TIMOR-LESTE, 1975c).

A capa quarta edição, apresenta uma matéria intitulada “Lemos Pires... E o seu mutismo!”. No texto, lê-se “Fazer arrastar o problema de descolonização de Timor Leste é uma prova da incapacidade do Governo Português em reassumir a sua permanência neste território” para efetivar o processo de descolonização. O texto cobra a responsabilidade do governo português no contexto vigente em Timor-Leste, e acusa a ineficiência do governo de Lemos Pires em Timor. A cobrança dirigida ao governo português é reforçada pela manchete que diz: “O secretário-geral da Organização das Nações Unidas declarou aos órgãos de informação que a resolução do problema de Timor-Leste é da responsabilidade do Governo Português” (TIMOR-LESTE, 1975d, p. 6).

Na quinta edição, o Timor-Leste (1975e) apresenta um telegrama recebido do CND, que aceita a proposta de realizar conversações. A CND sugere que as tratativas ocorram em princípios de novembro. Em resposta, a FRETILIN afirma que irá se reunir para analisar a proposta do CND. O desdobramento dessa troca de telegramas para efetivar uma conversação é novamente citado pela FRETILIN na edição de 22 de novembro de 1975. Lê-se que “o Governo Português divulgou em Lisboa um comunicado oficial no qual afirma que as conversações irão ter lugar na Austrália a 24 do corrente” (ainda em novembro) (TIMOR-LESTE, 1975i, p. 4). A FRETILIN afirma que, além do comunicado, não foi contatada diretamente pelo governo português sobre a confirmação da data para as conversações.

# **CONVERSACÕES**

**(...aos soluços!) EM NOVEMBRO!**

**Da Comissão Nacional de Descolonização, o Comité Central da Fretilin recebeu o seguinte telegrama:**

**Com referencia vosso telegrama 8 Outubro enviado através MARCONI a Comissão deliberou aceitar realização conversações com essa associação sugerindo sua efectivação princípios mês Novembro ponto A fim de se iniciarem preparativos solicita-se indicação pontos considerem dever constar agenda ponto Dada natureza assunto em causa solicito resposta seja enviada por correio aéreo ponto Esta Comissão escolherá local em Portugal para conversações ponto**

**Pela Comissão Nacional de Descolonização  
O Secretário**

**O Comité Central esteve reunido ontem e hoje a fim de analisar a proposta e estudar os pontos mais ingentes para as conversações.**

Fonte: Timor-Leste (1975e).

No entanto, a próxima edição de Timor-Leste (1975j) já apresenta a proclamação de independência por parte da FRETILIN. Devido à pressão de uma invasão pela Indonésia e à ineficiência do governo português em revolver a questão, a FRETILIN decidiu proclamar a independência no dia 28 de novembro de 1975. No entanto, não é possível observar os desdobramentos da relação entre Portugal e a FRETILIN a partir da proclamação da independência. Três dias após a publicação da última edição do periódico (TIMOR-LESTE, 1975j), o território timorense é invadido pela Indonésia.

Em geral, observa-se três pontos centrais, que se interligam, sobre a postura da FRETILIN em relação ao governo português. O primeiro é a disposição da FRETILIN de dialogar com o governo português, reconhecendo-o como único interlocutor possível no processo de descolonização. O segundo é relativo às acusações de ineficiência do governo

português no processo de descolonização<sup>130</sup>, com constantes cobranças de que Portugal tem responsabilidade sobre os acontecimentos no território timorense. Por último, observa-se constantes críticas à administração de Lemos Pires, considerado um importante responsável pela incapacidade do governo português como administrador do processo de descolonização.

Através do periódico Timor-Leste (1975a), também é possível observar a relação da FRETILIN com a Austrália e outros territórios do sudeste asiático, tanto membros dos governos como grupo não governamentais. A FRETILIN afirma o desejo de reunir-se com representantes da Austrália e da Indonésia para promover cooperação entre eles. Outro ponto importante é a afirmação de que a FRETILIN, após uma possível consolidação da independência de Timor-Leste, almeja integrar a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)<sup>131</sup>, e também pretende uma cooperação entre os países do Pacífico Sul, como a própria Austrália, Nova Guiné, Fiji e Nova Zelândia. A FRETILIN afirma que a ASEAN contribui com a estabilidade política e o desenvolvimento da região do Pacífico Sul. Dessa forma, pretende se aproximar de tal associação para que contribuam com a formação do Timor-Leste. Buscar aproximação com a ASEAN também auxilia na tentativa de se afastar da Indonésia, como já foi exposto anteriormente.

Na segunda edição do periódico (TIMOR-LESTE, 1975b), a FRETILIN contextualiza a atuação de Ramos-Horta na Austrália na busca de apoio para a independência. O relato apresentado em Timor-Leste (1975b) comenta sobre a viagem de Ramos-Horta à Austrália, em que ele contactou Grahm Feaks (diretor dos Negócios Estrangeiros do departamento do Sudeste Asiático), Andrew Peacock (Ministro de Negócios Estrangeiros da oposição do governo vigente no período), Jim Dunn (diretor dos Negócios Estrangeiros do Parlamento), Cabrita Matias (embaixador português na Austrália), David Hennan (diplomata da Nova Zelândia), Lennart Wartz (diplomata da Suécia) e parlamentares e senadores australianos. Houve também uma palestra de Ramos-Horta na Australian National University (segundo a fonte, para cerca de duzentos ouvintes). Em todos os encontros de Ramos-Horta na Austrália, abordou-se pontos como:

---

<sup>130</sup> Ressalta-se o contexto turbulento e de crise que Portugal passava no contexto da Revolução dos Cravos, principalmente em 1975, como já comentado anteriormente.

<sup>131</sup> Os países membros da ASEAN em 1975, que incluíam a Indonésia, possuíam uma inclinação às potências ocidentais contrárias a possíveis ameaças comunistas. A ASEAN foi fundada em 1967 com o objetivo de estabelecer uma cooperação entre seus membros visando à estabilidade e ao desenvolvimento da região. Posteriormente ao período analisado, outros países juntam-se à ASEAN. Atualmente, o Timor-Leste ainda busca tornar-se membro do grupo.



Controle absoluto de território do Timor-Leste pela FRETILIN. [...] Sob orientação da FRETILIN a vida no Timor-Leste está a voltar à normalidade. [...] A FRETILIN está a funcionar como um Governo de facto de um País independente. [...] A UDT já não existe. [...] A APODETI também não existe. [...] Violação do território do Timor-Leste pelo Exército indonésio (TIMOR-LESTE, 1975b, P. 6).

Em relação ao governo australiano, também se comenta sobre a fala do Primeiro-Ministro Australiano, Whitlan, sobre não poder considerar a FRETILIN como um partido comunista. Vale ressaltar que a FRETILIN é associada ao comunismo, principalmente pelo governo indonésio, mas busca distanciar-se dessa acusação (TIMOR-LESTE, 1975b). Ramos-Horta (1994) teve um papel de porta voz da FRETILIN na Austrália. Segundo ele, o apoio australiano era essencial para a independência de Timor-Leste. Ao que parece, foram mobilizados alguns grupos australianos<sup>132</sup> para a causa da FRETILIN, possivelmente através da atuação de Ramos-Horta.

Figura 18 – Recorte Timor-Leste (1975b).

## NOTÍCIAS

### DO ESTRANGEIRO

*(Continuação da pág. 1)*

Em Camberra, várias organizações progressistas australianas promoveram uma manifestação de apoio à FRETILIN.

— Segundo fontes dignas de crédito, os 23 militares portugueses que se achavam prisioneiros da UDT foram entregues por aquela criminoso associação às autoridades indonésias. Com que finalidade? — perguntamos nos.

#### Out., 1

O primeiro-ministro australiano Whitlan, num discurso que proferiu no Parlamento do seu país, afirmou que a FRETILIN não pode ser considerada como um partido comunista.

— Fontes dignas de todo o crédito informam que o Vietname do Norte, através de um artigo publicado num jornal militar daquele país, apoia a FRETILIN como movimento de libertação de Timor-Leste.

Fonte: Timor-Leste (1975b).

---

<sup>132</sup> Dentre os grupos, cita-se o Campaign for Independent East Timor (CIET), o Timor Information Service (TIS) e o TAPOL Bulletin, the British Campaign for the Release of Indonesian Political Prisoners. Nos boletins produzidos por esses grupos/movimentos de solidariedade, há citação sobre apoio à independência de Timor-Leste e à FRETILIN.

Nas edições que seguem, o periódico apresenta notícias de manifestações ocorridas na Austrália que apoiaram a FRETILIN: “Na Austrália, simpatizantes [do] Povo de Timor-Leste manifestaram junto à Embaixada da Indonésia em Camberra em protesto contra as interferências da Indonésia nos assuntos internos de Timor-Leste” (TIMOR-LESTE 1975c, p. 2). Já na sexta edição, consta a informação de que:

ACFOA, sigla de <<Australian Council for Overseas Aid>>, é uma organização australiana de auxílios externos. Uma delegação chefiada por Mr. Jim Dunn, antigo cônsul da Austrália em Díli, aparentemente despercebida ao público, tem vindo a desenvolver uma intensa actividade no sentido de estudar todas as formas e viabilidades de ajuda ao nosso território (TIMOR-LESTE, 1975f, p. 1).

Ainda na sexta edição, Ken Fry, membro do parlamento australiano, envia para a FRETILIN uma mensagem afirmando que as questões sobre a independência de Timor-Leste circularam no parlamento e em departamentos governamentais, e que muitos australianos se preocupavam com a situação no território timorense (TIMOR-LESTE, 1975f). Já na edição de 8 de novembro, o periódico Timor-Leste (1975g, p. 2) apresenta a notícia de manifestação na Austrália contra os interesses indonésios: “No dia 2 do corrente, em Camberra, Austrália, foram pintados em sete casas dos diplomatas indonésios, os seguintes slogans: <<Tira as patas de Timor-Leste>> e <<FRETILIN vencerá>>”. As ações foram feitas por um grupo chamado “Amigos da FRETILIN”. A notícia ainda segue afirmando que “Na Austrália os trabalhadores e estudantes tem vindo a desenvolver intensa atividade de protestos e boicotes contra a Indonésia”.

Ainda na sétima edição, a FRETILIN publica uma nota intitulada “O sindicato de jornalistas australianos exige averiguações”. O tal sindicato exigiu do governo australiano uma investigação sobre a morte de cinco jornalistas na fronteira entre Timor-Leste e Timor indonésio. Segundo a nota, as mortes são associadas às forças indonésias e o governo australiano ainda não havia tomado medidas sobre o caso. Outra nota importante da edição é sobre a arrecadação de 250 mil dólares feita por um fundo beneficente australiano para o Timor-Leste. Nesse caso, não é possível constatar se o fundo chegou ao alcance da FRETILIN.

Em geral, pode-se concluir que a relação entre a FRETILIN e a Austrália tinha dois eixos principais de contato, ambos centrados na figura de Ramos-Horta, principal membro da FRETILIN com atuação na Austrália no período de setembro a dezembro de 1975. O primeiro diz respeito à relação com o governo australiano. Ramos-Horta conseguiu apoio de membros do governo australiano à causa da FRETILIN. No entanto,

esse apoio não resultou em efetiva ajuda diplomática para a causa da independência, o governo australiano não se movimenta para evitar a invasão pela Indonésia. Ramos-Horta mobiliza apoio diplomático, mas não se prova eficiente nesse contexto.

O segundo eixo da relação com a Austrália são setores da sociedade civil. Nesse grupo, Ramos-Horta conseguiu algum apoio financeiro e principalmente uma mobilização da sociedade australiana contra as investidas da Indonésia. A partir disso, podemos constatar a formação de comitês australianos de solidariedade<sup>133</sup> à causa da independência de Timor após a invasão. Vale destacar a atuação de Ramos-Horta, como já comentado anteriormente, ao estabelecer contatos com estudantes e jornalistas australianos desde 1974. Nas edições do periódico Timor-Leste, é possível constatar que o responsável por estabelecer contatos na Austrália foi Ramos-Horta, que viajou para o país entre setembro e dezembro de 1975.

Outra conexão com a FRETILIN que podemos observar é com grupos de ajuda humanitária e jornalistas de outros territórios além da Austrália. Na primeira edição de Timor-Leste (1975a), na seção “Noticiário”, divulga-se a presença de indivíduos estrangeiros no território. Nessa seção, afirma-se que “Chegou a Díli uma equipa de televisão neozelandesa e jornalistas a fim de documentar a vida normal que já foi restabelecida pela FRETILIN”. Também chegaram a Díli “dois médicos da ASIAT, uma associação especializada em cuidados a ter com os bebês e as mães”. Constata-se também a presença de um representante da UNICEF e um enviado especial do Vaticano que se reuniram com o Comitê Central da FRETILIN (TIMOR-LESTE, 1975a, p. 5).

Segundo Ramos-Horta (1994), nesse período, a FRETILIN manteve livre acesso à Cruz Vermelha, assim como a ONGs e à imprensa. A presença de organizações humanitárias, como a Cruz Vermelha e a ASIAT, assim como de jornalistas de outros países, é constatada em todas as edições do periódico. Algumas seções do periódico contam sobre as visitas de organizações e de jornalistas. O objetivo era, segundo Ramos-Horta (1994, p. 112), que:

[...] quanto maior fosse a presença estrangeira em Timor-Leste melhor era para a nossa estratégia mobilizar a atenção pública internacional para o problema. Entre Setembro e Novembro de 1975, cerca de 50 jornalistas, delegados do CICV e de outras ONGs, visitaram Timor Leste. E durante esse período, a FRETILIN pôs a funcionar uma administração provisória, tento reaberto o comércio, os serviços públicos, incluindo os correios e telecomunicações.

---

<sup>133</sup> Entre eles os já comentados CIET, TIS e o TAPOL.

Essa citação de Ramos-Horta corrobora as notícias presentes em Timor-Leste (1975a). A FRETILIN, ao liberar o acesso do território a estrangeiros, tinha como objetivo internacionalizar a causa de Timor-Leste independente.

É possível observar também a relação da FRETILIN com países da África e da Ásia, tanto com movimentos políticos como com governos. A segunda edição de Timor-Leste (1975b), de 4 de outubro, apresenta na capa uma manchete afirmando que “49 países afro-asiáticos apoiam a Fretilin”. No texto que contém essa afirmação, a FRETILIN destaca a atuação de uma frente externa de luta, que mobiliza agentes internacionais pela causa da independência. Também objetiva-se divulgar a situação em Timor-Leste a nível internacional. Lê-se no artigo: “No último fim de semana teve lugar em Lourenço Marques [...] uma conferência internacional de países afro-asiáticos, promovida pela [...] FRELIMO e pela Organização de Solidariedade Internacional de Países Afro-asiáticos” (TIMOR-LESTE, 1975b, p. 6). O texto segue afirmando que:

No decorrer da conferência o camarada Samora Machel, Presidente da República Popular de Moçambique, apresentou uma moção de apoio à FRETILIN, a qual foi aprovada por unanimidade pelos delegados dos 49 países participantes. Salienta-se, além de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Tanzânia, Zâmbia, Argélia, República Popular da China, Vietname, Coreia, etc (TIMOR-LESTE, 1975b, p. 6).

No caso da conferência em Moçambique, não é possível constatar a presença de lideranças da FRETILIN em Lourenço Marque à época, e nem o indivíduo responsável por estabelecer contato com esse grupo dos 49 países. Por último na edição, lê-se que o Vietnã do Norte apoia a FRETILIN. Não é possível constatar o nível de apoio dado à FRETILIN além do apoio diplomático no cenário internacional (TIMOR-LESTE, 1975b).

Figura 19 – Capa Timor-Leste (1975b).



DIGITISED BY CHART: <http://timorchives.wordpress.com>

Fonte: Timor-Leste (1975b)

No que se refere a conexões com países e movimentos de libertação na África, a terceira edição, de 11 de outubro, informa que Mari Alkatiri e César Mau Laka, integrantes da FRETILIN, deslocaram-se para Lourenço Marques “em missão diplomática”. Os desdobramentos desse deslocamento dos membros da FRETILIN são

apresentados nas edições seguintes de Timor-Leste. Na capa da terceira edição, observa-se um telegrama enviado do governo de Cabo Verde em que se lê que “Do povo irmão de Cabo Verde [...] ‘Transmitimos apoio nosso Governo luta povo irmão Timor-Leste’” (TIMOR-LESTE, 1975d, p. 1). Consta também a informação de um telegrama recebido de Samora Machel, presidente de Moçambique, o qual afirma apoio à FRETILIN (TIMOR-LESTE, 1975d, p. 2).

Já na seção do *Noticiário*, informa-se que Mari Alkatiri encontrava-se em Lourenço Marques, e, a partir disso afirma-se que “[...] o apoio internacional dia a dia vai sendo mais firme, claro e efectivo” (TIMOR-LESTE, 1975d, p. 2). Em relação à presença de uma delegação da FRETILIN em Moçambique liderada por Mari Alkatiri, diz-se que “[a delegação] teve uma importante reunião com o camarada Vice-Presidente da República Popular de Moçambique, tendo ainda contactado com embaixadores de países nossos amigos acreditados em Lourenço Marques. Destes encontros foram alcançados resultados muito positivos” (TIMOR-LESTE, 1975d, p. 2). Os resultados efetivos dessa reunião não são apresentados.

Informa-se também que a FRETILIN recebeu telegramas de vários países e movimentos que a apoiam, entre eles: “Argélia, MPLA, Guiné Bissau, Cabo Verde, Guiné Conakri, Laos, Lesotho, Líbia, Malgaxe, Marrocos, S. Tomé e Príncipe, Rússia, República Popular Yemen, República Democrática Vietname, República Arabe Yemen, República Democrática Alemã, República Socialista Roménia, República Popular Coreia, China, Tanzania, Cambodja” (TIMOR-LESTE, 1975d, p. 2).

Não é possível identificar o tipo de apoio destinado à FRETILIN pelos vários países e movimentos citados, como apoio militar, financeiro, etc. No entanto, possivelmente esse apoio teve importância significativa nos debates na ONU. Na quarta edição de Timor-Leste (1975d, p. 5), apresenta-se a manchete “Timor-Leste em debater na ONU”. Lê-se que:

A justa luta da FRETILIN pela salvaguarda dos verdadeiros interesses do Povo Maubere tem merecido o mais incondicional apoio por parte de inúmeros países, nomeadamente os mais progressistas. Esse apoio ultrapassou já as fronteiras dos respectivos países e projecta-se mundo fora através dos debates sobre Timor-Leste efectuadas na Organização das Nações Unidas.

Nas edições de número 6, 7, 8 e 9, publicadas de 1º de novembro a 22 de novembro, a FRETILIN continua informando sobre as articulações a nível internacional. Além de contatos estabelecidos em África e Ásia, citam também a Europa. Afirmam que

a “FRETILIN deseja auxílio da Europa quer moral quer material. Os partidos Políticos na Europa que desde há muitos anos têm atacado fortemente a guerra do Vietnam, estão agora a desviar as suas atenções para a Indonésia e Timor” (TIMOR-LESTE, 1975f, p. 6). Essa afirmação da FRETILIN baseava-se em um comentário feito em uma rádio alemã em 27 de outubro. Apresentam também as articulações de Abílio de Araújo pela Europa. Lê-se sobre Abílio de Araújo:

Na Holanda foi recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país, tendo tido encontro com diversos parlamentares. Seguiu depois para Alemanha Federal onde foi fundado um Comité para a Independência de Timor-Leste. Em Londres, teve contactos muito proveitosos. Da Suécia, informou [...] haver grande pressão Internacional contra a Invasão da Indonésia ao território de Timor-Leste. O camarada seguirá depois para Roménia (TIMOR-LESTE, 1975f, p. 2).

Por último, destaca-se o convite feito pelo MPLA à FRETILIN para irem à Proclamação da Independência de Angola, a se realizar em 11 de novembro de 1975. No periódico Timor-Leste (1975h, p. 6), consta a notícia de que “No discurso de Proclamação da Independência, o Dr. Agostinho Neto, [...] apelou para o povo angolano para a solidariedade militante o combatente com a luta do povo de Timor-Leste sob a gloriosa vanguarda da FRETILIN”. Na edição que segue, de 22 de novembro, a capa apresenta a informação de que “O camarada [...] Mari Alkatiri foi recebido por 8 Chefes de Estado, entre eles Samora Machel, Agostinho Neto, Kenyatta, Kaunda, Julius Nierere, Luis Cabral, Aristides Pereira e Sekou Touré” (TIMOR-LESTE, 1975i, p. 1), e afirma também que Alkatiri conseguiu apoio material e diplomático. No que concerne ao apoio material, afirmam que “obteve muito dinheiro” e, em relação ao apoio diplomático, diz-se que “três países africanos vão apresentar o caso de Timor-Leste na ONU”<sup>134</sup> (TIMOR-LESTE, 1975i, p. 1).

Figura 20 – Recorte Timor-Leste (1975h).

**No discurso da proclamação da independência, o Dr. Agostinho Neto, presidente do MPLA e da República Popular de Angola apelou para o povo angolano para a solidariedade militante o combatente com a luta do povo de Timor-Leste sob a gloriosa vanguarda da FRETILIN.**

Fonte: Timor-Leste (1975h).

---

<sup>134</sup> A matéria não apresenta o nome dos países.

A última edição de Timor-Leste (1975j) é uma edição extra que dá conta de informar sobre a proclamação de Independência proferida pela FRETILIN em 28 de novembro de 1975. Nela, apresenta-se o texto da proclamação, assim como informações sobre a formação do novo Estado. As articulações a nível internacional a partir da proclamação de independência são apresentadas na última página, onde se lê os países e movimentos que apoiam a independência: o governo da Guiné-Bissau, o Comitê Quatro de Fevereiro do MPLA, em Lisboa, a Casa dos Estudantes Coloniais, o Angola Commitee, a Mondlane Foundation, em Amsterdã, e o Comitê de Paz da Suécia, em Estocolmo.

A partir da proclamação de independência, em 7 de dezembro inicia a invasão pela Indonésia. Vale ressaltar que, ainda em finais de 1975, no período em que a FRETILIN passou a controlar o território, o governo português manteve conversações com o governo indonésio acerca da situação em Timor-Leste (TIMOR-LESTE, 1975f). No entanto, não foi possível encontrar uma documentação pertinente sobre o contato entre o Portugal e Indonésia nesse contexto<sup>135</sup>, ainda que seja importante ressaltar a articulação indonésia no contexto da invasão.

Segundo Oliveira (2007), o governo indonésio já se articulava para a invasão desde pelo menos outubro de 1975, de modo que não era possível conter esse movimento. A invasão por parte da Indonésia possuía significativo apoio estrangeiro, principalmente dos EUA e do Reino Unido. Esse apoio convergia com os objetivos de manter o território do Sudeste Asiático estável, principalmente a partir dos acontecimentos no Vietnã. Além disso, a Indonésia era vista como:

[...] uma posição-chave na manutenção da segurança das rotas marítimas e aéreas para a Australásia e Extremo Oriente, a Indonésia era vista como a potência líder da ASEAN, agrupamento regional cujo fortalecimento interessava ao Reino Unido, e como uma influência moderadora em fóruns como a ONU e a OPEC; finalmente, era um mercado em expansão e uma área prometedora para os investidores britânicos (OLIVEIRA, 2007, p. 148).

Vale destacar que a Indonésia possuía uma forte relevância no cenário internacional. Desde sua independência com Sukarno no poder, o país chamava atenção na dinâmica da Guerra Fria do Terceiro Mundo. Isso resultou no golpe de 1965, que levou Suharto ao poder com apoio dos Estado Unidos. A Indonésia acabou sendo uma peça essencial na região do Sudeste Asiático para os interesses dos EUA e seus aliados. Dessa

---

<sup>135</sup> Ver Oliveira (2007).



forma, a invasão de Timor-Leste acabou tendo apoio do bloco ligado aos EUA. O objetivo, ao que parece, era neutralizar aquela região efervescente no Sudeste Asiático, que poderia gerar um ponto de instabilidade numa área onde o principal objetivo era manter estáveis o domínio e a influência dos EUA e seus aliados, devido a acontecimentos turbulentos anteriores desde o início da Guerra Fria.

A partir disso, observamos como os acontecimentos que se iniciam em 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal, até a invasão do território timorense pela Indonésia, estão intimamente ligados com os eventos a nível internacional. Compreender a FRETILIN nesse processo de descolonização exige que se observe suas articulações no exterior, seja com governos, movimentos políticos ou organizações da sociedade civil. O contexto turbulento de 1975 em Timor português fez com que a FRETILIN se voltasse cada vez mais para fora do território em busca de apoio.

Ao longo de 1975, constatamos que o grande apoio conquistado pela FRETILIN a nível internacional tenha sido diplomático, principalmente na ONU. Isso vai ao encontro do que Ramos-Horta (1994) afirmou sobre o interesse da FRETILIN em buscar esse apoio internacional para justamente internacionalizar a questão de Timor-Leste. Dessa forma, o apoio diplomático almejado pela FRETILIN foi conquistado, como observamos principalmente nas edições de *Timor-Leste: Jornal do povo mau bere* (1975). A FRETILIN articulou-se internacionalmente, inserida nos debates sobre descolonizações e independências no contexto da Guerra Fria. O grande objetivo da Frente era internacionalizar a questão de Timor-Leste e neutralizar qualquer tentativa do governo indonésio de anexar o território timorense.

No período final de 1975, a partir do periódico *Timor-Leste*, observamos a FRETILIN demonstrando e afirmando sua capacidade em administrar o Timor-Leste, buscando, dessa forma, legitimidade para liderar o território perante o governo português e a comunidade internacional. Observa-se que a FRETILIN apresenta um discurso que pretende demonstrar estabilidade interna e capacidade de governança, objetivando conquistar apoio internacional. Constata-se também que a Frente busca pressionar o governo português para dar continuidade ao processo de descolonização visando à independência. No entanto, Portugal não toma medidas eficientes nesse sentido. Observa-se ainda que Portugal manteve contato com o governo indonésio, o que pode ter dado alguma legitimidade à Indonésia para efetivar a invasão.

Em geral, pode-se afirmar que a FRETILIN estava inserida nos debates internacionais da Guerra Fria, no que tange à emergência do Terceiro Mundo, aos processos de descolonização, aos movimentos anticoloniais e de libertação, à atuação das lideranças de movimentos de libertação que agiam com protagonismo, etc. Vale ressaltar que toda a atuação da FRETILIN entre 1974 e 1975, a partir da sua articulação internacional, possivelmente contribuiu com a formação da resistência no período da anexação, entre 1975 e 1999, o que resultou na independência de Timor-Leste em 2002.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta central desta pesquisa foi trazer ao debate acadêmico a articulação de um movimento de libertação timorense com agentes, atores, países, governos e outros movimentos políticos no plano internacional. Soma-se a isso a importância de toda a complexidade vigente no período de descolonização de Timor-Leste, que tinha como pano de fundo a Guerra Fria. A partir disso, trabalhamos com as hipóteses de que é extremamente necessário levar em consideração as relações internacionais e a formação de redes em escala global para compreender a FRETILIN no processo de descolonização. Nesse sentido, a Guerra Fria foi um evento de extrema relevância para os acontecimentos no território timorense, assim como para a FRETILIN. Esse contexto possibilitou que a FRETILIN interagisse nos debates do Terceiro Mundo e moldou sua atuação na luta pela independência de Timor-Leste entre 1974 e 1975.

O caso da descolonização timorense e o surgimento da ASDT/FRETILIN estão inseridos numa lógica própria da Guerra Fria, onde o Terceiro Mundo em disputa mobilizou-se na luta contra o colonialismo e o imperialismo. O que aconteceu em Timor-Leste entre 1974 e 1975 faz parte do conjunto de um processo de ascensão do Terceiro Mundo a partir da criação de novos Estados que outrora haviam sido colônias. Obviamente, o caso timorense possui suas peculiaridades nesse processo. No entanto, estudar e debater sobre esse tema mostrou-se necessário e extremamente importante para compreender a história de Timor-Leste. Mais do que isso, o caso timorense contribui para a construção de uma história da Guerra Fria e do Terceiro Mundo, ampliando e enriquecendo o debate, além de reforçar e agregar mais os estudos que vão ao encontro da perspectiva global sobre a Guerra Fria.

O contexto da Guerra Fria ainda auxilia na compreensão de como os acontecimentos em Portugal e na Indonésia afetaram o processo de descolonização timorense. Tanto a própria Revolução dos Cravos em Portugal, quanto a ascensão de Suharto ao poder na Indonésia fazem parte da lógica da Guerra Fria e dos debates sobre o Terceiro Mundo. Os panoramas apresentados no primeiro capítulo dão conta de expor um cenário complexo no qual o processo de descolonização timorense se desenrolou.

Acerca do processo de consolidação da ASDT/FRETILIN em 1974, é possível concluir que a FRETILIN se formou a partir de dois grupos principais, que constituem

duas alas dentro da Frente. Um grupo, ligado aos fundadores da ASDT, possuía indivíduos que tiveram contato com movimentos anticoloniais dos territórios portugueses em África no fim dos anos 60 e início dos anos 70. Dessa forma, já apresentavam suas ideias anticoloniais dentro do território timorense, mas ainda de forma incipiente. Inicialmente, essas lideranças da ASDT apresentavam um discurso anticolonial moderado e ligado aos ideais da social-democracia sueca e alemã.

Quando a ASDT se transforma em FRETILIN, chega o grupo que formaria a ala mais radical. As contribuições dessa ala acentuaram o discurso anticolonial e consolidaram os programas de educação que fizeram a FRETILIN avançar sobre as massas no interior. Alinhada a um marxismo maoísta, essa ala radicaliza o discurso da FRETILIN. Isso alarmou o governo indonésio em alguma medida. No entanto, pode-se concluir que, no final de 1974, a FRETILIN estava consolidada dentro do território timorense como um movimento de libertação de Timor, defendendo uma independência definitiva de Portugal. A FRETILIN estava formada por duas alas que compreendiam ideais social-democratas moderados, inspirados no ocidente, e ideais revolucionários oriundos do maoísmo e de movimentos de libertação como MPLA, PAIGC e FRELIMO (que também passaram por movimentos de radicalização). Essas influências demonstram a escala global que interfere na FRETILIN no contexto da Guerra Fria e dos processos de descolonização. No entanto, conclui-se também que, ao longo do processo de descolonização, na medida que o discurso da FRETILIN se radicaliza, a ala radical vai adquirindo maior espaço dentro da Frente. Consequentemente, a ala social-democrata, ligada a Ramos-Horta, vai perdendo “terreno”.

Ainda sobre o ano de 1974, conclui-se que o discurso anticolonial da FRETILIN foi se acentuando com o passar dos meses – resultado da chegada da ala mais radical – mas sempre permaneceu inspirado e relacionado aos movimentos de libertação em África e seus líderes. Isso demonstrou a conexão existente entre a FRETILIN e os movimentos de libertação em África em uma escala global no contexto da Guerra Fria e da ascensão do Terceiro Mundo. A influência do maoísmo na ala mais radical fica evidente na medida em que o discurso anticolonial se acentua, já que a condenação do imperialismo e do colonialismo era uma pauta importante para o maoísmo chinês.

Vale ressaltar o papel do governo indonésio nesse contexto. Inicialmente, a Indonésia apresentou uma versão de aceitação da descolonização, mas de forma sorrateira articulava-se em favor da anexação desde o início do processo (principalmente

mobilizando, dentro do Timor, a militância da UDT em 1975). Conclui-se que o governo de Suharto nunca se mostrou disposto, de verdade, a aceitar uma independência sob controle da FRETILIN. Isso tornou o governo indonésio um inimigo da Frente, sendo um empecilho cada vez maior para a independência com o passar do tempo.

Outro ponto importante a destacar no ano de 1974 é a atuação da FRETILIN em busca de apoio externo. Isso demonstra a inserção da FRETILIN no debate internacional sobre o Terceiro Mundo e as descolonizações. Imediatamente após sua fundação, a ASDT já se mobiliza internacionalmente para assegurar apoio à descolonização e à independência, visando a garantias dos territórios vizinhos que representariam alguma ameaça ou apoio pela proximidade. Nesse ponto, a figura de Ramos-Horta como responsável pelas relações exteriores é fundamental para essa mobilização. Dessa forma, conclui-se que os líderes timorenses possuíam protagonismos, transitando em diferentes ambientes na busca de apoio. Estavam inseridos dentro do contexto das disputas pelo Terceiro Mundo na Guerra Fria, articulavam-se desde o início no plano internacional, buscando apoio à sua causa. Mobilizavam-se em escala global, seja na busca por apoio concreto ou ideológico, formando uma rede de relações que passava por Indonésia, Austrália, Portugal e China, além de Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, e seus respectivos movimentos de libertação e líderes da FRELIMO, MPLA e PAIGC. Transitavam também por influências suecas, alemãs e portuguesas para a social-democracia.

Acerca das relações da FRETILIN com Portugal no ano de 1975, conclui-se que o governo português passava por uma crise interna e externa nas colônias de maior importância, como Angola e Moçambique. Isso fez com que o governo luso não desse a atenção necessária à colônia mais distante. Com os indícios de que o governo português aceitava a possibilidade da anexação de Timor à Indonésia, ficou demonstrando que não se tratou apenas de negligência por parte de Portugal no processo de descolonização de Timor-Leste. Houve articulações nesse sentido, o que fez de Portugal um agente decisivo para os acontecimentos em Timor, principalmente quanto à invasão em finais de 1975.

Quanto à relação entre a FRETILIN e o governo indonésio, vale ressaltar a articulação do último em descredibilizar a FRETILIN no território timorense. O governo indonésio teve como estratégia inicial sondar o terreno timorense para prever a necessidade de uma invasão pela força, e, junto disso, construía um discurso que atacava a FRETILIN. Posteriormente, interveio no território por meio da UDT, o que resultou na

guerra civil. Não tendo sucesso em suas táticas iniciais, nem com conversações com o governo português, a saída foi o uso da força em finais de 1975. Em todo processo de descolonização, o governo indonésio articulou-se para anexar o território timorense, tanto interna como externamente.

No que concerne à relação da FRETILIN com outros países, organizações internacionais e movimentos políticos anticoloniais ao longo de 1975, conclui-se que a Frente possuía capacidade de se articular internacionalmente, tanto na África, como na Ásia e na Europa. A FRETILIN conquistou apoio internacional e colocou o caso timorense no debate global sobre descolonizações e independências. Mesmo que o apoio conquistado não tenha sido suficiente para evitar a invasão e consolidar a independência proclamada em 28 de novembro de 1975, a FRETILIN inseriu-se nos debates do Terceiro Mundo e atuou no contexto da Guerra Fria.

Em finais de 1975, conclui-se que o apoio significativo conquistado pela FRETILIN foi no âmbito diplomático. Isso vai ao encontro do grande objetivo da FRETILIN, que era internacionalizar a questão de Timor-Leste e neutralizar qualquer tentativa do governo indonésio de anexar o território timorense. A FRETILIN buscou demonstrar sua capacidade de administrar Timor-Leste, de forma a legitimar seu protagonismo na independência do país perante o governo português e a comunidade internacional. Dito isso, afirma-se que a FRETILIN estava inserida nos debates internacionais da Guerra Fria, no que tange à emergência do Terceiro Mundo, aos processos de descolonização, aos movimentos anticoloniais e de libertação, à atuação das lideranças de movimentos de libertação que agiam com protagonismo, etc.

Mesmo com a invasão, a FRETILIN continuou atuando no território timorense como resistência. Nos anos após a invasão, a FRETILIN se transforma e se adapta às situações que surgiram durante a anexação, sendo atualmente um dos partidos políticos de maior expressão em Timor-Leste. Um dos objetivos deste trabalho foi ajudar na compreensão da formação desse partido, que perdura até a atualidade. Outro objetivo foi inserir as conjunturas da história do Timor-Leste no período contemporâneo para o debate acadêmico. Espera-se que o interesse sobre esse país cresça exponencialmente, e que possamos debater cada vez mais temáticas que envolvam o Timor-Leste.

É certo que, quando as lideranças da ASDT formaram a associação, não era possível prever o futuro do território. O que sucedeu nos anos do processo de

descolonização foi apenas um capítulo da história de luta pela independência de Timor-Leste. No entanto, a fixa ideia de independência ou morte que possivelmente habitava a mente das lideranças da FRETILIN e de parte da população timorense gerou resultados e, mesmo que tardiamente, o Timor-Leste gritou sua independência. No meio do caminho, infelizmente, houve muitas mortes, pois é fato que a população timorense foi massacrada nesse processo da busca pela independência. Dito isso, “independência ou morte” parece expressar, em poucas palavras, a história da luta de libertação do povo timorense, e também a luta de toda população do Terceiro Mundo, que gritava e lutava por liberdade.

## REFERÊNCIAS

### Referências Bibliográficas:

ALTMAN, Max. Hoje na História: 1986 primeiro-ministro sueco Olof Palme é assassinado. **Operamundi**, São Paulo, 28 fev. 2020. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/10009/hoje-na-historia-1986-primeiro-ministro-sueco-olof-palme-e-assassinado>. Acesso em: 03 nov. 2020.

AMARANTE, Maria Inês. **Guerrilheiras da Palavra**: Radio, oralidade e mulheres em resistência no Timor-Leste. 2010. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. **Almeida Santos**. Lisboa, [201-?]. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/VisitaParlamento/Paginas/BiogAlmeidaSantos.aspx>. Acesso em: 16 nov. 2022.

AUGUSTYN et al. Adam Malik. **Encyclopedia Britannica**, [S.l.], 1 set. 2020a. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Adam-Malik>. Acesso em: 04 dez. 2020.

BARBOSA, Pedro Oliveira. **O mito do “Homem Novo”**: A imagem de Samora Machel no cinejornal Kuxa Kanema (1978-1981). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8479/2/DISSERTA%20-%20VERS%20FINAL%20BIBLIOTECA.pdf> . Acesso em: 7 nov. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015.

BEVINS, Vincent. **O Método Jacarta**: a cruzada anticomunista de Washington e o programa de assassinatos em massa que moldou o nosso mundo. São Paulo, Autonomia Literária, 2022.

BICCA, Alessandro. **A diferença entre os iguais**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BRADLEY, Mark Philip. “Decolonization, the global South and the Cold War, 1919-1962. *In*: WESTAD, Odd Arne & LEFFLER, Melvin (Eds.). **The Cambridge of The Cold War**. Vol.1 - Origins. New York: Cambridge, 2010, pp. 464-485.

BRITANNICA. **Robert Hawke**. [s. l.], [201-?]. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Robert-Hawke> . Acesso em: 10 nov. 2022.

BURTON, Eric. “Hubs of Decolonization. African Liberation Movements and ‘Eastern’ Connections in Cairo, Accra, and Dar es Salaam” *In*: DALLYWATER, Lena; SAUDERS, Chris & FONSECA, Helder Adegar (Eds). **Southern African Liberation Movements and the Global Cold War “East”**. Berlin/Boston: Degruyter, 2019, pp. 25-56.



BYRNE, Jeffrey J. **Mecca of Revolution**. Algeria, Decolonization & Third World Order. New York: Oxford University Press, 2016.

CARDINA, Miguel. **À Margem de Certa Maneira: O Maoísmo em Portugal**. Lisboa: Tinta da China, 2011.

CASA COMUM. **Comício da FRETILIN**, Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente, em Timor-Leste, 1974. 2022. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05734.004.003#!1>. Acesso em: 27 dez. 2022.

CONRAD, Sebastian. **Historia global: Una nueva visión para el mundo actual**. Barcelona: Editorial Planeta, 2017.

COSTA, Isabel Silva. Da OUA À UA. **RTP Ensina**. [s. l.], 2015. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-organizacao-de-unidade-africana/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

CUADRADO, Pedro L. Timor e Timorenses. **Blog Ao pé da Raia**. 2011. Disponível em: <https://aopedaraia.blogspot.com/2011/02/timor-e-timorenses.html>. Acesso em: 23 maio 2022.

CUNHA, João Solano Carneiro da. **A questão de Timor-Leste: origens e evolução**. Brasília: FUNAG, 2001.

DE LUCCA, Daniel. **A timorização do passado: nação, imaginação e produção da história em Timor-Leste**. Salvador: EDUFBA, 2021.

DE LUCCA, Daniel. **Outros 500 – O Quinto Centenário de Timor-Leste e o Pós-Colonialismo em Português**. Ilha, Florianópolis, SC, v. 19, n. 2, p. 108-142, dez. 2017.

DEGAN, Alex; PARETO JUNIOR, Lindener. **História global, histórias conectadas: debates contemporâneos**. Esboços, Florianópolis, SC, v.26, n.42, p. 229-233, mai./ago. 2019.

FEIJÓ, Rui Graça. A autodeterminação de Timor-Leste: uma introdução. **Revista Ler História**. Dossier: a autodeterminação de Timor-Leste, Lisboa, n. 80, p. 9-15, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.10059>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/9645>. Acesso em: 29 jun. 2022.

FEIJÓ, Rui Graça. **Os bastidores da Lei de Descolonização de Timor**. Interação entre Portugal e os movimentos nacionalistas timorenses. **Revista Ler História**. Lisboa, n. 80, p. 17-40, 2022b. DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.10120>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/9645>. Acesso em: 29 jun. 2022.

FEIJÓ, Rui Graça. **Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusutopia**. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

FERNANDES, Moisés Silva. A Preponderância dos Factores Exógenos na Rejeição do Plano Português de Descolonização para Timor-Leste, 1974-1975. *In: Conferências da Associação de Amigos do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios*, 2005, Lisboa. Apresentação. Lisboa: Negócios Estrangeiros, fev. 2007. p. 90-171.

FRIEDMAN, Jeremy. Shadow Cold War. **The Sino-Soviet Split competition to the Third World**. North Carolina Press, 2015.

GALDINO, Carolina Ferreira. **Nasce um Estado: A Construção do Timor Leste**. 2012. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2012.

HILL, Helen. **How Timor-Leste influenced my academic career**. 2013. Disponível em: [https://www.academia.edu/17308081/How\\_Timor\\_Leste\\_Influenced\\_my\\_Academic\\_Career](https://www.academia.edu/17308081/How_Timor_Leste_Influenced_my_Academic_Career). Acesso em: 23 jun. 2022.

HILL, Helen. **The Timor Story**. 1976.

JARDINE, Matthew. Timor Leste – genocídio no paraíso. *In*: SANT’ANNA, Sílvio L. (org.). **Timor Leste Este País Quer Ser Livre**. São Paulo: Editora Martin Claret LTDA, 1997.

LATHAM, Michael. “The Cold War in The Third World, 1963-1975. *In*: WESTAD, Odd Arne & LEFFLER, Melvin (Eds.). **The Cambridge of The Cold War**. Vol.2 – Crises & Détente. New York: Cambridge, 2010, pp. 258-280.

LIMA, Fernando. **Timor** – Da guerra do Pacífico à Desanexação. Macau: Instituto Internacional de Macau, 2002.

MAGNUS, Bianca Obetine. Mauberismo: Texto e Reflexões sobre a História do Conceito de Maubere. *In*: **Dimensões do Político**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2022.

MARQUES, Roger Machado. **O Enclave de Cabinda no Contexto do Anticolonialismo e da Independência de Angola 1960-1975**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: [https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/10122/2/ROGER\\_MACHADO\\_%20MARQUES\\_%20DIS.pdf](https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/10122/2/ROGER_MACHADO_%20MARQUES_%20DIS.pdf). Acesso em: 7 nov. 2022.

MATEUS, Rui. **Contos proibidos: memórias de um PS desconhecido**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996.

MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MIRANDA, Luis Marcelo da Silva. **Da “Consciencialização” à “Democracia”**: a Historicidade na Interpretação de Onésimo Silveira sobre a Identidade Nacional em Cabo Verde. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: [https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7057/2/DIS\\_LUIS\\_MARCELO\\_DA\\_SILVA\\_MIRANDA\\_COMPLETO.pdf](https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7057/2/DIS_LUIS_MARCELO_DA_SILVA_MIRANDA_COMPLETO.pdf). Acesso em: 7 nov. 2022.

MONTICELI ROCHA, Júlia Tainá. **Do “vento da emancipação” à “força motriz da Revolução”**: A mulher nos discursos de Samora Moisés Machel (Moçambique) (1973 – 1980). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: [https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8069/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_JuliaMonticeliRocha%20FINAL.pdf](https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8069/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o_JuliaMonticeliRocha%20FINAL.pdf). Acesso em: 7 nov. 2022.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, Pedro Aires. “Entregue aos Lobos. O Reino Unido e a Invasão do Timor Leste”. **Relações Internacionais**, No.13, Março 2007, pp.139-156.

ÖSTBERG, Kjell. Olof Palme e a trajetória do estado de bem-estar na Suécia. **Lavrapalavra**, [S.l.], 23 set. 2015. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2015/09/23/olof-palme-e-atrajectoria-do-modelo-sueco/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

PEREIRA, Maria Natercia Gusmão. **Timor-Leste, o país do “crocodilo” no contexto econômico asiático**: Entre o interesse no desenvolvimento e a proteção dos direitos humanos. Timor-Leste, 2008.

PINTO, António Costa. **O Fim do Império Português**: A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

PORTUGAL. **Lei nº 7 de 27 de julho de 1974**. Institui Direito das Colônias a Independência. Portugal, 1974. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon03>. Acesso em: 30 out. 2020.

PRASHAD, Vijay. **The Darker Nations**: a people’s history of the Third World. New York: New Press, 2007.

PRASHAD, Vijay. **Uma história popular do Terceiro Mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

RAMIRES, Filipe. Objectivo: Timor – Portugal, Timor e a Guerra no Pacífico (1941-1945). **Relações Internacionais**, p.05-18, set. 2006.

RAMOS-HORTA, José. **Timor Leste**: amanhã em Díli. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

REZOLA, Maria Inácia. Do Romantismo Revolucionário à Política Real: A Revolução Portuguesa de 1974-1975. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; PAREDES, Marçal de Menezes (org.). **Depois dos Cravos**: liberdades e independências. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

RUIZA, M.; FERNÁNDEZ, T.; TAMARO, E. Biografia de Olof Palme. **Biografia e Vidas**, Barcelona, 2004. Disponível em: <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/p/palme.htm>. Acesso em: 03 dez. 2020.

SANTOS, António de Almeida. **Quase Memórias**: da descolonização de cada território em particular. Lisboa: Casa das Letras, 2007.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História Global: um empreendimento intelectual em curso. **Revista Tempo**, Niterói, RJ, v. 23, n. 3, set./dez. 2017.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Mauricio. **Brava gente de Timor**: a saga do povo maubere. São Paulo: Xamã, 1997.

SILVA, Antero Benedito da. **FRETILIN Popular Education 1973-1978 and Its Relevance to Timor-Leste Today**. 2011. Tese. Filosofia. University of New England. 2011.

SOUSA, Domingos Francisco de Jesus de. **A Ocupação Indonésia e a Resistência Timorense (1975-2002)**. Tese. Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa: 2018.

SOUSA, Lúcio. A revolta de Manufahi de 1911-1912: testemunhos e a imprensa diária da época. *In*: **Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusutopia**. Porto: Afrontamento, 2016.

SPÍNOLA, Antônio de. **Portugal e o Futuro**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1974.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Impérios em Concorrência: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

TATOLI. **ASDT Deklara Reforsa FRETILIN iha Eleisaun Antesipada**. 2008. Disponível em: <https://tatoli.tl/2018/05/08/asdt-deklara-reforsa-fretilin-ih-eleisaun-antesipada/>. Acesso em: 27 dez. 2022.

TAYLOR, John. **The Indonesian occupation of East Timor 1974-1989: a chronology**. London: Catholic Institute for International Relations, 1990.

UCCLA. Livro **“História de Timor-Leste” de Frederic Durand**. Lisboa: 2018. Disponível em: <https://www.uccla.pt/noticias/livro-historia-de-timor-leste-de-frederic-durand>. Acesso em: 07 mar. 2022.

UNILAB. **Conheça mais o Timor-Leste**. 2012. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2012/03/26/conheca-mais-o-timor-leste/>. Acesso em: 27 dez. 2022.

UNIVERSIDADE VICTORIA. **Helen Hill**. Melbourne, [201-?]. Disponível em: <https://www.vu.edu.au/contact-us/helen-hill>. Acesso em: 10 nov. 2022.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. New York: Cambridge University Press, 2007.

WORLD STATESMEN. **Timor-Leste (East Timor)**. [s. l.], [201-?]. Disponível em: [https://www.worldstatesmen.org/East\\_Timor.html](https://www.worldstatesmen.org/East_Timor.html). Acesso em: 16 nov. 2022.

### Fontes:

AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR. **TIMOR PEQUENA MONOGRAFIA**. Lisboa: 1970.

ARAÚJO, Abílio. Relatório sobre a situação política em Portugal no pós-25 de Abril. Maio, 1975. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_141396](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_141396). Acesso em: 20 set. 2020.

ASDT. Comunicado: da ASDT – Associação Social Democrática Timorense, futura FRETILIN. Díli: 1974. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11012.061>. Acesso em: 23 out. 2022.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL – UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Lei nº 7/74. Coimbra, 2020. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon03>. Acesso em: 30 out. 2020.

CIET. Campaign For Independent East Timor. 14 jan. 1975. Disponível em: <https://chartperiodicals.wordpress.com/2015/07/07/ciet-roneos/>. Acesso em: 27 dez. 2022.

COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT. Comunicado conjunto da FRETILIN-UDT. Díli: 20 jan. 1975a. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_141402](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_141402). Acesso em: 15 set. 2020.

COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT. Comunicado conjunto da FRETILIN-UDT. Díli: mar. 1975b. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_141405](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_141405). Acesso em: 18 set. 2020.

COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT. Comunicado conjunto da FRETILIN-UDT. Díli: 5 mar. 1975e. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_141405](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_141405). Acesso em: 20 set. 2020.

COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT. Comunicado da Coligação FRETILIN-UDT. Díli: FRETILIN, maio 1975c. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.262>. Acesso em: 19 set. 2020.

COLIGAÇÃO FRETILIN-UDT. Comunicado da Coligação FRETILIN-UDT. Díli: maio 1975d. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.285>. Acesso em: 19 set. 2020.

FERNANDES, Alarico; HORTA, José Ramos. Relatório acerca da visita a Jakarta. Díli: mai. 1975. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_141393](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_141393). Acesso em: 18 set. 2020.

FRETILIN. Comunicado da Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente. 27 jan. 1975b. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.279>. Acesso em: 06 out. 2022.

FRETILIN. FRETILIN/Manual e Programa Políticos. Lisboa: FRETILIN, dez. 1974. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_130467](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_130467). Acesso em: 08 set. 2020.

FRETILIN. Texto da Declaração Unilateral da Independência de Timor-Leste. Díli: FRETILIN, 28 nov. 1975a. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_141382](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_141382). Acesso em: 20 set. 2020.

LOBATO, Nicolau dos Reis. Relatório estabelecendo retrospectiva histórica de Timor-Leste. Abr. 1975a. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_141397](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_141397). Acesso em: 18 set. 2020.

LOBATO, Nicolau dos Reis. Relatório referente a reunião da Casa dos Timores contendo vários anexos. Maio, 1975b. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_141398](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_141398). Acesso em: 20 set. 2020.

MALIK, Adam. [Correspondência]. Destinatário: José Ramos-Horta. Jakarta, 17 jun. 1974. 1 carta. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_136613](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_136613). Acesso em: 20 set. 2020.

NACROMA. Díli: ASDT, 1974, ano I, n. 1, 16/31 ago. 1974a. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11013.019>. Acesso em: 08 set. 2020.

NACROMA. Díli: FRETILIN, 1974, ano I, n. 2, 1/15 set. 1974b. Disponível em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PerT28-2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

NACROMA. Díli: FRETILIN, 1974, ano I, n. 3, 16/20 set. 1974c. Disponível em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PerT28-3.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

NACROMA. Díli: FRETILIN, 1974, ano I, n. 4, 1/15 out. 1974d. Disponível em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PerT28-4.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

NACROMA. Díli: FRETILIN, 1974, ano I, n. 5, 16/31 out. 1974e. Disponível em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PerT28-5.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

NACROMA. Díli: FRETILIN, 1974, ano I, n. 8 e 9, 1/31 dez. 1974f. Disponível em: <http://xdata.bookmarc.pt/cidac/tl/PerT28-8-9.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

RAMOS-HORTA, José. [Correspondência]. Destinatário: Embaixador da República popular da China. Camberra, 28 set. 1974. 1 carta. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_136612](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_136612). Acesso em: 13 set. 2020.

RAMOS-HORTA, José. Joint Communique of the Revolutionary Front For Independence of East Timor (FRETILIN) and Timorese Democratic Union (UDT). 21

jan. 1975a. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05000.278>. Acesso em: 06 out. 2022.

STEVENSON, Oconnor Thompson Hart. [Telegrama enviado em papel timbrado]. Destinatário: LT Domingos Oliveira e Ramos-Horta. Sydney, 10 mar. 1975. 1 carta. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_136611](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_136611). Acesso em: 01 nov. 2020.

TIMOR-LESTE. Díli: FRETILIN, 1975, ano I, n. 1, 27 set. 1975a. Disponível em: <https://chartperiodicals.wordpress.com/2014/01/10/timor-leste-1975/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

TIMOR-LESTE. Díli: FRETILIN, 1975, ano I, n. 2, 04 out. 1975b. Disponível em: <https://chartperiodicals.wordpress.com/2014/01/10/timor-leste-1975/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

TIMOR-LESTE. Díli: FRETILIN, 1975, ano I, n. 3, 11 out. 1975c. Disponível em: <https://chartperiodicals.wordpress.com/2014/01/10/timor-leste-1975/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

TIMOR-LESTE. Díli: FRETILIN, 1975, ano I, n. 4, 18 out. 1975d. Disponível em: <https://chartperiodicals.wordpress.com/2014/01/10/timor-leste-1975/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

TIMOR-LESTE. Díli: FRETILIN, 1975, ano I, n. 5, 25 out. 1975e. Disponível em: <https://chartperiodicals.wordpress.com/2014/01/10/timor-leste-1975/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

TIMOR-LESTE. Díli: FRETILIN, 1975, ano I, n. 6, 01 nov. 1975f. Disponível em: <https://chartperiodicals.wordpress.com/2014/01/10/timor-leste-1975/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

TIMOR-LESTE. Díli: FRETILIN, 1975, ano I, n. 7, 08 nov. 1975g. Disponível em: <https://chartperiodicals.wordpress.com/2014/01/10/timor-leste-1975/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

TIMOR-LESTE. Díli: FRETILIN, 1975, ano I, n. 8, 15 nov. 1975h. Disponível em: <https://chartperiodicals.wordpress.com/2014/01/10/timor-leste-1975/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

TIMOR-LESTE. Díli: FRETILIN, 1975, ano I, n. 9, 22 nov. 1975i. Disponível em: <https://chartperiodicals.wordpress.com/2014/01/10/timor-leste-1975/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

TIMOR-LESTE. Díli: FRETILIN, 1975, ano I, n. extra, 04 dez. 1975j. Disponível em: <https://chartperiodicals.wordpress.com/2014/01/10/timor-leste-1975/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

UDT. Comunicado pondo termo à Coligação com a FRETILIN. Díli: maio 1975. Disponível em: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_141391](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_141391). Acesso em: 20 set. 2020.

## FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR-LESTE INDEPENDENTE

-Asiático? Voltamos a lembrar o caso da Nova Guiné Papua. Alias, a Indonésia não tem unidade territorial nem étnica. Pergunta-se, no entanto, quais são as vantagens de nos reclamarmos pertencentes ao grupo Pacífico Sul?

Estas são as vantagens:

- 1 - Maior aproximação étnica e cultural
- 2 - Países mais progressistas
- 3 - Países mais ricos ( Austrália e Nova Zelândia )
- 4 - Serve de argumentação válida contra a tese de que o Timor-Leste deve integrar-se na Indonésia por razões de continuidade geográfica, origem étnica e cultural comuns

O assunto é pertinente e deve ser seriamente estudado. Aproveitando a estadia em Canberra, poderei ( Ramos Horta ) fazer um estudo profundo e enviá-lo ao Comité Central.

### VISITA A JAKARTA

A recente visita que dois elementos da Fretilin realizaram recentemente a Jakarta seguiu-se ao convite formulado pelo Cor. Pitut Suharto, o qual este de visita a Dili, nos primeiros dias de Abril, chefiando uma delegação do gabinete do gen. Ali Murtopo.

Ramos Horta. Parti no dia 16 de Abril. Em Kupang, no aeroporto, fui cumprimentado pelo Chefe de Gabinete de Assuntos Políticos, dr. Amalo, o qual me encaminhava depois para a sala dos VIPs onde se encontrava o Governador da Província de N. T. T., Brig.-Gen. El Tari. Acolheu-me com aparente cordialidade. Começou imediatamente a acusar-me de ser o autor da campanha anti-Indonésia que se registou na Huslia nos meses de Fevereiro e Março. Naturalmente que desmenti tal "acusação", declarando que todo o "barulho" foi provocado pela Agência Noticiosa ANTARA - uma agência governamental - e pela Radio Kupang - uma estação governamental - e pelos jornais indonésios e também directamente ou indirectamente controlados pelo Governo indonésio. Certamente que com tais campanhas insidiosas a opinião pública internacional reagiu.

# FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR-LESTE INDEPENDENTE

Denunciei também a Apodeti por servir mal os interesses ( ... ) da Indonesia quando usa da intimidação, corrupção, etc. para ganhar adeptos, criando assim um clima de medo mas também de hostilidade contra a Indoesia. Também a Apodeti foi em grande parte responsável pela campanha anti-Indonesia na Australia.

Segui depois para Denpasar ( Bali ), viajando também o Gov. El Tari no mesmo avião.

Em Denpasar, dia 17 de Abril. Fui instalado num hotel de luxo pertencente a um dos assistentes do Gen. Mortopo, Sugianto, o qual fez parte da delegação que visitou Dili anteriormente. O hotel, PENEDA VIEW BEACH, é de 30 quartos de luxo, com ar condicionado, musica, etc. Ao descrever o hotel, a minha intenção é apenas revelar como um assistente do Gen. Mortopo, um membro do Governo portanto, consegue viver em tao grande abundância, em contraste com os empregados de quarto, por exemplo, que ganham 4.500 rupias por mes ( equivalente a 400\$00 )... O mesmo Sugianto possui grandes negocios de madeiras, turismo, etc em Jakarta. Tem 10 automoveis de luxo, particulares... Como o negocio, o Governo e o Exercito se misturam tao bem...

Em Jakarta, dia 19 de Abril. Com a chegada de Alarico Fernandes, iniciamos as visitas... pelas fabricas de montagem de carros, televisao, radio, gravador, avioes, etc. Tudo de montagem. Para nos impressionar. Nao é entao uma fabrica de montagem pura e simplesmente EXPLORACAO DE MAO DE OBRA BARATA?

O Centro de Estudos Estrategicos e Internacionais: No dia anterior ao da chegada de Alarico Fernandes, eu havia visitado este Centro - organizacao nao governamental, nao lucrativa, que se debruca a Politica Internacional. O presidente honorario é o proprio Gen. Ali Mortopo. Tive cerca de tres horas de discussao com peritos sobre Politica Internacional. Defini a posicao da Fretilin: o programa politico, com especial referencia para o capitulo das Relacoes Externas.

Parece-nos oportuno fazer aqui um breve comentario sobre a actual politica do Governo de Suharto em relacao ao Timor-Leste. Constatamos que, na realidade, o Governo indonesio planeava uma inva-



# FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR-LESTE INDEPENDENTE

são. Havia oposição por parte do próprio Gen. Soeharto. O Gen. Mortopo era o partidário de uma solução militar tipo West Irian. Lembramos que o Gen. Mortopo foi o autor da invasão de West Irian em 1961. Tendo sido afastado do corpo de conselheiros especiais do Presidente, após o "January Affair" em 1973, acusado de corrupto, tentava reconquistar o prestígio, com uma invasão militar. Sucede, porém, que Ali Mortopo conta com muitos inimigos, o principal talvez o Gen. Sumitro, também demitido do cargo de Chefe de Segurança e quando do problema de Janeiro de 1973. Entretanto, enquanto em Jakarta se debatia o sim e o não de uma operação militar contra o Timor-Leste, o cenário ia sendo arranjado - campanha anti-comunista; campanha contra a Fretilin ( em que Berita Yudha desempenha papel preponderante. É jornal do Exército. Antara, Sinar Harapan e outros alinham na campanha ). Segundo informações colhidas em Jakarta, um grupo de 100 comandos foram destacados em Novembro para o Timor Indonésio. Saliente-se que esses militares eram naturais de N.T.T., em serviço em Java. Em Sumatra exercícios militares são realizados. A campanha incendeia-se... Na Austrália, os Serviços de Segurança seguem atentamente as manobras da Indonésia.

Derepente, o Departamento de Defesa cede ao Jornal Age, de Melbourne, um relatório pormenorizado sobre os movimentos de tropas na Indonésia. O objectivo era - segundo o relatório - ocupar o aeroporto de Baucau, com paraquedistas e tomar Dili de assalto com fuzileiros navais. O mundo reage violentamente à notícia. O Governo australiano, pressionado pela Oposição, Trade Unions, estudantes, etc. declarou-se publicamente contra qualquer intervenção militar por parte da Indonésia.

Pergunta-se: porque o Departamento de Defesa teria divulgado tal relatório? A explicação é simples: o Departamento de Defesa tem-se oposto a política de Whitlam em reduzir o orçamento para a Defesa, o efectivo militar, acabando ainda com o serviço militar obrigatório. Ao divulgar tal relatório, tinha em mira atacar a política de Defesa de Whitlam. Se a Austrália fosse atacada ao Norte, a partir do Timor-Leste, seria auto-suficiente para contra-atacar?

A reacção foi hostil. O Governo ponderou. Entretanto, a situação na Indochina agrava-se. Os comunistas tomam o poder. Desaparece o chamado

# FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR-LESTE INDEPENDENTE

umbrella americano...A presença americana na Indochina era uma segurança para o bloco dos países da ASEAN. A retirada americana, a queda de Lon Nol e Van Thieu oferecem às forças revolucionárias da Indochina a conquista completa do poder. Entretanto, a Malásia, Filipinas e Tailândia preocupam-se com as actividades dos guerrilheiros nas suas fronteiras.

Apressam-se a normalizar as relações com os novos Governos e com a China Popular. A Indonésia preocupa-se com a evolução dos acontecimentos na Indochina. O PKI, embora seriamente massacrado em 1965/66, ainda tem elementos preponderantes e simpatizantes espalhados em Java, East Java, sobretudo.

Por outro lado, o " Governo no exílio " das Molucas do Sul, com sede em Amsterdam, intensifica a sua actividade. Nos círculos oficiais em Jakarta receia-se que a Fretilin e os movimentos separatistas das Molucas do Sul, West Irian, Kalimantan, etc. possam formar uma acção coordenada para realizar acção subversiva contra o regime da Indonésia.

Tudo isto, em linhas gerais, explica o porque da mudança radical na posição do Governo indonésio em relação ao Timor-Leste.

MAS NÃO DESISTEM...A NOVA TACTICA. Chegando a conclusão que a força não resultará, antes pelo contrário, provocará uma segunda Vietnam, o Governo indonésio prepara nova ofensiva...cultural e económica. Programam-se visitas de dirigentes de partidos, destacados funcionários, literais, estudantes, padres, etc.. Programam-se intercâmbios culturais. Bailarinas de Bali. Conjuntos musicais. Projecção de filmes sobre a Indonésia, o lado bom - edifícios altos, largas avenidas, grandes ~~hôtels~~ aviões, grandes barcos, fabricas, universidades, etc... Para o ano, a Indonésia vai possuir TV via satélite, com possibilidades de ser vista em Dili - segundo nos foi dito. Programa-se a oferta de aparelhos de TV ou venda a preços acessíveis.

Se não houver um contra-ataque da parte da Fretilin, intensificando a consciencialização das massas...no dia seguinte, ao acordarmos, vemos a Apodeti com a esmagadora maioria. Por isso, aqui fica um alerta. Cu trabalhamos muito seriamente ou estamos a enganar-nos a nós próprios e pior ainda, estamos a enganar o Povo...

Dili, 1 de Maio de 1975.-



MARISTA



PUCRS

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)